

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

FABIANO E SILVA ROCHA

TRABALHO E ECONOMIA FAMILIAR AGRÍCOLA: Considerações sobre o processo de reconfiguração dos Comportamentos Econômicos dos Moradores da Vila Cariongo, em Santa Rita /MA.

SÃO LUIS
2016

FABIANO E SILVA ROCHA

TRABALHO E ECONOMIA FAMILIAR AGRÍCOLA: Considerações sobre o processo de reconfiguração dos Comportamentos Econômicos dos Moradores da Vila Cariongo, em Santa Rita /MA.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, para realização de defesa, com linha de pesquisa: Relações de produção e Ação Coletiva: Trabalho, Questão Agrária e Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Paulino de Sousa.

SÃO LUÍS

2016

**Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFM**

Rocha, Fabiano e Silva.
Trabalho e Economia Familiar Agrícola : Considerações
sobre o processo de reconfiguração dos Comportamentos
Econômicos dos Moradores da Vila Cariongo, em Santa Rita
/MA / Fabiano e Silva Rocha. - 2016.
120 f.
Orientador(a): Antonio Paulino de Sousa.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,
UFMA, 2016.
1. História econômica. 2. Economia Familiar Agrícola.
3. Comportamentos Econômicos. 4. Trabalho Agrícola. 5.
Dominação Simbólica. I. Sousa, Antonio Paulino de. II.
Título.

FABIANO E SILVA ROCHA

TRABALHO E ECONOMIA FAMILIAR AGRÍCOLA: Considerações sobre o processo de reconfiguração dos Comportamentos Econômicos dos Moradores da Vila Cariongo, em Santa Rita /MA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Antonio Paulino de Sousa (Orientador)

Doutor em Sociologia

Universidade Federal do Maranhão

Paulo Fernandes Keller

Doutor em Sociologia

Universidade Federal do Maranhão

José Sampaio Mattos Júnior

Doutor em Geografia

Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
-----------------	---

CAPÍTULO I - HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA: ATIVIDADES ECONÔMICAS E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA

1.1. Breve Histórico Socioeconômico das Atividades Produtivas Rurais e a Mão-de-Obra Utilizada.....	13
1.2. Contextualização da Economia Maranhense: A Produção do Algodão e a Exploração da Mão-de-Obra Negra Escrava no Vale do Itapecuru.....	26

CAPÍTULO II – CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CARIONGO: ECONOMIA FAMILIAR AGRÍCOLA E O CONFLITO DE TERRAS

2.1. Cariongo, início do Século XX: Configuração Socioeconômica.....	37
2.2. Economia Familiar Agrícola: O Significado Substantivo de Economia.....	53
2.3. Posse das Terras, Conflito Agrário e a Problemática da Escassez na Vila Cariongo.....	61

CAPÍTULO III – RECONFIGURAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS ECONÔMICOS E A CRISE DA PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA NO CARIONGO

3.1. Considerações Teóricas sobre Ações Sociais Econômicas.....	75
3.2. Processo de Reconfiguração dos Comportamentos Econômicos.....	79
3.3. Dominação e Violência Simbólica.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXOS.....	108

RESUMO

Este trabalho ocupa-se de um estudo de campo sobre a vida econômica dos moradores da Vila Cariongo, em Santa Rita/MA. Para a realização desta pesquisa utilizamos o método misto quali-quantitativo – observação in loco e estatística –, desta maneira, tornou-se possível interpretar que os moradores daquela Vila enfrentam uma situação de crise da produção de farinha de mandioca, justamente por terem suas terras agricultáveis interditadas pelo INCRA, este que intermediou um conflito agrário entre moradores e “grileiros locais”. Diante deste problema, percebemos que os moradores do Cariongo enfrentam o que identificamos como um processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos. As interpretações aqui realizadas foram conduzidas basicamente pelas orientações teórico-metodológicas da sociologia econômica de Karl Polanyi e Max Weber, além da discussão analítica sobre as economias de subsistência, com destaque aos historiadores Fernand Braudel e Immanuel Wallerstein que defendem uma posição contrária à teoria econômica neoclássica frente à expansão da economia-mundo do capitalismo histórico. Neste sentido, o campo econômico é o ponto nevrálgico da pesquisa e de praticamente todo o debate, no entanto, não há o intuito de reduzir a discussão a este único campo, sendo assim, o enfoque sobre aquela realidade social também considera a sua relação com o campo político e o campo cultural (com análise do capital escolar), justamente por entendermos as múltiplas dimensões da vida social como aspectos indubitavelmente inseparáveis, contudo não se trata de relações harmônicas, o espaço social é o espaço de lutas entre os agentes, o espaço de disputas entre dominantes e dominados. No que se refere a esta análise do campo político e do campo cultural fez-se uso das proposições teóricas de Pierre Bourdieu com a sua noção de dominação e violência simbólica enquanto mecanismos de apropriação do capital econômico e do capital cultural.

Palavras-chave: História econômica; Economia Familiar Agrícola; Comportamentos Econômicos; Trabalho Agrícola; Dominação Simbólica.

ABSTRACT

The present paper comprehends a field study of the economic life of the inhabitants of Cariongo village in Santa Rita/MA. For the undertaking of this research we made use of a method which contemplated both qualitative and quantitative data analyses – in loco observation and statistics – thus, allowing us to interpret that the inhabitants of that village face a situation of crisis in the production of manioc flour, precisely, for having their right to farm their lands revoked by the INCRA, which had intervened in an agrarian conflict between the inhabitants and local “grileiros”. Therefore, it occurred to us that the inhabitants of Cariongo are now undergoing what we identified as a process of reconfiguration of their economic behavior. The interpretations made thereof were basically conducted by the theoretical and methodological orientation of the economic sociology of Karl Polanyi and Max Weber, apart from the analytical discussion on subsistence economies highlighting the historians Fernand Braudel and Immanuel Wallerstein who defend a rather contrary perspective to that of the neoclassical economic theory in the face of the expansion of the historical capitalism’ world economy. Thus, the economic field is the ultimate point of the present research and practically of the entire debate, however, there is no intention of limiting the discussion to this field alone, this way, the focus on that social reality also takes into consideration its relation to both political and cultural fields (with analysis of the educational capital) precisely given that we understand the multiple dimensions of social life as undoubtedly inseparable aspects, yet it is not about harmonious relations, the social realm is one of struggle between the agents, a realm of contention between those who dominate and those who are dominated. In regard to this analysis of the political and cultural fields we made use of the theoretical propositions of Pierre Bourdieu with his notion of domination and symbolic violence as means of appropriation of both economic and cultural capital.

Key-words: Economic History; Agricultural Family Economy; Economic Behavior; Agricultural Labor; Symbolic Domination.

INTRODUÇÃO

Este trabalho será conduzido por uma discussão sobre comportamentos econômicos, especificamente sobre os comportamentos econômicos dos moradores da Vila Cariongo, localizada na região do Vale do Itapecuru, em Santa Rita/MA.

Através da pesquisa de campo, foi constatado que os moradores do Cariongo enfrentam atualmente um processo de reconfiguração de seus comportamentos ocasionados pelas transformações na realidade das atividades econômicas locais, tendo como causa desse processo a interdição de suas terras agricultáveis, esta última provocada pela intermediação de um conflito agrário entre moradores e um suposto grileiro de terras da região.

Deste modo, o foco de investigação desta pesquisa é a vida social econômica das famílias pertencentes ao Cariongo, principalmente sobre os aspectos de mudança ocasionados pela extinção da produção de farinha de mandioca antes produzida naquela área agricultável – área interdita pelo INCRA –, além de identificar outros tipos de atividades laborais não agrícolas existentes naquela configuração social. Então, o objetivo principal desta pesquisa de campo é compreender a situação econômica daquelas famílias que dependiam financeiramente da comercialização da farinha de mandioca e que em dias atuais estão impossibilitadas de efetivar suas produções agrícolas naquela área.

Sobre o procedimento metodológico desta pesquisa de campo foi contemplado tanto uma pesquisa qualitativa como também uma pesquisa quantitativa, ou seja, adotamos um método misto, o método de pesquisa quali-quantitativa.

Referente à pesquisa qualitativa, procedemos com a técnica da observação in loco, além de entrevistas. Foram vinte pessoas que concederam seus depoimentos, principalmente com declarações voltadas às questões da formação social e econômica do Cariongo. Os registros foram realizados com gravador de áudio portátil, além de registros fotográficos das pessoas entrevistadas e de quase toda a área do povoado. No entanto, não nos limitamos em coletar informações apenas com entrevistas gravadas, conversamos com outras pessoas de maneira espontânea, com discussões que contribuíram para o enriquecimento do diagnóstico social realizado no primeiro momento desta pesquisa.

Sobre a pesquisa quantitativa, foram aplicados quarenta questionários nos quais destacamos alguns quesitos que contribuíram para o fornecimento de explicações

aproximadas daquela realidade – jamais apreendidas enquanto verdades absolutas –, considerando ainda as formas individualizadas do social. A intenção desta estatística foi em traçar um perfil aproximado, sem absorver de forma generalizada as interpretações, justamente para evitar fornecer ao leitor uma imagem cristalizada daquele universo social.

Diz o sociólogo Bernard Lahire (2006):

A sociologia da pesquisa estatística mostra-se hoje muito mais circunspecta que no passado, distinguindo prudentemente os pólos ideal-típicos que permitem obter análises estatísticas, as quais proporcionam uma visão clara mais simplificada e abstrata das realidades sociais, das formas individualizadas do social que o sociólogo não pode mais deixar fora de campo de sua inteligência. (LAHIRE, 2006, p. 110).

Neste sentido, ao analisar os pares de opostos não deixamos de considerar também as situações médias, como bem orienta Bernard Lahire (2006) sobre os procedimentos dos trabalhos estatísticos nas ciências sociais contemporâneas. No caso desta pesquisa, veremos a quantidade de pessoas que trabalham com atividades agrícolas, quantos desempenham trabalhos não agrícolas e, ainda, a situação média; que seria exatamente a quantidade de pessoas que desenvolvem as duas funções, aquelas que trabalham tanto na lavoura como também buscam outros tipos de trabalhos não agrícolas.

Referente à abordagem inicial, pode-se dizer que o primeiro contato com as pessoas daquele povoado foi em janeiro de 2015, contudo as visitas se tornaram mais frequentes a partir de maio daquele mesmo ano. Em relação às entrevistas com questionários – o trabalho estatístico –, esta pesquisa foi iniciada em novembro de 2015 e se estendeu até fevereiro de 2016.

Esta dissertação inicia com um resgate histórico da economia brasileira. Considerou-se imprescindível esta contextualização histórica e sociológica sobre a economia brasileira e as diferentes explorações da força de trabalho. Neste Sentido, destacamos os principais ciclos produtivos que apresentaram índices de rentabilidades relevantes para o mercado de cada região brasileira, sem deixar de especificar as particularidades locais. Vale ressaltar que o Maranhão é apontado de maneira isolada do Nordeste brasileiro, compreende-se que este Estado possui um histórico econômico diferenciado da região referida, destacando-se com o enorme índice de mão-de-obra escrava que se consolidou em fins do Século XVIII impulsionada pela economia algodoeira.

Destarte, as fazendas do algodão no Maranhão são evidenciadas como responsáveis pelo aumento significativo da mão-de-obra de escravos africanos, sendo assim, a resistência escrava foi defendida como fator de luta por autonomia social e produtiva dos negros que deram início, naquele período, à formação de quilombos em torno das fazendas escravistas, principalmente na microrregião do Vale do Itapecuru, onde a exploração do algodão aconteceu com maior ênfase neste Estado.

No segundo capítulo, a pesquisa de campo é destacada com maiores detalhes sobre a fundação da Vila Cariongo, sessão em que exploraremos sobre a formação social e econômica desta comunidade remanescente de quilombo. Importante ressaltar que, além da pesquisa de campo, foi utilizado o Relatório Antropológico do INCRA-MA que serviu de apoio, além de contribuir enquanto documento comparativo com outros dados que foram coletados in loco.

Ainda no capítulo dois, traçamos como objetivo principal apontar o tipo de economia que se configurou no Cariongo, além de destacar o problema do conflito agrário – entre moradores e “grileiros” locais – estabelecido na localidade a partir do ano de 2003. Como supracitado, este foi um problema que resultou na interdição das terras agricultáveis pelo INCRA, justamente a partir da intervenção deste órgão federal foi que a situação se agravou no povoado, pois os moradores do Cariongo ficaram impedidos de realizar suas atividades agrícolas desde aquele período até os dias atuais.

Diante o problema das terras, dois eixos serão apontados como centrais para a discussão deste capítulo, a saber: a escassez da produção de farinha e a suposta situação de crise do trabalho agrícola no povoado. Neste sentido, antes de aprofundar nas questões de escassez e crise do trabalho agrícola no Cariongo – problemas ocasionados pelo conflito agrário local –, trataremos teoricamente como Fernand Braudel (1987) e Immanuel Wallerstein (2001) definem o capitalismo histórico e, ainda, como é compreendida a economia de subsistência diante suas concepções de economia-mundo.

Em seguida, A contribuição de Karl Polanyi tornar-se-á relevante para o debate com a sua proposição de economia humana, definição substantiva de econômico – ideias encontradas originalmente em Karl Marx – que difere completamente da definição formal defendida pela teoria neoclássica da economia. Na concepção substantiva, a subsistência do homem possui maior interação com o meio natural e social em que vive. Este significado de economia, material ou substantivo, definido por

Polanyi (2012), pressupõe ações econômicas socialmente enraizadas, perspectiva que concebe aos indivíduos o controle social dos processos econômicos, com maior liberdade das instituições políticas em questionar as imposições da economia capitalista de mercado. Nesta perspectiva, nota-se a ruptura com a definição formal da economia neoclássica que concebe a sociedade unicamente como uma sociedade de mercado, uma sociedade voltada inteiramente para a racionalização do mercado, onde a ideia de maximização é predominante.

Finalmente, no terceiro capítulo, será aprofundada a discussão sobre o que hipoteticamente identificamos como situação de crise das atividades agrícolas, além da discussão sobre o desenvolvimento das atividades econômicas não agrícolas na localidade, este último entendido enquanto processo de reconfiguração daqueles comportamentos. A base analítica do debate sobre comportamentos econômicos encontra-se ancorada na ideia de ação social econômica em Max Weber.

Weber nos fornece grande contribuição teórica e metodológica com a sua sociologia que se interessa pela compreensão interpretativa da ação social, ferramenta que nos conduziu para a investigação dos comportamentos econômicos desenvolvidos no Cariongo. Deste modo, nesta discussão teórica, tornou-se imprescindível resgatar em Weber a sua noção de utilidade – enquanto elemento de oportunidade econômica – e a ideia de racionalidade das ações econômicas.

No segundo momento deste capítulo, trataremos sobre o processo de reconfiguração das ações econômicas, individuais e coletivas, desenvolvidas na Vila Carongo, assim compreendidas enquanto comportamentos econômicos. Sendo assim, apresentaremos os dados estatísticos da pesquisa, os quais serão interpretados com sustentação nas ideias dos teóricos aqui citados.

Por fim, no último momento deste capítulo, será realizado um debate teórico sobre dominação capitalista e violência simbólica com base nas proposições analíticas de Pierre Bourdieu. Neste sentido, apontaremos que são exatamente as apropriações do campo de produção econômica e do campo de produção cultural – neste último campo nos limitaremos às análises dos níveis de escolaridade –, por parte do Estado, os mecanismos responsáveis pela dominação simbólica que menospreza as economias de pequena produção agrícola.

Em suma, esta é uma pesquisa das ciências sociais que estabelece um diálogo com distintas áreas do conhecimento científico, com discussões que transitam pela história econômica, antropologia econômica, sociologia econômica, política e

economia. Acreditamos que desta maneira este trabalho poderia se tornar cientificamente mais rico, por isso não se fez escolha por apenas uma área sem que fosse relacionada com as outras, mesmo que de forma sucinta.

CAPÍTULO I - HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA: ATIVIDADES ECONÔMICAS E A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA

1.1. Breve Histórico Socioeconômico das Atividades Produtivas Rurais e a Mão-de-Obra Utilizada

1.2. Contextualização da Economia Maranhense: A Produção do Algodão e a Exploração da Mão-de-Obra Negra Escrava no Vale do Itapecuru

1.1. Breve Histórico Socioeconômico das Atividades Produtivas Rurais e a Mão-de-Obra Utilizada

A colonização portuguesa em terras brasileiras sempre demonstrou interesses por nossas riquezas naturais, principalmente o ouro ou outras pedras preciosas. Com o intuito de enriquecimento rápido e fácil, os colonizadores acabaram sofrendo relativas frustrações com as quantidades de ouro¹ encontradas no Brasil. Esta ânsia pelos materiais valiosos, de acordo com Caio Prado Jr. (2012), foi movida pelas descobertas castelhanas outrora realizadas no México e no Peru. Sendo assim, o sucesso incipiente com as jazidas auríferas encontradas nestes países provocou um grande interesse de exploração por todo o território da América Latina – e no Brasil, enquanto maior território da América do Sul, não foi diferente. O problema é que estes metais não eram encontrados com facilidade, ao contrário destes países citados, aqui no Brasil, a dificuldade era enorme, o índio brasileiro não tinha conhecimento sobre tal preciosidade destas pedras.

Como diz Caio Prado Jr. (2012):

O fato é que não se encontravam os cobiçados metais. Ao contrário do que ocorrera no México e no Peru, os indígenas, de nível cultural muito baixo, não se tinham interessado por eles; e sua presença não fora ainda revelada ao homem. Durante quase dois séculos seriam procurados inutilmente. (PRADO JR., 2012, p. 37).

Então, finalmente no fim do Século XVII tivemos no Brasil achados relevantes e que “se multiplicaram sem interrupções até meados do Século XVIII, quando a mineração do ouro atinge no Brasil sua maior área de expansão geográfica, e alcança o mais alto nível de produtividade.” (PRADO JR., 2012, p. 37). Contudo, esta realidade refere-se ao Estado de Minas Gerais² e também a outros Estados do eixo Centro-Sul do país, com achados menos expressivos, porém satisfatórios para comercialização, como o Goiás, Mato Grosso, São Vicente (São Paulo), Paraná e Santa Catarina, fato responsável pela ocupação populacional nestas regiões brasileiras daquele período (PRADO JR., 2012).

¹ De acordo com Mircea Buescu (2011), grandes quantidades de ouro e diamantes foram encontradas, porém, o ciclo da mineração no Brasil sofre com a escassez com um pouco mais de 50 anos de sua descoberta.

² Estado onde se localizou as maiores minas de ouro do Brasil.

Já nas regiões do norte/nordeste a exploração do ouro não teve tanto sucesso³ – com exceção dos diamantes encontrados no sudoeste da Bahia – e com a ascensão da mineração, as outras atividades produtivas entram em declínio nestas regiões, o que resultou no empobrecimento e, por este motivo, foram sendo despovoadas. Entretanto, mesmo com todo o sucesso da mineração no Brasil, este fato aconteceu em curto período, pois ainda em meados do Século XVIII a exploração das jazidas auríferas entra em decadência, tornando-se assim, antieconômica.

O esgotamento rápido das jazidas aconteceu porque o ouro encontrado no Brasil foi, em sua maior parte, de aluvião⁴ - forma artesanal de extração do ouro -. O ouro de aluvião recebeu esse nome porque era justamente às margens dos rios e em seu leito que se encontravam a maior parte do ouro neste país, as fortes correntezas dos rios arrastavam as pedras preciosas para a formação de depósitos, onde eram garimpados manualmente, foram justamente os depósitos espalhados por aquelas regiões que esvaziaram com o tempo e a mineração entra em crise.

Assim, enquanto a mineração se expandia no eixo Centro-Sul do Brasil, a Colonização do Vale Amazônico⁵ insistia lentamente na exploração da floresta e sua enorme rede hidrográfica (PRADO JR., 20012). A base econômica desta colonização se inicia com a lavoura da cana de açúcar, contudo, as condições naturais são desfavoráveis, por este motivo tornou-se necessário encontrar outros produtos que pudessem justificar tanto esforço. O problema é que o solo Amazônico sofria enormes inundações, provocando, assim, grandes dificuldades de adaptação para os colonos.

Explica Eduardo Góes Neves (2006), antropólogo e arqueólogo, pesquisador da Floresta Amazônica:

Essa baixa fertilidade é explicada pela história geológica da região. Com exceção dos Andes, que são uma formação recente, a bacia amazônica está implantada sobre áreas geologicamente antigas, sujeitas às condições

³ Pelo menos naquele período, haja vista que houve uma grande exploração de ouro na década de 1800, quando não se tinha mais esperanças de encontrar ouro aqui no Brasil, a chamada “Serra Pelada”, região localizada no Estado do Pará.

⁴ O termo Aluvião é descrito, Geologicamente, pelo dicionário Michaelis on line, como um sedimento de argila, limo, areia, cascalho ou material detrítico semelhante, depositado por água corrente, especialmente durante uma época geológica recente. Encontrado, principalmente nas planícies sujeitas a inundações por um rio ou em forma de leques ou cones em lugares onde rios saem de uma montanha e, pela perda de velocidade, depositam no fundo de um vale a matéria trazida em suspensão. Consultar página, www.michaelis.uol.com.br/moderno/portugues.

⁵ Importante ressaltar que por Amazônia legal compreende-se não apenas o hoje Estado do Amazonas, mas, também outros Estados que compõe a Amazônia brasileira, como o Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, além de partes do Maranhão, do Tocantins e Mato Grosso. Estendo-se ainda, em pequenas proporções, aos países vizinhos, tais como: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia e Venezuela. (Neves, 2006, p. 11 – 12). Aqui, o Vale Amazônico, ao qual estamos nos referindo, compreende apenas os Estados do Amazonas, Pará e parte do Maranhão.

extremas dos climas tropicais. Sob essas condições, os solos são expostos anualmente a chuvas torrenciais, bem como à evaporação causada pelo sol equatorial. Em consequência, tornam-se ácidos e incapazes de manter seus nutrientes, em um processo conhecido como lixiviação. (NEVES, 2006, p. 16).

Diante das dificuldades encontradas pela incipiente colonização na floresta amazônica, ainda foi possível a descoberta de inúmeros “gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e, sobretudo o cacau: sem contar as madeiras e produtos abundantes do reino animal.” (PRADO JR, 2012, p. 48). Fica então a questão: como pode ter dado certo o desenvolvimento da agricultura – de alguns produtos, como por exemplo, o cacau –, nesta região, já que as condições naturais do solo e todo o bioma eram desfavoráveis para grandes produções agrícolas?

Neves (2006) nos explica:

Como explicar, então, o desenvolvimento da floresta? Isso ocorre por causa de uma eficiente reciclagem, permitindo que boa parte dos nutrientes que compõem a biomassa, produzida pela floresta e depositada sobre seu leito – folhas e troncos caídos, por exemplo –, seja decomposta e reabsorvida com a ajuda de micorrizas, fungos que vivem nas raízes das plantas. A reciclagem eficiente faz com que apenas uma pequena quantidade dos nutrientes seja absorvida pelo solo e, mesmo assim, só em suas camadas mais superficiais. Por isso, é comum que, em áreas desmatadas, a floresta demore muito a se recompor: o desmatamento interrompe a ciclagem dos nutrientes, empobrecendo os solos, além de torná-los expostos à chuva, o que favorece a erosão e a perda adicional dos eventuais nutrientes que ainda restavam. (NEVES, 2006, p. 16).

Neste sentido, o cacau foi o produto que se adaptou bem às condições supracitadas, sendo assim responsável pela economia desta região por muito tempo. O consumo do chocolate estava em auge na Europa e o cacau revelou-se como o principal produto de exportações do Pará.

Em 1720, o comércio do cacau foi intensificado em todo o Vale Amazônico e, para atender a demanda Europeia, fez-se necessária à escravização indígena local. Foram organizadas expedições escravizadoras, compostas por colonos militares, autoridades civis, moradores e missionários religiosos, especialmente jesuítas e carmelitas, (PRADO JR., 2012). Importante ressaltar que antes da expansão colonial Europeia já existia uma grandiosa cena de conflito indígena local – Os índios da região viviam em constantes guerras internas em defesa da terra contra tribos invasoras ou pela dominação do território –, e que inclusive, entre os Omáguas e os Tapajós, havia escravos aprisionados em guerra ou comprados de outras tribos, através do comércio intertribal, (PORRO, 1991).

Na segunda metade do Século XVII, as “tropas de resgate” – assim chamadas às tropas de recrutamento forçado, constituídas também por um numeroso contingente indígena⁶, utilizados para o domínio de outros índios e desta maneira fortalecer os exércitos da frente de expansão colonizadora – intensificaram suas buscas por “braços indígenas” para o aumento da produção da lavoura do cacau, o problema é que as tropas entravam constantemente em escassez devido às epidemias⁷ que assolavam todo o Vale Amazônico, sendo assim, fez-se necessário uma vasta procura por mão-de-obra indígena às margens do rio Amazonas, além dos rios Solimões, Negro, Tocantins, Xingu, Trombetas, Japurá, dentre outros. (MEIRA, 1994).

Então, a renovação de índios, tanto das tropas quanto para a utilização da mão-de-obra escrava, foi feita ano a ano. Vale ressaltar que os recrutamentos eram realizados com batalhas sangrentas e com ataque surpresa nas aldeias, onde ateavam fogo, atiravam em índios guerreiros e raptavam mulheres e crianças. (MEIRA, 1994). Diante de tanta violência das tropas portuguesas, só veio a despertar mais ainda a resistência indígena que se revoltara contra a exploração partindo para a luta armada.

Diz Prado Jr. (2012):

Organizada a expedição, ela segue fortemente guarnecida, porque é sempre de temer a hostilidade de tribos selvagens; muitas delas, de arma na mão, ainda resistiam à colonização em pleno Séc. XIX. (PRADO JR., 2012, p. 51).

Em 1747, o Conselho Ultramarino declarou a completa proibição da prática dos resgates, porém, somente em 1755, a administração portuguesa – iniciativa do Marquês de Pombal – proclama a liberdade indígena⁸, (MEIRA, 1994). Segundo Caio Prado Jr. (2012), a condição do índio, a partir de então, não é mais de escravo, mas, de semiassalariado, assim como o *Livro das Canoas*⁹, organizado por Márcio Meira (1994), que também retrata esta situação dos índios domésticos, já cristãos. Porém, ambos apontam que mesmo com direito a salários, os traços servis ainda foram

⁶ As tribos inimigas dos índios locais foram utilizadas pelos colonizadores portugueses para fortalecer suas tropas, além de auxiliar na exploração do árduo percurso dos rios e matas do Vale Amazônico.

⁷ De acordo com o “Livro das Canoas”, houve um alto índice de mortalidade indígena, causada não somente pelas expedições de guerra e de resgate, que foram, inclusive, violentas e traiçoeiras, mas, também ocasionada pelas doenças e pela desnutrição. (MEIRA, 1994).

⁸ Vale ressaltar que, segundo a legislação colonial, o índio era livre, contudo tinha por obrigatoriedade trabalhar para o colono. (FONSECA, 2011).

⁹ O Livro das Canoas é um manuscrito conservado no Arquivo Público do Estado do Pará, transcrito por Rosane do Nascimento e Cristine Rocha, sob a orientação de Márcio Meira, e publicado em 1994. Refere-se a um conjunto de registros organizados em um livro que foi preenchido por funcionários do Estado, para uso propriamente oficial. Livro que foi inserido no contexto auge da economia amazônica no período anterior ao Governo Pombalino, momento em que houve o maior volume de mercadorias saindo dos portos de Belém. (DIAS, 2012).

mantidos, por este motivo, muitos índios, não adaptados, continuaram a revoltar-se com tais condições escravistas, ou mesmo semiescravistas, e continuaram resistindo até a morte às imposições dos missionários empenhados a violentar a cultura indígena com os ensinamentos da cristandade.

Sobre a participação do negro africano na Amazônia quase não se tem esclarecimentos, o próprio Caio Prado Jr. (2012) afirma em sua obra – *História Econômica do Brasil* –, que “não se precisou do negro”, (PRADO JR., 2012). Também é possível notar em vários trabalhos publicados por outros pesquisadores, que a presença do escravo africano, em território Amazônico, é negligenciada. Em *O negro no Pará sob o regime da escravidão*¹⁰, entretanto, Vicente Salles (1988) aponta que os cronistas não destacaram sobre a participação do negro africano no processo produtivo da região norte do Brasil, e que “os documentos oficiais conhecidos são também pouco esclarecedores. Mais importante era, sem dúvida, a escravização do gentio.” (SALLES, 1988, p. 23).

Neste resgate histórico, ao contrário, não podemos deixar de mencionar a importante participação do negro africano¹¹ no processo produtivo e social da Amazônia colonial, processo pelo qual os escravos africanos não foram apenas coadjuvantes, nem o mestiço e muito menos o índio; todos tiveram papéis relevantes na formação não só econômica como também sociocultural desta região, mesmo que os negros tivessem participação bem menor que a dos índios, ainda assim, não pode ser ocultada da história a sua participação na formação cultural das populações Amazônicas¹², justamente porque este menor índice de escravos negros no Vale Amazônico é alterado nos séculos posteriores.

Segundo Bezerra Neto (2001), com a criação da Companhia do Comércio do Estado do Grão Pará e Maranhão, o tráfico negreiro foi intensificado nesta região, de 1755 a 1820, foram totalizados 53.072 escravos africanos neste Estado. Para Celso Furtado (2005), houve ainda uma imensa migração de nordestinos impulsionada pelo aumento da demanda da mão-de-obra naquela região¹³, aproximadamente meio milhão de nordestinos, o que resultou no aumento da mestiçagem das gerações posteriores.

¹⁰ Obra de Vicente Salles, pesquisador paraense sobre o sistema escravista que se consolidou no Pará.

¹¹ Sobre a participação do negro africano no processo produtivo e social do Pará, ver Vicente Salles (1988).

¹² Eurípedes A. Funes retrata sobre a forte presença das comunidades negras rurais amazônicas. Consultar Funes (1996).

¹³ O primeiro ciclo da Borracha acontece no Século XIX, é quando o extrativismo começa a ser explorado em grande escala e a Amazônia começa a atingir maiores índices de rentabilidade econômica.

Com relação ao nordeste, o Século XVII foi marcado por uma forte expansão da economia açucareira¹⁴. Entretanto, o açúcar enquanto produto agroexportador entra em decadência no século seguinte, sendo assim, a formação do sistema econômico do Nordeste brasileiro já se inicia como um lento processo de atrofiamento, perdurando em declínio por algumas décadas do Século XIX¹⁵. Processo chamado por Celso Furtado (2005) de “involução econômica”. (FURTADO, 2005, p. 70).

De qualquer forma, torna-se importante apontar que a economia açucareira do Nordeste foi o negócio agrícola mais rentável do período colonial, sendo responsável pela formação de um “mercado de dimensões relativamente grandes”. (FURTADO, 2005, p. 60). A mão-de-obra utilizada nos engenhos de açúcar foi principalmente a de escravos africanos¹⁶, mas, que também contou com a participação dos índios – escravos ou livres –, além de uma reduzida mão-de-obra branca, (BUESCU, 2011).

No início da exploração açucareira os portugueses sofreram com a escassez de mão-de-obra, sendo que o aproveitamento do escravo indígena tornou-se inviável para atender a demanda requerida pelo empreendimento dos engenhos do açúcar, recorrendo então à importação de escravos africanos, que além de servir para o aumento da produção, foi imprescindível também para a sobrevivência do próprio colono europeu em solo brasileiro.

O desenvolvimento da indústria açucareira no Nordeste proporcionou o surgimento de uma economia secundária e depende: a criação de gado. Foi a expansão da produção do açúcar que determinou o desenvolvimento da pecuária nesta região. Com o crescimento da produção açucareira no litoral nordestino, fez-se necessária a penetração no interior, grandes áreas foram devastadas com a exploração da madeira – utilizada como material de construção, além do aproveitamento da lenha que serviu como fonte de energia nos engenhos –, e os animais de tiro¹⁷ foram importantes neste processo, muito utilizados para o transporte das cargas.

Neste sentido, a criação de gado torna-se uma exigência, o boi foi o animal que serviu tanto para o transporte de cargas como também enquanto bem de consumo, a

¹⁴ Assim como no início da Colonização Amazônica – já supracitado – que teve o açúcar como principal produto, antes do Cacau, como base de sustentação econômica.

¹⁵ Vale ressaltar que em alguns momentos, na segunda parte do Século XIX em diante, o açúcar alcança posições significativas no mercado internacional, como no Maranhão, por exemplo, que obteve alta nas exportações na década de 1880. (REIS, 2013).

¹⁶ Para o desenvolvimento da produção açucareira, houve nesta região uma importação maciça de escravos africanos. (BUESCU, 1970).

¹⁷ Animais de tiro (cavalos ou bois), nome dado aos animais de tração, muito utilizados para o transporte das madeiras, além de transportar a produção dos engenhos mais distantes do litoral. (QUEIROZ, 1977).

carne bovina foi o principal suprimento alimentar consumido internamente, principalmente pelos escravos.

Explica a Socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1977):

Uma pequena agricultura de subsistência surgiu também muito cedo, pois tinha-se necessidade de comer para viver. A criação de animais fez, ao mesmo tempo, sua aparição e tomou seu impulso, suscitada pela necessidade de funcionamento dos engenhos e das culturas de cana, na base de gado para o transporte e para tocar as máquinas. (QUEIROZ, 1977, p. 55).

As fazendas de gado se multiplicavam concomitantemente à expansão das lavouras da cana de açúcar percorrendo todo o litoral nordestino. Bahia e Pernambuco foram os Estados que se destacaram enquanto pioneiros, principalmente na Zona da Mata em Pernambuco¹⁸, área favorável à cultura do açúcar, (QUEIROZ, 1977). Em meados do Século XVII, as fazendas se estendem ao longo do rio São Francisco cruzando o Tocantins, e ao norte, o Maranhão, ampliando-se em direção ao Goiás e Mato Grosso, seguindo ainda, os rios Parnaíba no Piauí¹⁹ e Maranhão – alcançando o litoral do Ceará –, além do rio Itapecuru do sertão maranhense. (PRADO JR., 2012; FURTADO, 2005; QUEIROZ, 1977).

Vale notar que a criação de gado acompanhava o litoral e os rios, contudo, se distanciava das grandes lavouras de cana – estas que eram impossíveis de serem cercadas, devido às enormes plantações –, haja vista que o gado era criado em liberdade, sendo assim precisava mantê-los distantes para não prejudicar as plantações de cana²⁰. Os vaqueiros exploravam mata adentro com intuito de formar rebanhos consideráveis, e o aumento dos rebanhos demandava a necessidade de novas pastagens, por isso a vida nômade dos criadores. “O Sertão foi, pois, sempre uma região de êxodo ou de emigração mais ou menos intensa na direção do interior do país.” (QUEIROZ, 1977, p. 59).

Mesmo sendo um dos meios de ascensão socioeconômica da região, a pecuária não alcança um nível de produtividade relevante que pudesse acompanhar a expansão da economia açucareira, apesar de ter sido um fenômeno econômico provocado pelo empreendimento açucareiro, a sua rentabilidade foi relativamente baixa. Segundo Celso

¹⁸ De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, o gado foi introduzido no Nordeste em 1535, pelo donatário Duarte Coelho, instalando-se na Zona da Mata, em Pernambuco. (QUEIROZ, 1977).

¹⁹ Segundo Prado Jr., as fazendas do Piauí logo se destacaram como as mais importantes de todo o Nordeste, a maior parte do gado consumido na Bahia era proveniente das fazendas do Piauí. (PRADO JR., 2012).

²⁰ Para Celso Furtado, grandes transtornos devem ter sido provocados por conta da penetração de animais nas plantações, tanto que o Governo Português decidiu proibir a criação de gado na faixa litorânea, separando, definitivamente, estas duas atividades econômicas. Fato responsável por uma maior penetração e ocupação do interior nordestino. (FURTADO, 2005).

Furtado (2005), a renda total gerada pela economia criatória do Nordeste não ultrapassou a marca de cinco por cento do valor de exportação do açúcar²¹. Ao contrário da atividade açucareira, com produtividade relevante para o mercado agroexportador, a pecuária não utilizava a mão-de-obra escrava africana, somente mão-de-obra local – índios livres ou não, além dos caboclos (mestiços) –, por este motivo sua produtividade era baixa, considerando ainda que a resistência indígena foi grande, embora o índio tivesse se adaptado muito bem a esta atividade produtiva, muitas tribos se revoltaram com o fato de “verem-se espoliados de suas terras”. (FURTADO, 2005, p. 65).

Neste sentido, a expansão pecuária acontece com o aumento dos rebanhos, porém com uma precária incorporação de mão-de-obra. O crescimento extensivo da criação de gado com a penetração no sertão Nordestino acarretou num problema sério, tornou-se dispendioso, sendo assim desfavorável para o criador, pois à medida que os pastos se distanciavam do litoral, os custos com transporte do gado aumentavam. Esse foi um fator estrutural interno que contribuiu para a decadência desta atividade produtiva, muitos pesquisadores apontam que esta foi uma atividade econômica que se resumiu à subsistência da região, atendendo apenas – e com muita dificuldade – às necessidades da população nordestina.

Resume Furtado (2005) sobre a pecuária no Nordeste do período colonial:

Observada a economia criatória em conjunto; sua principal atividade deveria ser aquela ligada à-própria subsistência de sua população. Para compreender esse fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência. (FURTADO, 2005, p.67).

Foi a expansão do ciclo da mineração – início do Século XVIII – o principal responsável pela migração em massa de famílias nordestinas para o Centro-Sul do Brasil. A economia açucareira entra em decadência neste período, além da sua economia dependente e de subsistência (criação de gado), que sobrevivia duramente, sendo assim, a região aos poucos foi despovoando-se “em razão do aumento nos preços dos escravos e da emigração da mão-de-obra especializada, determinados pela expansão da produção do ouro”. (FURTADO, 2005, p. 68). Desta maneira, a região Nordeste persistiu fracassada ao longo do Século XVIII, investindo ainda precariamente nos

²¹ Neste percentual está incluso o gado vendido no litoral e a exportação do couro. (FURTADO, 2005).

engenhos de açúcar, criação de gado, o couro utilizado pelos artesãos, pequenas roças para subsistência, criação de miunças²² etc.

Em contrapartida, enquanto o Nordeste enfrentava lentamente seu fracasso econômico, o Rio Grande do Sul começava a ser povoado e adquire sua ascensão econômica justamente no período da expansão da mineração. A exploração do ouro e diamantes no Estado de Minas Gerais estava em alta, sendo assim, os animais de tiro foram imprescindíveis para o transporte em direção à costa, além da necessidade de transportar mantimentos para os “homens das minas”, pois nada se plantava naquele território, “a preocupação única e absorvente era procurar pepitas na água das fontes e dos rios, nas areias ou na argila das colinas”. (QUEIROZ, 1977, p. 65).

Neste sentido, trabalhadores²³ de outros Estados da região Centro-Sul supriam as necessidades da produtividade das jazidas auríferas, todas as atividades produtivas desta região giravam em torno da exploração do ouro. A maioria dos animais era oriunda do Rio Grande do Sul, tropeiros²⁴ paulistas exploravam toda região do Pampa Gaúcho a procura de animais selvagens.

Diz Queiroz (1977):

Tropeiros paulistas faziam, então, verdadeiras expedições de captura no Sul do país, em busca de cavalos, de éguas, de mulas, que traziam para a célebre feira de Sorocaba. Eram vendidos e, em seguida, encaminhados para as minas ou para as grandes plantações de abastecimento que se estendiam entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. (QUEIROZ, 1977, p. 65).

Ao contrário dos fazendeiros do Sertão nordestino²⁵, nas estâncias²⁶ gaúchas se criavam cavalos e jegues para exportar para outras regiões do Brasil, principalmente para aqueles lugares onde as atividades nas minas eram intensas, reconhecidos como grandes consumidores de animais de transporte.

²² “Miunças” foi o termo pejorativo dado à criação de alguns animais, tais como: galinhas, porcos, cabras etc., este termo “revelava certo desprezo por este tipo de criação”. (QUEIROZ, 1977, p. 62).

²³ O ciclo da mineração no Século XVIII foi responsável pelo despovoamento da região nordestina que já possuía um fraco índice populacional. Boa parte da mão-de-obra especializada dos engenhos do açúcar do Nordeste migrou para cidades do eixo Centro-Sul do país para trabalhar nas jazidas auríferas, seja para garimpar nas minas de ouro ou como suporte nas atividades secundárias. Fato que também contribuiu para o povoamento destas regiões onde a atividade da mineração expandia. (FURTADO, 2005; QUEIROZ, 1977; PRADO JR., 2012).

²⁴ “Tropeiros”, expressão utilizada para identificar os donos das tropas de animais de tiro. (QUEIROZ, 1977).

²⁵ Os fazendeiros do Sertão nordestino criavam cavalos, jegues e mulas apenas para satisfazer as necessidades locais, não tinham interesse em exportar, como fizeram os estancieiros gaúchos. (QUEIROZ, 1977).

²⁶ De acordo com Caio Prado Jr., somente no Rio Grande do Sul as propriedades tem esse nome, Estância; palavra derivada do Castelhana. Ainda que essa parte do Brasil pertencesse à colonização portuguesa, ainda não era bem definido sobre os limites da área sulina e, por este motivo, os espanhóis lutaram por muito tempo por aquelas terras, a guerra entre estes dois colonizadores europeus ibéricos perdurou ao longo do Século XVIII. (PRADO JR., 2012).

Muitos foram os contrastes de produções econômicas entre a região Nordeste e o Sul do país. No Nordeste, o fraco índice populacional e, posteriormente, a dificuldade de importação de escravos africanos²⁷, além dos altos custos com os animais de tiro²⁸, como se não fosse suficiente tamanho empecilho, surge outro problema que solapou tanto a atividade açucareira como também a pecuária, a saber: as desastrosas secas nordestinas. Durante o Século XVIII o Nordeste sofre com as secas de 1777-1779²⁹, período em que o sertão nordestino tem seu gado dizimado e, conseqüentemente, seus criadores ficam arruinados. Situação que obriga a província do Ceará daquele período a desistir de outra atividade econômica, a produção da “carne de sol”.

A exportação da “carne de sol” foi outra economia alternativa – produzida de forma artesanal – que despertou certa rentabilidade no Ceará, contudo, é no Rio Grande do Sul que esta atividade é aperfeiçoada. A carne salgada – conhecida também como “carne seca” – deu origem às “charqueadas”, verdadeiras indústrias do charque criadas pelos habitantes dos Pampas que melhoraram o método da preparação da carne e assim ascenderam economicamente. Grandes quantidades foram exportadas logo nas primeiras décadas de sua fundação³⁰, o que resultou no desenvolvimento da cidade de Pelotas, local que se destacou com este tipo de produção.

O Rio Grande do Sul inicia sua economia com a pecuária e por certo período foi esta a principal atividade que só crescia, tal destaque se deu justamente por causa da imensidão de suas terras, o gado se multiplicou com facilidade, pois tudo favorecia a sua rápida reprodução.

Como diz Queiroz (1977):

Muito cedo, os paulistas, os portugueses e os espanhóis perceberam a excelente qualidade dos campos da região e distinguiram suas variedades: os “campos finos”, com gramados tenros, com fontes abundantes. Os “campos dobrados”, fechados por colinas baixas, arredondadas, separadas por pequenos vales úmidos, eram os melhores para o gado. Os “campos grossos”, com ondulações exageradas, vales recortados; os “campos frouxos” ou “fracos”, cuja terra arenosa fazia crescer relvas duras e pouco abundantes, eram de má qualidade. Entre as duas variedades, os “campos médios”, reuniam, ao mesmo tempo, as características do melhor e do pior. (QUEIROZ, 1977, p. 66).

²⁷ No caso do empreendimento açucareiro que se utilizava mão-de-obra africana, a dificuldade foi motivada pelo aumento do preço de escravos, como já apontado neste texto.

²⁸ Como explicamos anteriormente, os custos com o transporte tornaram-se dispendiosos para aqueles que investiam na criação de gado extensiva e se distanciavam cada vez mais do litoral. (FURTADO, 2005).

²⁹ Segundo Queiroz (1977), secas como as de 1779 foram desastrosas em todo o sertão nordestino.

³⁰ Para Queiroz e Prado Jr., as primeiras indústrias de charque surgiram por volta de 1780, localizadas entre os rios Pelotas e São Gonçalo, próximo aos criatórios de gado e ao porto do Rio Grande, onde se escoava a produção para o comércio exterior. (QUEIROZ, 1977; PRADO JR., 2012).

Neste sentido, ao contrário do Nordeste, as condições naturais dos Pampas foram excelentes para a reprodução do gado na região, e justamente por isso os conflitos foram intensos. Portugueses e Espanhóis lutaram – por quase todo o Século XVIII – pelas terras do Rio Grande, “estâncias foram destruídas, famílias assassinadas, o gado abandonado retornava ao estado selvagem”. (QUEIROZ, 1977, p. 67).

Mas, as atividades não cessavam a caça ao gado, os estancieiros gaúchos, diferente dos vaqueiros das fazendas nordestinas, eram responsáveis pela captura e domesticação do boi, sendo assim, identificados como verdadeiros caçadores de animais selvagens com o intuito apenas de extrair o couro. O couro foi o principal produto de exportação daquele período – passando a ser uma atividade secundária somente após a implementação das indústrias do charque –, a carne era desprezada, pois não havia pessoas suficientes para consumi-las, neste início da civilização gaúcha o índice populacional ainda era muito baixo, muitos caçadores deixavam os restos mortais – de bois e touros – no local da caça, aproveitando apenas o couro para fins de comercialização.

Desta forma, o Rio Grande do Sul avança economicamente por todo o Século XVIII e XIX. Contudo, é no fim do Século XIX até a primeira metade do Século XX o período de maior riqueza da região dos Pampas. Este enriquecimento se dá com a implementação das indústrias frigoríficas³¹, onde é modificado todo o processo de trabalho, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando adota uma mão-de-obra muito mais qualificada e numerosa do que as velhas estâncias comerciais que se utilizavam da força de trabalho livre cabocla e dos índios mansos, além da “reduzida mão-de-obra negra escrava”.

Sobre a questão da mão-de-obra escrava dos negros nas atividades produtivas do Rio Grande do Sul, destaca-se a contribuição do Economista, Luiz Roberto P. Targa (1996). Este pesquisador, em sua obra – intitulada *Gaúchos e Paulistas: dez escritos da história regional comparada* – aponta a originalidade histórica das formas e processo de trabalho dos gaúchos com relação às demais regiões brasileiras, diferente das plantations³² de cana de açúcar no Nordeste do Século XVII e XVIII, e principalmente das plantations do café em São Paulo em fins do Século XIX. De acordo com Targa

³¹ Com a implementação da indústria frigorífica no Rio Grande do Sul, a indústria do charque passa a ser uma atividade secundária.

³² Plantation foi o termo utilizado para identificar o sistema escravista muito utilizado no Brasil; refere-se à escravização negra africana enquanto mão-de-obra utilizada na atividade agroexportadora de cana de açúcar no Nordeste e depois na atividade cafeeira no sudeste do Brasil.

(1996), o trabalho escravo no Rio Grande do Sul existiu, porém foi raramente utilizado, e quando utilizado foi em atividades de apoio, e não como atividade principal. O setor escravista do Sul perdia seus escravos para a atividade cafeeira do Sudeste, que concentrava cada vez mais um grande número de escravos disponíveis do país e atraía imigrantes europeus não ibéricos³³ com a organização do seu modo de produção capitalista concorrencial, já a região cafeeira bloqueava a imigração³⁴ e o monopólio das exportações do mercado internacional era mantido pelo poder econômico dos “barões do café”.

Ainda sobre a participação da mão-de-obra escrava negra nas atividades produtivas da sociedade sulina, Mário Maestri (1996) nos fornece informações contrárias àquelas cedidas por Targa (1996). De acordo com Maestri (1996), “o trabalhador negro escravizado contribuiu significativamente em todos os momentos da fundação e do desenvolvimento da sociedade sulina”. (MESTRI, 1996, p. 295).

Maestri (1996) explica:

Os cativos eram um dos principais produtos contrabandeados em Sacramento. Escravos participaram da primeira expedição oficial ao Estreito. As primeiras vilas e estâncias gaúchas funcionaram, em parte, assentadas no braço feitorizado. A seguir, a exploração charqueadora ensejou a importação de quantidades significativas de cativos. (MAESTRI, 1996, p. 295).

Neste sentido, nos parece óbvio que a participação da mão-de-obra negra escrava no processo produtivo do Sul não foi raramente utilizada, como apontou Targa (1996), ao contrário, segundo Maesri (1996), teve forte participação na formação da economia Gaúcha, principalmente na indústria do charque do Século XVIII.

Diz ainda:

Em 1780, a capitania contava com 9433 homens “brancos”, 3388 “índios” aculturados e 5102 (28%) “pretos”. Em 1814, tinha 32.300 “brancos”, 20611 “escravos”, 8655 “índios” e 5399 “livres” (negros livres e alforriados). A importância absoluta e relativa da população cativa sulina só decaiu, nas primeiras décadas do Século XIX, com a imigração européia e, sobretudo, em meados do século, quando o Rio Grande do Sul passou a exportar cativos para o Centro-Sul. Ainda em 1861, a população gaúcha escravizada era significativa. O Rio Grande do Sul teria 344.227 habitantes, sendo que 77.588 (23%) escravizados. (MAESTRI, 1996, p. 295).

Desta forma, torna-se possível notar que os números de escravos importados foram altos, o que caracterizou uma grande participação da mão-de-obra negra.

³³ Principalmente os alemães, quando em 1824 D. Pedro I cria uma colônia de povoamento de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, onde era interdito o uso de trabalhadores escravos. Fato que resultou na introdução de novas relações de produção e comportamentos econômicos nesta região. (TARGA, 1996).

³⁴ A imigração de europeus não ibéricos acontece no Sudeste em grande escala quando houve a necessidade da substituição do escravo emancipado pelos trabalhadores europeus. (TARGA, 1996).

Todavia, é importante ressaltar que – inclusive este é um ponto de convergência entre estes dois autores – a participação dos escravos na formação econômica do Rio Grande do Sul, como supracitado, foi sendo diminuída devido à exportação de seus escravos para as fazendas cafeeiras do Sudeste brasileiro, além da forte resistência que contribuiu para a constituição significativa de quilombos na região dos Pampas³⁵.

Em suma, o ciclo da mineração foi um período de maior relevância em atividades econômicas no Brasil até meados do Século XVIII, atividade esta que favoreceu principalmente as regiões do Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Após este período, Séculos XIX e XX, o sudeste se destaca com a exportação do café e o sul com as indústrias frigoríficas. No entanto, no Norte e Nordeste brasileiro, as produções econômicas seguiram com lentas oscilações entre o sucesso e o declínio em agroexportações de alguns produtos.

Com o declínio da mineração no Brasil, na segunda metade do Século XVIII, houve o ressurgimento da agricultura, ou mesmo, como diz Prado Jr., o “Renascimento da Agricultura” (PRADO JR., 2012, p. 54). A partir deste período, a região Nordeste volta a se destacar com as agroexportações, a cana de açúcar retoma um nível relevante de produtividade econômica em diferentes Estados.

O Maranhão se destaca com a exportação de alguns produtos agrícolas, tais como: açúcar, arroz, milho e o algodão³⁶; este último foi fundamental para o desenvolvimento econômico e social deste Estado. Neste sentido, o próximo tópico tratará sobre o desenvolvimento da produção do algodão no Maranhão, atividade produtiva exercida especificamente na região do Vale do Itapecuru. Importante destacar que as duas maiores produções agrícolas do Maranhão foram o açúcar e o algodão, o primeiro obteve maior destaque nas regiões do Vale do Pindaré e do Vale do Mearim, mas não exploraremos sobre a história econômica destas regiões, o foco da próxima sessão reporta-se a produção do algodão, desenvolvida no Vale do Itapecuru, área de maior densidade populacional do Estado naquele período, formada por um numeroso contingente de escravos negros e, por este motivo, muitas áreas de quilombos surgiram aos redores das fazendas do algodão.

³⁵ Sobre a história dos negros aquilombados do Rio Grande do Sul, ver Maestri (1996).

³⁶ Tempos depois, no Século XIX, o Maranhão se destaca com a exportação da amêndoa de babaçu e com a comercialização da farinha de mandioca no mercado regional.

1.2. Contextualização da Economia Maranhense: A Produção do Algodão e a Exploração da Mão-de-Obra Negra Escrava no Vale do Itapecuru

A partir da segunda metade do Século XVIII, o Maranhão se destaca com a exportação do algodão³⁷. Tal produto torna-se, neste contexto, a principal matéria-prima industrial da Europa e assim perdura por algum tempo. A Revolução Industrial é responsável por proporcionar o desenvolvimento da indústria têxtil moderna e inclui o Maranhão neste processo, onde é intensificada a produção do algodão, matéria-prima que alcança – em determinados períodos – a maior marca de produtividade agrícola daquela província. O Brasil inteiro passa a cultivar o algodão tendo em vista a exportação, mas, é no Maranhão que esta produção se destaca como mais importante para o comércio externo, onde grandes quantidades foram exportadas.

Diz Prado Jr. (2012):

A Bahia e o Rio de Janeiro seguirão o passo. Mas é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão dar-lhe-á vida e transformá-la-á, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitânias. (PRADO JR., 2012, p. 56).

Neste sentido, o Maranhão segue em posição ascendente referente ao mercado agroexportador do algodão – e o arroz em menor escala –, no entanto, após os conflitos da Guerra da Independência Norte-americana, além da introdução da produção algodoeira Indiana, os preços caem e a produção do algodão no Maranhão inicia, por volta de 1822, os primeiros passos para o declínio desta atividade exportadora³⁸. Importante ressaltar que com a crise da exportação algodoeira o Maranhão não entra em decadência econômica³⁹, tampouco esta atividade produtiva cessa na província. De acordo com Flávio Reis (2013), com a baixa da exportação do algodão, o açúcar volta a ascender ocupando posição relevante no mercado internacional.

Vejamos o que diz Reis (2013):

³⁷ Importante ressaltar que o açúcar também é produto de destaque da lavoura maranhense, no entanto, sofre oscilações no mercado agroexportador, travando uma constante disputa com o mercado do algodão, que também sofre oscilações em determinados períodos a partir da segunda metade do Século XVIII em diante. Sobre esta questão, consultar Flávio Reis (2013).

³⁸ Consultar, Campos (2008).

³⁹ Sobre a decadência econômica e social no Maranhão, segundo Alfredo Wagner B. de Almeida (2008), esta não passa de um discurso ideológico disseminado pelas autoridades do Governo daquele período. A decadência da lavoura no Maranhão é apontada repetidamente nos relatórios pelos intérpretes oficiais, ou seja, é uma versão oficial que se caracteriza como verdade absoluta, mas, que não se configura em uma realidade no Maranhão naquele momento histórico. Consultar, *A Ideologia da Decadência* (ALMEIDA, 2008a).

A participação do Maranhão no total das exportações brasileiras de algodão caiu de 30% na década de 1850 para 17% na década de 1880. O inverso ocorreu com a produção do açúcar, que aumentou significativamente, tendo sua exportação passado da média anual de 1. 986 toneladas na década de 1860, para 13.063 nos anos 1880. (REIS, 2013, p. 32).

Assim, mesmo com a ascensão da exportação do açúcar, esta atividade não consegue atender as expectativas de seus investidores. Sendo assim, foi criada – já nas últimas décadas do Século XIX – uma nova alternativa para que se evitasse uma real decadência no Maranhão, foram implementadas então, as fábricas têxteis. De acordo com Jerônimo Viveiros (1992), muitos empresários capitalistas foram estimulados a investir – desiludidos com a lavoura – neste ramo de atividade, e assim foram surgindo diversas fábricas nos principais centros urbanos do Estado. A fábrica de tecidos em Caxias foi a primeira, depois em Codó, até que em 1895 já nos deparávamos com várias fábricas, não só de tecidos, mas também de outros produtos.

Expõe Viveiros (1992) sobre o total das indústrias maranhenses em 1895:

Composto por 17 fábricas pertencentes a sociedades anônimas e 10 que eram de particulares, sendo 10 de fiação e tecidos de algodão, 1 de fiar algodão, 1 de tecido de cânhamo, 1 de tecido de lã, 1 de meias, 1 de fósforo, 1 de chumbo e pregos, 1 de calçados, 1 de produtos cerâmicos, 4 de pilar arroz, 2 de pilar arroz e fazer sabão, 1 de sabão e 2 de açúcar e aguardente. (VIVEIROS, 1992, p. 558-559).

O setor fabril se desenvolvia tanto que foram criadas expectativas, por parte dos empresários, em transformar a cidade de São Luís em um grande pólo industrial, expectativas que foram se tornando possíveis “devido à articulação entre frações da aristocracia rural e burguesia comercial e da reunião de seus capitais” (CAMPOS, 2008, p. 7-8). No início do Século XX contávamos com várias fábricas nesta cidade, tais como: Companhia de Fiação e Tecidos do Rio Anil; Companhia de Fiação e Tecidos Maranhenses; Companhia Fabril Maranhense; Companhia de Fiação e Tecidos de Cânhamo; Fábrica Santa Amélia (Companhia Progresso de São Luís); Companhia de Fiação e Tecelagem de São Luís e Companhia de Lanifícios Maranhenses.

Segundo a historiadora Marize Campos (2008), este ramo fracassa logo no período em que se inicia uma superprodução local de tecidos de algodão, e a consequência foi a ruína de várias empresas, estendendo-se nestas condições por algumas décadas. Somente em 1913 foi que as indústrias de tecidos de algodão voltaram a obter posições satisfatórias, e assim foram mantidas em padrão ascendente até mesmo durante o período da I Guerra Mundial.

No que se refere à mão-de-obra operária, Campos (2008) aponta que houve uma forte presença feminina nas fábricas, além de crianças, que também foram utilizadas como força de trabalho para o desempenho de certas atividades⁴⁰. Já a maioria dos homens dedicava-se aos trabalhos agrícolas, outros exerciam algumas atividades produtivas urbanas. A força de trabalho empregada era oriunda das camadas urbanas empobrecidas ou de pessoas que se deslocavam do campo em busca das atividades operárias das fábricas de São Luís.

Voltando aos negócios agroexportadores do algodão e açúcar, vale destacar que para a ocorrência destas atividades produtivas foi utilizada a mão-de-obra escrava de negros africanos e seus descendentes. O algodão, por exemplo, nos períodos de auge produtivo⁴¹, foi responsável pelo aumento significativo de escravos negros africanos no Maranhão.

De acordo com Mathias Assunção (2000), em fins do Século XVIII e início do Século XIX, o Maranhão apresentava a maior marca percentual de população escrava do Império, com a porcentagem de 55% de escravos.

Aponta Assunção (2000):

A importação de 12 mil escravos na época da Companhia do Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755-1777) iniciou um tráfico humano intenso, que culminou com a importação de 41 mil “peças”, só entre 1812-20. Como resultado, o Maranhão apresentava, às vésperas da Independência, a mais alta porcentagem de população escrava do Império (55%), concentrada nas fazendas de algodão e arroz, mais tarde também de açúcar, situadas nos vales dos rios Itapecuru, Mearim e Pindaré e na baixada ocidental. Por outro lado, o Maranhão não conseguiu atrair uma significativa imigração européia. Destarte, a população branca, ou considerada como tal, sempre foi bastante reduzida: não passava, em 1821, de 15%. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 434).

Com tantos escravos no Maranhão torna-se possível a interpretação que os negócios agroexportadores seguiram em prosperidade por várias décadas ao longo do Século XIX, e que no movimento inverso, diante as flutuações do preço do algodão, o período de baixa significou decadência. Contudo, de acordo com Almeida (2008a), esta seria uma interpretação equivocada, pois os momentos de queda dos preços não denotam em fracasso extremo, ou mesmo, ruína ou decadência da lavoura maranhense, como relata os intérpretes da historiografia oficial. Para Almeida (2008a), muitos foram

⁴⁰ Seguindo o modelo de trabalho das fábricas britânicas do Século XVIII e início do XIX, onde se explorava a mão-de-obra de mulheres e crianças.

⁴¹ Inclusive, o algodão por muito tempo obteve o título de “ouro branco”, dado a sua grande produtividade e por ter sido responsável pela riqueza, mesmo que temporária, no Maranhão. Para Caio Prado Jr. (2012), além da transformação econômica, a ascensão do algodão é responsável também pela transformação étnica da região, como ele mesmo diz: “o algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão”. (PRADO JR., 2012, p. 58).

os acontecimentos responsáveis pela baixa da produção e o “atraso” da agricultura no Maranhão, mas que nenhum destes apontou – apesar de evidenciar uma situação problemática de crise – para uma decadente situação econômica local.

A análise crítica que Almeida (2008a) faz é com relação à produção intelectual daquele período histórico, muitos estudos que foram produzidos nas primeiras décadas do Século XIX – por aqueles pesquisadores preocupados com o resgate histórico sobre a situação econômica e social da província – limitaram-se às análises dos documentos oficiais, onde se identificam apressadas conclusões, superficialidades nas investigações de pesquisa, teorias explicativas equivocadas com erros metodológicos que comprometem a análise sobre a questão. Sendo assim, apenas reproduziram as informações contidas nestes documentos, e as absorveram enquanto verdades inquestionáveis, desta maneira, o discurso de decadência da lavoura maranhense foi difundido.

Deste modo, o que houve foram frequentes oscilações na economia provincial maranhense, as flutuações dos preços do algodão foram interpretadas nos documentos oficiais como: ora, “idade de ouro” ou período de prosperidade, ora, como ruína ou decadência, ou seja, as interpretações variam de um extremo ao outro (ALMEIDA, 2008a). Porém, vimos com Flávio Reis (2013), que outros produtos davam suporte e que ajudavam a equilibrar a economia local com a atividade agroexportadora, tais como: o açúcar e o arroz⁴², acrescentando também as produções de milho, farinha de mandioca e amêndoa de babaçu; além do setor fabril em fins do Século XIX, que surge como nova alternativa.

Outro fato importante, e que é bastante apontado pela versão oficial, foi a escassez de braços. A “falta de braços” é vista como responsável direto pela “decadência” da lavoura maranhense, muitos dos escravos que vieram para trabalhar na lavoura do algodão e açúcar morreram ou fugiram. A mortalidade e evasão eram frequentes na região. Além disso, houve também a exportação de escravos para as províncias do Sul, e no Sudeste, mais tarde – em fins do Século XIX e início do Século XX –, para as indústrias cafeeiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Neste sentido, compreendemos a associação dos efeitos imediatos que a queda dos preços do algodão implicou no comércio de escravos, mas não podemos – tendo como referência a tese de

⁴² No que se refere ao comércio externo, o arroz nunca alcançou uma marca de produtividade exportadora que pudesse ser comparada com o algodão e o açúcar, mas, segue na mesma direção. Porém, o destaque é muito maior no comércio nacional, que durante a I Guerra Mundial sofre impulso. Somente no ano de 1914 o Maranhão produziu 5.120 toneladas. (REIS, 2013).

Almeida (2008a) – associar unicamente esta “falta de braços” à baixa do preço do algodão, e menos ainda que estes fatores tenham deixado à economia maranhense em plena ruína.

Desta forma, a queda dos preços do algodão – provocada pela perda gradativa do mercado inglês para os Estados Unidos –, a escassez de braços para atender grandes demandas da lavoura, a mortalidade e enorme evasão dos escravos; tudo isso contribuiu para o endividamento⁴³ dos grandes proprietários rurais locais, que passaram a adquirir altos débitos com a aquisição de escravos, e talvez por este motivo intensificaram-se as exportações de escravos para as regiões Sul e Sudeste do Brasil, justamente para tentar sanar dívidas.

Vale ressaltar também sobre os movimentos de revoltas populares iniciados a partir da década de 20 do Século XIX. Mas, é na década de 30, estendendo-se até a década de 40 – com a chamada *Setembrada* (1831), que desembocou mais tarde na *Balaiada* (1838-1841) – que se destacaram os principais movimentos de insurreição popular no Maranhão, responsáveis diretos pela desorganização da vida econômica e social da província.

A Balaiada, também conhecida como Guerra dos Bem-te-vis, é considerada uma das maiores guerras civis do Brasil. Esta ocorreu no período Regencial (1831-1840), época em que o país passa a fortalecer sua luta por independência, em busca de autonomia e formação político-partidária, onde ecoa por todo o território nacional os gritos de liberdade. A Balaiada foi um movimento popular formado por negros quilombolas, negros forros⁴⁴ e a população pobre livre, tais como: vaqueiros, camponeses e artesãos; além da participação dos profissionais liberais e intelectuais do partido Bem-te-vi, movidos pela luta Antilusitana – Jornalistas, Escritores etc. –.

O cenário era de racismo, ódio, disputas políticas, fraudes eleitorais, conflito e violência. O maior representante da Balaiada, considerado o “Zumbi Maranhense”, foi o negro Cosme, este que tinha como causa maior a conquista da liberdade total dos negros e melhores condições de vida desta população, nem que pra isso tivesse que matar fazendeiros escravistas, e assim foi feito.

Cosme Bento das Chagas era natural de Sobral/CE e em 1830 já era forro aqui no Maranhão. Segundo Mathias Assunção (2000), ele foi preso por homicídio neste

⁴³ O endividamento dos grandes proprietários rurais é também entendido pela historiografia oficial como sinal de decadência da lavoura no Maranhão.

⁴⁴ “Negros forros” foi o nome dado aos negros que possuíam carta de liberdade, alforriados.

mesmo período na comarca do Itapecuru-Mirim, enviado em seguida para São Luís, de onde fugiu, retornando para o interior. De volta a Itapecuru, conseguiu liderar mais de dois mil negros quilombolas das fazendas de algodão. Cosme invadia fazendas e ainda obrigava os fazendeiros a assinar carta de liberdade aos escravos. Ele era alfabetizado e reconhecia que este era o caminho para os ex-escravos, tanto que estabeleceu, em plena guerra, uma escola de alfabetização, (ASSUNÇÃO, 2000). Sua participação na Balaiada ocorre em 1839, quando assume a liderança desta guerrilha e, ao invadir uma propriedade de um fazendeiro chamado, Ricardo Nava – morto pelos quilombolas –, estabelece sua base na fazenda da Lagoa Amarela, às margens do Rio Preto, afluente do Munim. De acordo com Assunção (2000), neste momento Cosme possuía até três mil negros em sua tropa.

Após a Balaiada, os negros dos quilombos maranhenses foram ficando mais “atrevidos”, como diziam as autoridades da época (ASSUNÇÃO, 2000), e não viviam completamente isolados do resto da população livre, com quem estabeleciam comércio constantemente. De acordo com Assunção (2000), quilombos de todo o território maranhense possuíam uma economia bastante diversificada, fato que favoreceu o aumento dos quilombos em toda a província, pois viviam em uma enorme mata e com abundância de rios. Eles sobreviviam da caça, pesca e da agricultura de subsistência, “mantinham gado e comercializavam fumo e algodão” (ASSUNÇÃO, 2000, p. 448).

Mathias Assunção (2000) diz ainda que, os quilombolas moradores na área dos rios Maracassumé e Gurupi exploraram ouro; era área de garimpo no Maranhão, em que os quilombolas trabalhavam livremente, e ainda comercializavam com as pessoas livres.

Sobre isso diz Assunção (2000):

Isso implicava numa rede de comercialização do ouro e uma convivência ainda maior das pessoas livres. Não se tratava apenas de ocasionais trocas com alguns indivíduos vivendo também às margens da sociedade escravista, mas de comércio regular com regatões, fazendeiros e até negociantes das vilas do litoral, como Santa Helena, Carutapera e Turiaçu. Não é exagero, portanto, afirmar que havia um segmento da população e até da elite local interessado em manter relações pacíficas com os quilombolas garimpeiros – o que sempre dificultou a ação repressiva. De fato, as autoridades da província tinham consciência dessa convivência e não perdiam ocasião para denunciá-la. Em diversas ocasiões foram feitas prisões e interrogatórios que deixam claro o envolvimento de pessoas com certo prestígio. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 448-449).

Neste sentido, fica claro que os quilombolas maranhenses não viviam completamente isolados, e mais ainda, não passavam necessidades, tampouco parece ter existido uma situação de extrema pobreza no Maranhão neste momento histórico.

O Maranhão é considerado uma sociedade escravista tardia, apesar da introdução de escravos africanos desde o Século XVII que foram trazidos para o empreendimento açucareiro. Mas, “é somente no último quarto do Século XVIII que a região apresentará todos os traços de uma escravidão agrícola plenamente desenvolvida” (ASSUNÇÃO, 2000, p. 434). Como já supracitado, é justamente com o algodão que o Maranhão se desenvolveu e a maior parte da produtividade algodoeira foi proveniente das fazendas localizadas no Vale do Itapecuru.

De acordo com Assunção (2000), poucas foram as fazendas de algodão que existiram no Maranhão sem a formação de quilombos a seu redor, e assim foi se constituindo uma numerosa população entre o rio Itapecuru e o rio Parnaíba. Neste contexto, a passagem da insubordinação escrava à constituição dos quilombos torna-se responsável pelo crescimento da economia maranhense voltada para o mercado regional.

Em fins do Século XIX, o Maranhão teve destaque de comercialização de mais dois produtos, a farinha de mandioca e o milho. Segundo Flávio Reis (2013), na década de 1890 a farinha de mandioca alcança uma média de produção de aproximadamente 10 mil toneladas anuais. “Em 1898, entraram 16 mil toneladas na capital, das quais 12 mil foram comercializadas com os mercados próximos (Amazonas, Pará, Ceará).” (REIS, 2013, p. 37). E o milho também alcançou grandes produções que vinham do interior, e só evoluíram desde 1891 até 1899, (REIS, 2013).

No Século XX houve o ciclo do babaçu, que desde o período da I Guerra Mundial começa a se destacar no mercado de óleos vegetais. Mas, é no ano de 1935 que a amêndoa do babaçu torna-se importante para os investidores norte-americanos, e sua introdução no mercado foi como matéria-prima alternativa para a indústria de óleos comestíveis dos EUA, substituindo o mercado Filipino, que sofre queda em 1934. “A produção extrativa vegetal do Maranhão, cujo valor médio no período e 1930/34 foi de 5.436 contos de réis, em 1936 passou a 35.270 contos e em 1939 ultrapassou o valor da produção agrícola”. (REIS, 2013, p. 43).

Em suma, quando realmente há uma crise geral agroexportadora, com a estagnação dos principais produtos da lavoura maranhense voltados para atender o comércio internacional, começa a se consolidar no Século XX uma nova economia orientada para o mercado regional, a qual já vinha se configurando desde meados do Século XIX com o aumento significativo de populações quilombolas em várias partes do Maranhão, principalmente na região do Vale do Itapecuru, onde foi forte a produção

do algodão, e por este motivo possuiu maior densidade populacional composta não só por negros quilombolas, mas também por uma numerosa população mestiça pobre e livre.

O Maranhão do Século XX foi marcado por numerosas lutas pela autonomia social e produtiva dos ex-escravos e descendentes – pertencentes a quilombos –, lutas constante, porém, em muitos casos a subordinação apenas muda de figura, pois os grandes proprietários rurais transformam-se em agentes intermediários na comercialização dos produtos do pequeno agricultor.

Explica Flávio Reis (2013) sobre como as atividades produtivas se configuraram após a crise do sistema agroexportador, além da mudança de comportamento que os grandes proprietários adquirem:

O Declínio das grandes plantações foi acompanhado da multiplicação de pequenas unidades (roças) localizadas no interior das grandes propriedades ou na vasta extensão de terras devolutas. Provavelmente o primeiro caso predominou nas regiões de ocupação mais antigas e maior densidade populacional, como o Itapecuru, enquanto o segundo tornou-se típico de toda a região de fronteira agrícola, a partir do médio Mearim. Um dos principais efeitos dos problemas enfrentados pela grande plantação no final do século foi o deslocamento de proprietários rurais do âmbito da produção direta para o da comercialização interna, apropriando-se do produto dos pequenos plantadores. (REIS, 2013, p. 37).

Neste contexto, os pequenos produtores rurais começaram a prosperar com suas roças – mandioca, feijão, arroz e milho, foram as principais lavouras na região do Vale do Itapecuru –, no entanto, sofrem com a exploração da nova atuação econômica dos grandes proprietários de terras, consolidando-se em uma rede de comerciantes intermediários, que se apropriava de boa parte da produção agrícola daqueles pequenos agricultores.

Sobre esta questão, Reis (2013) reforça:

Em síntese, o sistema combinava um setor de produção agrícola bastante fragmentado, uma rede de comerciantes intermediários, que concentravam a produção no âmbito do beneficiamento, e as firmas exportadoras de S. Luís, compradoras de grandes quantidades e responsáveis pela comercialização final. Esta configuração permaneceu durante toda a primeira metade do Século XX. (REIS, 2013, p. 38).

Assim, as populações de trabalhadores rurais maranhenses⁴⁵, que viviam em uma economia de subsistência, passaram a encontrar maiores dificuldades devido às estratégias de subordinação a que se depararam. Além da apropriação da produção dos pequenos produtores agrícolas, e para manter esta nova atuação em pleno

⁴⁵ Lembrando que o foco desta pesquisa é a região de maior densidade populacional daquele período, a região do Vale do Itapecuru do início do Século XX.

funcionamento, os atravessadores comerciais passaram a providenciar a extensão de suas posses de terras. A expropriação de terras agricultáveis no Maranhão foi um processo que se desenvolveu desde o período auge das agroexportações para o mercado internacional, intensificando-se durante o Século XX com a multiplicação das pequenas unidades produtivas agrícolas das famílias pobres e livres que ocupavam áreas devolutas. É neste contexto que a grilagem de terras⁴⁶ se torna uma constante neste Estado.

O processo de grilagem no Brasil, segundo Victor Asselin (2009), se inicia desde a chegada dos portugueses neste país, período em que perde a autonomia sobre seu próprio território. (ASSELIN, 2009). Deste modo, a grilagem de terras se modifica e se intensifica a partir da força econômica europeia imposta ao Brasil.

Diz Asselin (2009):

Quando os interesses ingleses preconizaram o fim da escravatura e as primeiras medidas abolicionistas começaram a ser adotadas no Império, houve um momento de alívio e uma esperança de reconquista. Mas esse momento foi breve, pois os donos do poder, que se expressavam através do domínio grilado da terra, celebraram sua vitória com a Lei de Terras⁴⁷, nº 601, em 1850, que instituiu um novo regime de propriedade, em vigor até hoje. (ASSELIN, 2009, p. 17).

Asselin (2009) registra, através de sua pesquisa, na obra, *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*, alguns focos de grilagem no Maranhão. Para este pesquisador, a primeira área afetada foi a serra de Tiracambu, localizada dentro da floresta Gurupi, ao norte do município de Imperatriz/MA e sul de Carutapera/MA, limitando-se com o Estado do Pará. (ASSELIN, 2009). De acordo com Asselin (2009), este território apresenta fraudes de títulos desde 1841, reaparecendo com o nome de “grilo Gurupi” em 1956. Esta última fraude foi planejada por João Inácio, ex-tabelião do Cartório do 2º Ofício de Porangatu (GO), e Abílio Monteiro da Rocha.

O segundo foco de grilagem no Maranhão, apresentado por Asselin (2009), foi na região da Belém-Brasília, entre Imperatriz/MA e Açailândia/MA sentido São Pedro da Água Branca, são os grilos: *Campo Alegre e Frades*. Território que apresenta falsificações de títulos e outros documentos desde o Século XIX (1865) e trata-se de áreas ocupadas principalmente por populações indígenas.

⁴⁶ O termo grilagem é entendido como um ato de apossar-se de terras mediante falsos títulos de propriedade; prática muito comum no Brasil. De acordo com o dicionário português on line, a venda de terras pertencentes ao poder público ou de propriedade particular mediante falsificação de documentos de propriedade da área, também constitui grilagem. <http://dicionariportugues.org/pt/grileiro>

⁴⁷ A Lei de Terras, Lei 601, instituiu no Brasil o cativo da terra, local onde as terras não eram e não são livres, mas cativas. (MARTINS, 1980).

Outra área de grilagem no Maranhão, investigada por Asselin (2009), foi na microrregião do Vale do Pindaré. Este pesquisador ressalta que o ano de 1963 foi responsável por desencadear a grilagem naquela região. Asselin (2009) cita os grilos: *Fazenda Pindaré, Aracituba, Arapuan, Barra da Jurema, Itapoema e São João do Caru*, nos municípios de Pindaré, Monção, Santa Inês e Bom Jardim. (ASSELIN, 2009).

Neste sentido, Asselin (2009) avança em seus estudos sobre o processo de grilagem naquelas regiões supracitadas, principalmente sobre a região do Vale do Pindaré. Contudo, torna-se importante ressaltar que não temos uma pesquisa sobre a questão da grilagem na região do Vale do Itapecuru, também não é de nosso interesse aprofundar neste quesito, embora o objeto desta pesquisa tenha relações diretas com o problema da grilagem, este último não constitui o foco principal de nossa investigação. Nesta pesquisa estamos interessados principalmente com o problema do declínio da produção de farinha de mandioca no povoado Cariongo, localizado na região do Vale do Itapecuru, o qual tem ocasionado transformações socioeconômicas consideráveis.

Desta maneira, registramos neste tópico a exploração do pequeno produtor agrícola maranhense por parte daqueles atravessadores comerciais, além da expropriação realizada enquanto processo de grilagem de terras como forma de aumentar o poder de dominação sobre os despossuídos de capital econômico. Mesmo com todas estas formas de exploração e dominação econômica, encontramos em nossa pesquisa de campo relatos com base na memória oral de algumas pessoas que expressaram saudosismos a uma época de grande abundância de gêneros alimentícios produzidos localmente. Como é o caso dos moradores mais antigos do Cariongo.

Finalmente, será tratado no próximo capítulo sobre a história socioeconômica do Cariongo, povoado localizado no Vale do Itapecuru, hoje reconhecido – pela Fundação Cultural Palmares (FCP) – como “Remanescente das Comunidades de Quilombos”.

CAPÍTULO II – CONFIGURAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO CARIONGO: ECONOMIA FAMILIAR AGRÍCOLA E O CONFLITO DE TERRAS

2.1. Cariongo, início do Século XX: Configuração Socioeconômica

2.2. Economia Familiar Agrícola: O Significado Substantivo de Economia

2.3. Posse das Terras, Conflito Agrário e a Problemática da Escassez na Vila

Cariongo

2.1. Cariongo, início do Século XX: Configuração Socioeconômica

Cariongo é um povoado localizado às margens da BR 135, a três quilômetros de sua sede municipal em Santa Rita/MA, cidade que já foi pertencente ao município de Rosário/MA e conquistou sua autonomia político administrativa em 1961⁴⁸.

O município de Santa Rita está situado no chamado território Vale do Itapecuru, localizado na Mesorregião Norte Maranhense, que se estende pelas Microrregiões de Itapecuru e de Rosário, sendo constituído por 10 municípios: Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru-Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Nina Rodrigues, Pirapemas, Presidente Vargas, Vargem Grande e Santa Rita.

Ao norte, o município de Santa Rita limita-se com as cidades de Bacabeira e Rosário; ao sul com a cidade de Itapecuru; a leste com a cidade de Presidente Juscelino e a oeste com as cidades de Anajatuba e Cajapió⁴⁹.

Santa Rita fica a 75 km de distância de São Luís, capital deste Estado e encontra-se subdividida em 64 povoados, dentre os quais 17 são consideradas *comunidades remanescentes de quilombos*⁵⁰. A Vila Cariongo é uma destas comunidades.

Cariongo foi fundado por Sebastião de Souza Lima, este que veio do município de Brejo/MA⁵¹. Ninguém do povoado sabe informar precisamente o ano que Sebastião Cariongo – assim ficou conhecido – chegou naquelas terras, mas pode-se dizer com base na idade e memória oral de alguns de seus descendentes que nasceram e envelheceram no povoado, que foi aproximadamente em 1905.

Sebastião Cariongo chegou com a esposa, Josefa, e seus primeiros seis filhos, estabelecendo moradia inicialmente no povoado vizinho chamado Carionguinho. Alguns anos depois negociou a compra das terras⁵² em um local conhecido como Carema⁵³, passando a se chamar Cariongo devido ao apelido que lhe foi dado pelos moradores do Carionguinho, estes identificavam o lugar como, o “lugar dos Cariongo”, relacionando o lugar ao Sebastião e sua família.

⁴⁸ Dados extraídos da revista eletrônica “*Um olhar sobre Santa Rita/MA*”: diagnóstico socioeconômico. FUNDAÇÃO VALE, 2008.

⁴⁹ Dados extraídos do Relatório Antropológico do INCRA/MA, 2015.

⁵⁰ Fonte: Depoimento da presidente da Associação dos Moradores Quilombolas do Povoado Cariongo.

⁵¹ Brejo é um município localizado na região do Baixo Parnaíba Maranhense, já foi distrito de Caxias e nesta época se chamava Brejo dos Anapurus. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brejo>.

⁵² Sobre esta questão da compra das terras, será explicado detalhadamente ainda neste capítulo.

⁵³ O nome Carema foi dado pelos moradores do Carioguinho porque existia um igarapé com este nome que passava por aquelas terras.

Dona Lulu, 74 anos de idade, neta de Sebastião Cariongo, informou sobre a chegada de Sebastião ao Carionguinho para o pesquisador do INCRA, conforme consta no Relatório Antropológico de 2015⁵⁴.

Pesquisador do INCRA: O Sebastião Cariongo quando veio pra cá ele chegou de onde?

Dona Lulu: Ele veio de Brejo. Quando eles vieram pra cá não tinha casa aqui nesse local, nenhuma. Aí ele passou uns dias pro Carionguinho e veio procurando um lugar para fazer uma roça, então ele fez uma roça aqui no sítio. Fez uma roça e fez logo uma casa e se situou aqui, fez a família dele, ficaram velho aqui no sítio.

Pesquisador do INCRA: E a Josefa, veio de Brejo também ou eles se encontraram aqui?

Dona Lulu: De Brejo.

Pesquisador do INCRA: Então o Sebastião veio junto com a Josefa de Brejo?

Dona Lulu: Foi, com seus seis filhos. Eles vieram tudo assim porque nesse tempo não tinha carro né, aí tinha um negócio de um comboio, que era muito animal, de cinco, seis animal. Aí eles vieram. Comboio era os animal, sabe o que é cavalo né, aí botava uma cangalha, botava um jacá de um lado e outro do outro e aí enchia de tudo em quanto.

Pesquisador do INCRA: A senhora sabe o que ele fazia em Brejo? Como ele chegou em Brejo? Se ele nasceu em Brejo? A senhora sabe alguma coisa assim da história dele.

Dona Lulu: Só que ele morava lá e o que ele fazia era lavrador, trabalhava de roça né. Era lavrador. Eu não sei se ele nasceu lá.

Pesquisador do INCRA: Ele era escravo lá em Brejo?

Dona Lulu: Não. Acho que já ia ser os avós dele, os pais. Ele já nasceu já não era mais escravo. Acho que não.

Pesquisador do INCRA: E aí o seu avô veio pra cá?

Dona Lulu: Veio. Só ele com a família. Porque aí veio Antonio. Porque nesse tempo eu ainda não era gente. Veio Antonio, veio Francisco, Zé Cariongo, Euzébio, Simplício e Benedita. Esses veio junto com ele, o resto nasceu aqui. Quintino, Abel e Miguel que nasceram aqui.

Pesquisador do INCRA: A família de Sebastião que começou então o povoado aqui?

Dona Lulu: Isso.

“Sítio” é o local onde Sebastião Cariongo fixou sua moradia e até hoje os moradores identificam esta região como: “Sítio dos Cariongo” ou “Centro dos

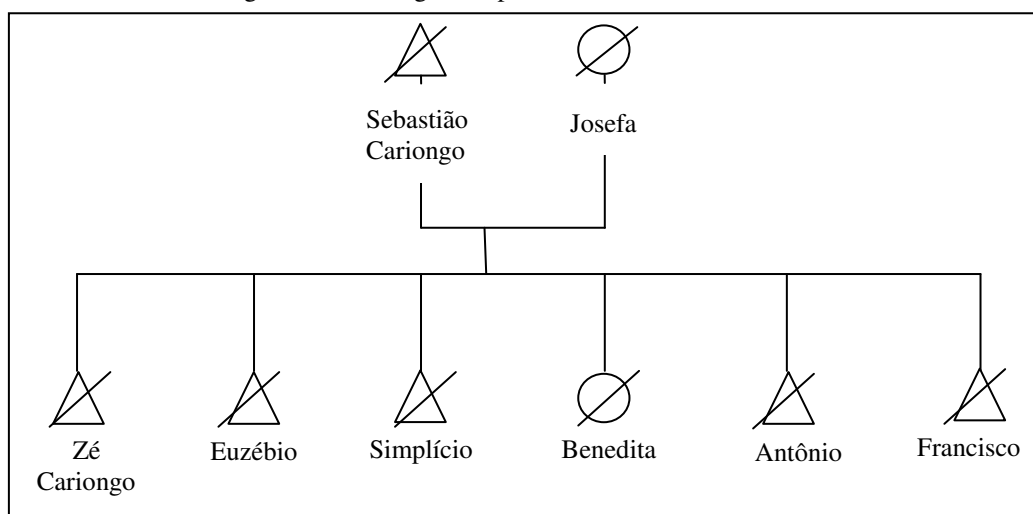
⁵⁴ Relatório Antropológico do INCRA/MA, 2015.

Cariongo”, ou mesmo, “o lugar dos Cariongo”. Estas são algumas das categorias nativas⁵⁵ que são utilizadas pelos moradores do Cariongo e povoados vizinhos.

Como vimos, Sebastião Cariongo chegou com a esposa Josefa e seus seis filhos vindo de Brejo/MA. Sendo assim, Dona Lulu acredita que ele era descendente de escravos africanos, supondo ainda que os pais ou avós foram escravos nas fazendas de algodão daquela região.

Confira a figura 1 que trata sobre a genealogia dos primeiros descendentes de Sebastião Cariongo, no momento de sua chegada ao Carionguinho.

Figura 1: Genealogia dos primeiros descendentes de Sebastião⁵⁶.



Fonte: INCRA/MA, 2015.

Então Sebastião chegou com sua família, passou algum tempo no Carionguinho e depois ao encontrar um local bastante apropriado para realizar suas atividades agrícolas, fixou residência no Cariongo⁵⁷. Sebastião era lavrador, assim como todos os outros negros do Maranhão, pelo menos aqueles que na virada do Século XX continuaram a morar no interior deste Estado.

No Cariongo, Sebastião teve ainda mais três filhos com Dona Josefa, segundo Dona Lulu: Quintino, Abel e Miguel. Quintino foi o pai de Dona Lulu e nasceu no Carionguinho, já os outros dois nasceram no Cariongo. Isto nos faz pensar que o tempo de moradia, de parte da família Lima, no Carionguinho, não foi tão longo e nem tão

⁵⁵ De acordo com Antonio S. A. Guimarães, categoria nativa é um conceito que tem sentido no mundo prático, efetivo. A categoria nativa tem um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano. (GUIMARÃES, 2003).

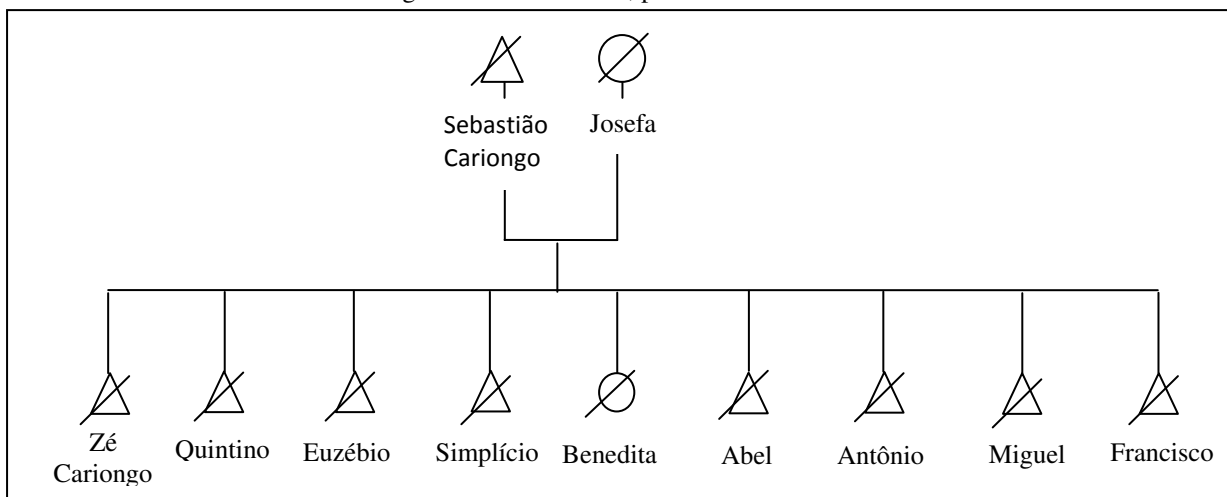
⁵⁶ Os triângulos representam os homens e os círculos às mulheres, no caso das formas geométricas com um corte ao meio, significa que a pessoa já faleceu.

⁵⁷ Este processo de mudança de moradia do Carionguinho pra o Cariongo foi facilitado por uma pessoa bastante influente na região naquela época; explicaremos no próximo capítulo.

curto, mas o suficiente para que Dona Josefa gerasse mais uma criança no povoado vizinho antes de fixar residência no Cariongo.

Vejamos na figura 2 como ficou então a família Lima após a mudança de moradia do Carionguinho para o Cariongo:

Figura 2: Família Lima, pais e filhos.

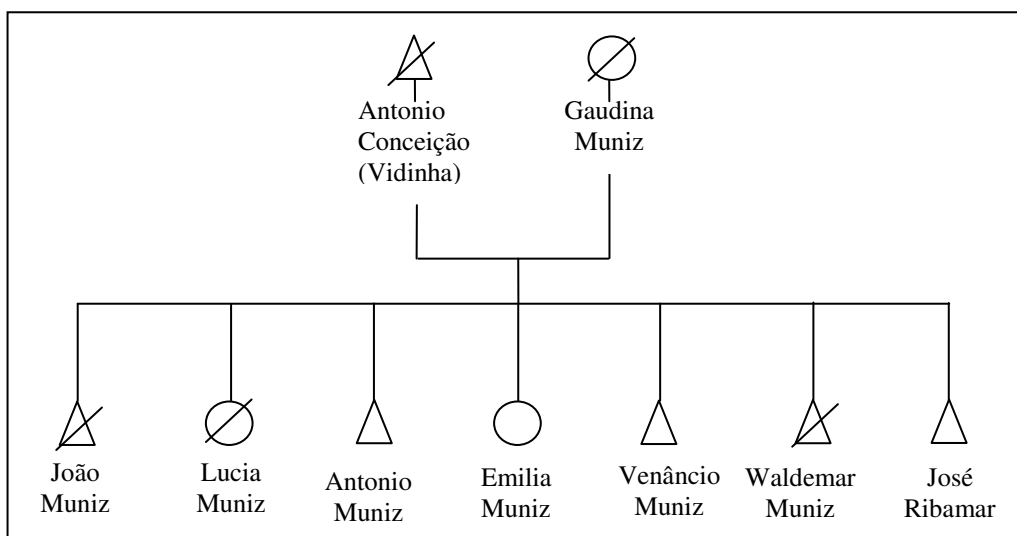


Fonte: INCRA/MA, 2015.

Ao final dos anos 40, antes da construção da Rodovia – a BR 135 – chega ao Cariongo outra família, a família Muniz. O casal, Antônio Conceição – conhecido como “Vidinha” – e Gaudina Muniz. Este casal também morava no Carionguinho e por lá tiveram quatro filhos antes de chegar ao Cariongo.

Vejamos na figura 3 os integrantes da família Muniz.

Figura 3: Genealogia da Família Muniz



Fonte: INCRA/MA, 2015.

Sobre a história da chegada da família Muniz, vamos acompanhar o depoimento de um dos filhos do Seu “Vidinha”, o Sr. Waldemar Muniz⁵⁸, 50 anos, já falecido desde 2012.

Essa área aqui é tudo a mesma família. É tudo Muniz (se referindo à região conhecida como campo). Quando meu pai se mudou pra cá já tinha o povoado do Sebastião Cariongo. Então meu pai (Antonio da Conceição, o Vidinha), mas ele não era casado com minha mãe, veio pra cá trouxe o João, a Lúcia, Antonio Muniz e a Emília. Quando chegaram aqui logo no ano seguinte a mamãe pariu duas crianças, essas morreram, depois delas nasceu o Venâncio, depois dele nasceu Eu, depois de mim foi o José Ribamar, esse mora em São Luís. Eles chegaram aqui na faixa de 48 a 50. (Waldemar Muniz).

Deste modo, o “Seu Vidinha” chegou com Dona Gaudina e mais quatro filhos, estabeleceu moradia numa região – cedida por Sebastião Cariongo – identificada como “campo ou “beira do campo”⁵⁹. Área que fica ao lado da entrada de acesso ao “sítio”, hoje encontra-se localizada às margens da BR 135 e é próxima ao campo de futebol. “Sítio” fica um pouco mais para o interior da mata, mas toda a área, tanto “sítio” como “campo”, pertence à Vila Cariongo.

De acordo com Auxiliadora Marques Teixeira – bisneta de Sebastião Cariongo, filha de Patrício e neta de Simplício –, são 48 léguas de terras.

Sebastião Cariongo comprou essas terras em 1915, não sei como ele conseguiu comprar tanta terra, parece que foi 48 léguas de terra, que vai, do lado esquerdo da BR, de quem vem de São Luís, vai até o Rio Itapecuru, e do lado direito, vai até os campos de Anajatuba (município maranhense), é muita terra. (Auxiliadora Teixeira em entrevista concedida para a nossa pesquisa de campo, maio de 2015).

Figura 4: Placa de identificação do povoado, local de acesso ao “sítio”.



Foto por Fabiano Rocha. Pesquisa de campo, junho de 2015.

⁵⁸ Pesquisa realizada em 2012, ano em que morreu o Seu Waldemar. Depoimento extraído do Relatório Antropológico do INCRA/MA, 2015.

⁵⁹ Categorias nativas.

Ao estabelecer moradia no Cariongo, Dona Gaudina teve mais três filhos – como disse o Sr. Waldemar –, o Venâncio, o José Ribamar e ele próprio.

Explica um pouco sobre a chegada da família Muniz no Cariongo, o filho mais velho – ainda vivo – do Seu “Vidinha”, o Sr. Antonio Muniz, conhecido como “Seu Gueba”⁶⁰.

Pesquisador do INCRA: Senhor me diz uma coisa: o senhor é filho da Gaudina, né Guadina?

Seu Gueba: É, Muniz.

Pesquisador do INCRA: Como é o nome do seu pai?

Seu Gueba: É Antonio da Conceição Vidinha.

Pesquisador do INCRA: Esse foi o primeiro casal que vieram pra cá

Seu Gueba: Foi, foi sim senhor.

Pesquisador do INCRA: O senhor é o mais velho deles?

Seu Gueba: É, fiquei no lugar do mais velho.

Pesquisador do INCRA: E porque vocês vieram pra cá? Sabe dizer?

Seu Gueba: É porque nós... Que foi o tempo em que essa estrada ia passar e aí nós já demos de vir pra cá.

Pesquisador do INCRA: Mas me diga uma coisa, eu quero saber, vocês chegaram aqui aí lá encontraram o pessoal do Cariongo ali?

Seu Gueba: Tinha chegado com poucos tempo, de primeiro não morava aí, moravam num lugar chamado Cantanhede.

Pesquisador do INCRA: hum...

Seu Gueba: É, pois é, de lá que eles vieram pra aí pro Cariongo, mas fazia pouco tempo.

Pesquisador do INCRA: Naquela parte do sítio ali?

Seu Gueba: humhum, tinha bem pouquinha casa. Era só mesmo o Seu Eusébio, Símplicio, o pai desse Patrício que morreu pouco tempo, chamado Mocó.

Pesquisador do INCRA: O senhor conheceu eles tudinho?

Seu Gueba: Tudinho, tudinho.

Pesquisador do INCRA: Quem mais que morava aí?

Seu Gueba: Era Zé Cariongo, de mulher só tinha uma irmã que era velha Benedita, morreu já muito tempo... Zé Cariongo, Benedita, Símplicio, Eusébio e o Miguel, o caçula era o Abel, Abel Cariongo.

⁶⁰ Fonte: INCRA/MA, 2015.

Pesquisador do INCRA: Quando vocês chegaram já tinha pista aí?

Seu Gueba: Tá nada, nem sonhava, conheci essa estrada aí com dez carro, dez carro. Hoje já com dez carro não vai mais nem... já vai quase de quinze pra frente, por isso que esse tempo tudo era difícil.

Sendo assim, o povoado foi formado inicialmente por duas famílias principais, família Lima e família Muniz, que deram origem a outras famílias em casamentos intra e extragrupos. Da linhagem do Sebastião Cariongo e Josefa Gonçalves, foram nove filhos e trinta netos, do outro lado, da família Muniz, os descendentes do “Vidinha” e Dona Gaudina, foram sete filhos e trinta e três netos.

Como consta no Relatório do INCRA:

Cariongo é formado por várias famílias extensas, mas as famílias principais por um lado, descendem da linhagem que vem de Sebastião Cariongo e Josefa Gonçalves, que tiveram nove filhos e trinta netos, e por outro, pelos descendentes de Antônio Conceição Muniz (Vidinha) e Guadina, que tiveram sete filhos, que deram origem a mais trinta e três descendentes. Progressivamente, com os casamentos intra e extragrupos, foram se agregando outras famílias à comunidade, como os Leite, os Teixeira, os Moraes e os Oliveira, por exemplo, que ao longo dos anos se relacionaram com os Lima e os Muniz, engendrando uma complexa rede de parentesco e reciprocidade na comunidade. (Relatório Antropológico do INCRA/ MA, 2015).

Em 2015 o Cariongo contava com aproximadamente 52 famílias, apresentando um total de 234 habitantes⁶¹. São pessoas das famílias supracitadas: Leite, Teixeira, Moraes e Oliveira, além dos Silva e os Alves, dentre outras famílias. Todas com descendentes das famílias, Lima ou Muniz, que foram as famílias pioneiras na localidade, lembrando que a família Lima foi a primeira a chegar ao Cariongo.

Referente à ancestralidade negra, podemos dizer que há um consenso no povoado, sempre que perguntado sobre este quesito – independente da cor da pele –, foi unânime a afirmação da descendência negra, das vinte pessoas entrevistadas nesta pesquisa qualitativa, todas foram contundentes a esta afirmação.

Diz Maria Antônia Teixeira, líder comunitária da Associação dos Moradores Quilombolas do Povoado Cariongo.

Aqui somos todos negros. Os únicos mais claros que tem aqui somos nós, porque papai é branco e casou com mamãe que é morena, por isso somos mais clarinhos, mas a maioria aqui é negra mesmo. Mas, mesmo sendo mais claros a gente se considera nêgo, porque sabemos que nossos descendentes por parte de mãe eram negros, mesmo com alguns um pouco mais morenos. E aqui no Cariongo, os mais antigos todos eram bem negros e os que ainda estão vivos, são negros mesmo. (Maria Antonia, 36 anos, moradora do cariongo).

⁶¹ Levantamento realizado pelo INCRA, conforme consta em Relatório Antropológico de 2015.

Neste sentido, o Cariongo é identificado como um lugar de negros⁶². O povoado foi considerado oficialmente como uma comunidade quilombola desde 2006 quando reconhecido pela Fundação Cultural Palmares⁶³. No entanto, sobre a titulação de terras há um problema, identificamos uma situação de conflito que vem se agravando desde o ano de 2003, quando um Senhor conhecido como “Zé Preto” cercou a área. Este alega que aquelas terras agricultáveis são de sua posse e proibiu definitivamente que os moradores do Cariongo continuassem com o plantio na localidade. Assunto que será tratado com maiores detalhes ainda neste capítulo.

Enfim, os moradores do Cariongo são organizados em duas associações. A primeira a ser fundada (década de 1980) foi a Associação dos Agroprodutores Rurais e Remanescentes de Quilombo da Vila Cariongo e hoje tem como presidente o morador João Bastita, conhecido no povoado como “Seu Joca” (63 anos); e a outra foi fundada décadas depois, especificamente no ano de 2010, a já citada Associação dos Moradores Quilombolas do Povoado Cariongo, com a Maria Antônia na liderança. A associação liderada atualmente pelo “Seu Joca”, pertence às famílias do “Sítio”, aquelas descendentes do tronco familiar Lima; e a mais recente é composta por aquelas famílias do “campo”, ou seja, famílias descendentes do tronco familiar Muniz.

A associação do “Sítio” vem trabalhando há alguns anos por melhorias para a comunidade, inclusive conseguiram obter o reconhecimento de “comunidade quilombola” em 2006, fato que resultou em maior visibilidade social aos moradores do Cariongo; sendo assim, impulsionou a viabilização de outros projetos utilizados para atender a determinadas necessidades locais⁶⁴, como por exemplo: o projeto de construção das casas da Caixa Econômica Federal.

O projeto visa à construção de 50 casas no valor de R\$ 25.000, porém, o valor total a ser pago pela população será de apenas R\$ 1.000,00, sendo quatro parcelas de R\$250,00 por ano. Este projeto é uma parceria da Caixa Econômica Federal com a Fundação Cultural Palmares.

⁶² Ou “terras de preto”, como aponta Alfredo Wagner B. de Almeida, estas são algumas das autodefinições utilizadas pelos agentes sociais pertencentes às terras de uso comum. São agentes dos chamados “novos” movimentos sociais que “reivindicam o reconhecimento jurídico-formal de suas formas tradicionais de ocupação e uso dos recursos naturais”. (ALMEIDA, 2008b, p. 19).

⁶³ Instituição do Governo Federal responsável em conceder Certidão de Auto-Reconhecimento às populações remanescentes de quilombos. No caso do Cariongo, esta certidão foi concedida em 2006.

⁶⁴ O fato de ter duas associações não implica em divisão de território, o que é conquistado para a comunidade é do Cariongo como um todo, tanto para o “sítio” como para o “campo”. Porém, o que percebemos que há na localidade é uma divergência referente à representação política; as famílias do “campo” preferem ter sua própria representação, assim, acreditam que podem viabilizar projetos de melhoria para aquela localidade, mas sem excluir o “sítio” de seus planos.

Auxiliadora Teixeira nos explica sobre o andamento do projeto das casas no Cariongo:

As casas aqui estão inacabadas, sem as portas, sem janelas... E pra receber a casa é uma burocracia danada, tem que ter a DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF⁶⁵), tem que ter um processo aberto no INCRA (processo de titulação de terras), a comunidade tem que ter associação de moradores, a associação tem que tá tudo em dias, tem que ter a certidão da Palmeiras, identidade e CPF do morador, tem que ter água encanada e energia no povoado... aí nesse projeto tem o projeto social e o projeto das casas, projeto de Engenharia. Aqui as casas nem foram entregues, o pessoal passou pra dentro porque cansou de esperar, aí as casas estão sem portas e janelas, aí que teve condição comprou, quem não tem condição improvisou com plásticos ou com qualquer outra coisa pra isolar a janela e a porta. Falta o piso, falta também as instalações elétricas, o pessoal resolveu fazer por conta própria, passaram pra dentro porque a casa é de alvenaria né, então o povo tava cansado de morar em casa de barro. E o povo já tá pagando as parcelas faz tempo. (Pesquisa de campo; depoimento prestado em maio de 2015).

Auxiliadora é militante, engajada aos movimentos sociais, representa a comunidade no ACONERUQ⁶⁶, faz parte da associação dos moradores do “sítio”, possui uma consciência política mais apurada, diferente da maioria dos moradores que aparentemente já está conformada com a atual situação das casas e segue pagando as parcelas sem maiores reclamações.

Referente à formação econômica do Cariongo, podemos afirmar que se trata de uma comunidade agrícola. Todos que nela se fixaram trabalharam como lavradores, e esta atividade agrícola foi se perpetuando ao longo das gerações, mas que sofre alterações em dias atuais⁶⁷.

Ao tratar sobre a formação social e econômica do Cariongo torna-se imprescindível reportar-se com mais detalhes sobre a história de Sebastião Cariongo.

Sebastião Cariongo já era lavrador no município de Brejo, quando chegou ao Cariongo desenvolveu a mesma atividade, já que não teria outra coisa pra fazer naquelas terras, a não ser trabalhar na roça, pois a caça e a pesca não seriam suficientes pra manter a subsistência de todos os nove filhos. De acordo com algumas informações adquiridas com a pesquisa de campo, constatamos que ele trabalhou muito naquelas terras, como dizem no povoado, “ele fez muita linha de roça⁶⁸”, e as relações de transações comerciais foram se estabelecendo com os povoados e municípios vizinhos.

⁶⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁶⁶ Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão.

⁶⁷ Sobre os aspectos de mudança das atividades econômicas no Cariongo, será esta a discussão e objeto de análise do próximo capítulo.

⁶⁸ Uma linha corresponde a 25 braças em quadro. Uma braça é igual a 2,20m. Cada área de roça familiar é medida na braça. E roça pode denotar em vários significados, o significado utilizado aqui é aquele relativo ao terreno de cultivo, baseado na agricultura, entendido como pequena unidade produtiva.

Vejamos o depoimento de Auxiliadora Teixeira:

Ele plantava muitas linhas de roça, passava dois dias e duas noites dentro dos matos com a mulher e os filhos, atravessava os campos de Anajatuba e ia até o Porto de Gambarra. Quando chegava à noite tirava as cargas dos 12 cavalos que tinha e ia ajudar a esposa a preparar a janta dos filhos, eles comiam debaixo das árvores, dentro da mata mesmo. No dia seguinte seguia viagem pra vender no porto, também vendia lá na beira do rio para o Major Lima, no Kelrú, tudo isso com a mulher e os filhos. (Pesquisa de campo; maio de 2015).

Kelrú é um local bastante citado pelos moradores do Cariongo como um verdadeiro centro comercial da região, no qual desde a época de Sebastião Cariongo já se estabeleciam intensas trocas comerciais. Todas as pessoas entrevistadas apontaram o Kelrú como local de forte comércio.

Vejamos o que diz o Sr. Cecílio Oliveira, de 73 anos de idade, comerciante, morador do “campo”, sendo a esposa descendente dos Lima:

Fabiano: O Sr. nasceu aqui no Cariongo?

Cecílio: Sou filho daqui do Carema, mas fui criado no povoado Saco Grande, faz parte do município de Itapecuru. Depois é que vim morar aqui, quando cheguei de volta aqui no Cariongo eu já tava com 22 anos.

Fabiano: e o Sr. trabalhou com o que?

Cecílio: Sempre na roça, depois que fiquei velho foi que montei esse comércio.

Fabiano: E era bom? Dava para vender?

Cecílio: Era muito bom, não vendia muito não, não gostava de vender porque minha família sempre foi grande, então preferia estocar os alimentos pra dá de comer pra todo mundo. Mas às vezes eu vendia lá no Kelrú, ia lá no “velho Lima” e comprava também. Sempre comprando e vendendo, quando não tava na roça. Comprava peixe por lá e vendia aqui, comprava o gado, fazia o abate aqui e vendia a carne pro pessoal do povoado, até hoje eu faço isso.

O “velho Lima”, citado pelo o Seu Cecílio, era como chamavam um atravessador local chamado Major Lima⁶⁹, morador do povoado Kelrú. Major Lima era responsável pelo intenso comércio que foi estabelecido na região, outros moradores dos povoados vizinhos também estabeleciam relações comerciais com o Major Lima no Kelrú. Ele era o detentor da estrutura de poder local, possuía o controle da venda da maior parte da produção dos pequenos produtores rurais, e determinava o preço a seu

⁶⁹ Vale ressaltar que o “Major Lima” não era major do exército, não tinha patente militar. Entretanto, as pessoas lhe atribuíram esse título, como consequência de uma sociedade coronelista. (Relatório Antropológico do INCRA/MA, 2015).

favor, mas, não era odiado, possuía carisma. Como uma espécie de liderança local, desfrutava do status adquirido pela sua posição social e econômica.

Destacamos no capítulo anterior sobre a transformação dos grandes proprietários rurais em atravessadores comerciais e suas estratégias de imposição de subordinação e dependência social. Acreditamos que era desta maneira a relação do Major Lima com os pequenos produtores rurais daquela região, a qual prevalecia à política da troca de favores, sendo assim, era fácil obter o controle e ainda possuir a imagem de líder carismático, pois nesta relação os pequenos produtores rurais estavam sempre em uma condição de dívida e, jamais poderiam compensar o pagamento com dinheiro ou mercadorias, restava-lhes apenas à condição de redenção e submissão ao líder local.

Sobre esta questão das trocas de favores, a teoria sociológica de Carl Landé explica as diferenças entre as relações diádicas horizontais e as verticais, como é o caso da relação patrão-cliente deste último tipo de relação diádica.

Landé (1977) entende as relações diádicas como alianças que são compostas a partir das reciprocidades que são estabelecidas, pois a troca de favores, como diz Landé (1977), é uma das finalidades das alianças diádicas, e que também serve como um meio de manter a aliança. Destarte, este autor apresenta dois tipos de alianças diádicas: as horizontais e as alianças diádicas verticais; uma aliança diádica horizontal – aquela existente entre pessoas de status iguais –, é um acordo voluntário entre dois indivíduos que visa à troca e à ajuda mútua quando necessário (LANDÉ, 1997), como já mencionado acima, a continuidade das trocas é que faz manter a aliança, e cada vez mais ganha força quando a ajuda é dada com algum custo para o doador em uma época de extrema necessidade para quem recebe.

Já as alianças diádicas verticais são típicas de uma relação patrão-cliente, ou seja, uma aliança de status, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferior a si mesmo (LANDÉ, 1977). Os favores prestados pelos patrões a seus clientes são materiais em espécie, não envolvem custo ou esforço – pelo menos para o patrão o custo ou esforço envolvido não lhe fará nenhuma diferença –, já aqueles que os clientes fazem a seus patrões, estes sim, envolvem o custo de trabalho ou muito esforço.

De acordo com Landé (1977), as certezas de ajuda que os clientes buscam em seus patrões envolvem assistência econômica e proteção física em tempos de emergência, tais recursos jamais poderão ser devolvidos na mesma proporção, sendo

assim, a retribuição virá, além de muito trabalho e esforço, em forma de lealdade a seu patrão.

Diante do suporte analítico de Carl Landé (1977), pode-se compreender – ao nos fornecer condições de associar a sua teoria com a realidade do Cariongo – como foi configurada a relação daquele atravessador comercial com a população de pequenos produtores rurais da localidade. Foi nesta relação diádica vertical, ou seja, relação patrão-cliente, que se consolidaram as estratégias de subordinação e dependência social desenvolvidas pelo Major Lima em que foram submetidos os lavradores locais.

A partir dos fatos relatados, como o caso da relação clientelista desenvolvida no povoado, mesmo com a condição de subordinação, os vinte moradores entrevistados na primeira fase desta pesquisa, todos, sem exceção, lembraram o período de fartura de alguns gêneros alimentícios, principalmente a farinha de mandioca que era produzida em grandes quantidades no Cariongo.

Dona Lulu explica como foi essa época:

A gente plantava mandioca, arroz, milho, feijão, algodão e outras coisas, principalmente a mandioca, e era um tempo muito bom. Hoje a gente tem que comprar, antes a gente não comprava nada, tudo a gente tirava daqui, eu comecei a trabalhar na roça desde os 12 anos, já mexia com arroz e milho. A gente fazia nossa farinha e ainda vendia lá no Kelrú, hoje não dá mais, depois que o Zé Preto passou a cerca a gente não plantou mais a mandioca, só dá de plantar o arroz e o feijão, ali no “terreno de baixo”, pra cá pro “alto” ninguém pode mais plantar nada. Já foi vantagem trabalhar na roça, hoje não dá mais não. (Dona Lulu; Pesquisa de campo, junho de 2015).

Dona Lulu refere-se a um período em que todo mundo no povoado tinha “linha de roça” de mandioca, e que no local era produzido à farinha, para isso possuíam duas “casas do forno” ou “casa de farinha⁷⁰”, uma no “sítio” e outra no “campo”. Esta antiga moradora do Cariongo lembra-se de uma época em que as pessoas do povoado não tinham problemas com alimentação, pois possuíam tudo que precisavam. Arroz, mandioca, feijão e o milho eram os principais produtos produzidos no local⁷¹, produção suficiente para o consumo interno e ainda com demanda para negociar com a troca por outros produtos ou mesmo a venda. A produção de mandioca, por exemplo, era tão boa que abastecia parte da região e ainda era suficiente para a exportação, o escoamento desta produção era feito pelo Rio Itapecuru, processo pelo qual o Major Lima era responsável.

⁷⁰ Categorias nativas.

⁷¹ Dona Lulu ainda lembra a época em que se plantava algodão e negociavam no Kelrú. Isso nos trás a hipótese que o Cariongo contribuiu para a exportação do algodão para outras regiões do Brasil na primeira metade do Século XX, quando o mercado regional já estava em auge no Maranhão desde a virada deste Século.

Figura 5: “Casa de farinha” do “sítio”, construída no início do Século XX.



Foto por Fabiano Rocha. Pesquisa de campo, maio de 2015.

Conversamos com o Sr. João Batista Moraes, 67 anos, vice-presidente da Associação dos Agroprodutores Rurais e Remanescentes de Quilombo da Vila Cariongo.

Seu João Bastista também reporta-se a um tempo de abundância no Cariongo.

Fabiano: Seu João Batista, o Senhor trabalhou com o que?

João Batista: Na roça. Aqui todos trabalhemo na roça, se não fizesse roça ia passar mal, capaz de morrer de fome.

Fabiano: e como era a produção?

João Batista: Aqui todo mundo passava bem, porque todo mundo fazia linha de mandioca, e a gente comia e vendia bastante.

Fabiano: Vendia onde e pra quem?

João Batista: A gente vendia lá no Kelrú, vendia aqui também, o pessoal vinha comprar aqui com a gente, vinha gente de todo lugar, Santa Rita, São Luís, gente de todo lugar que passava aqui na estrada, encostava aqui no Cariongo. A gente vivia aqui era da farinha, mas, hoje quem quiser comer farinha tem que comprar.

Neste sentido, fica claro que a lavoura de mandioca já foi a base de sustentação econômica do Cariongo. Os depoimentos são contundentes e apontam sempre para uma época em que os moradores deste povoado não tinham problemas com relação ao consumo interno e ainda rendiam “uns trocados” – como dizem no povoado – que ajudava nas despesas domiciliares.

Na figura 6, abaixo, temos o calendário agrícola onde estão especificados os gêneros alimentícios mais produzidos em Cariongo. Lembrando que o mais importante sempre foi a mandioca, produto que trouxe maior rentabilidade para o povoado, inclusive para toda a região do Vale do Itapecuru. Mas, não só da agricultura viveram os moradores do Cariongo, também existiram outras atividades complementares, como a caça e a pesca. Referente à caça, constatamos que esta atividade foi diminuída – para não dizer extinta – justamente pelo atual conflito de terras que será detalhado ainda neste capítulo. No entanto, outro fator de diminuição da caça pode ser associado ao acirramento da devastação das áreas de mata nativa, provocada principalmente pelo desmatamento necessário para a manutenção da pecuária na região, atividade esta que foi desenvolvida por um período pelo pequeno e grande criador de gado.

Figura 6: Calendário agrícola do Cariongo

MÊS/ CULTURA	MANIVA MANDIOCA	FEIJÃO	MILHO	ARROZ
JANEIRO	plantar/ colher/ limpar	Limpar	Limpar	plantar/limpar
FEVEREIRO	Colher	Colher		
MARÇO			Colher	
ABRIL			Colher	
MAIO				Colher
JUNHO	Limpar			Colher
JULHO				
AGOSTO	Roçar	Roçar	Roçar	Roçar
SETEMBRO	Roçar	Roçar	Roçar	Roçar
OUTUBRO				
NOVEMBRO	limpar/ queimar	limpar/ queimar	limpar/ queimar	limpar/ queimar
DEZEMBRO	plantar/ colher	Plantar	Plantar	Plantar

Fonte: Pesquisa de campo 2015

Sobre a pesca também há um problema, o igarapé que passa nas terras do “Zé Preto” – dizem que ele alega ser o dono, mas esse é um caso que ainda será definido pela justiça – foi soterrado, restando apenas uma pequena parte inviável para a pesca. Entretanto, no terreno ao lado esquerdo da estrada, parte localizada em direção ao Rio Itapecuru, foi construída uma “vala⁷²” pela gestão anterior da Prefeitura de Santa Rita, obra do prefeito conhecido na região como “Dr. Wilson”.

⁷² “Vala” é uma categoria nativa associada ao que se entende por lago ou açude, construída exclusivamente para a pesca.

De acordo com o depoimento do “Careca”, filho mais novo do Sr. Cecílio, esta foi a maior aquisição do povoado com participação da Prefeitura. A “vala” tem bastante peixe e inclusive tem servido como fonte alternativa de alimento que abastece todo o povoado, onde fica proibido que moradores de outros lugares possam pescar no local.

Vejamos algumas variedades de fontes de alimento ainda disponíveis tanto da caça como também da pesca no Cariongo.

Figura 7: Principais animais de caça

Principais animais de caça	
Paca	Cotia
Tatu	Nambu Preta
Veado	Coate
Perdiz	Macaco

Fonte: Pesquisa de campo 2013/ 2014, Relatório INCRA/MA, 2015.

Figura 8: Principais tipos de peixes encontrados em Cariongo

Principais animais de caça	
Piaba	Mandi
Traira	Sarapo Catana
João Duro	Jondi

Fonte: Pesquisa de campo 2013/ 2014, Relatório INCRA/MA, 2015.

Neste sentido, a Vila Cariongo é uma comunidade que sobrevive sob uma economia de subsistência, com a produção agrícola enquanto atividade principal, e as outras atividades alternativas entendidas como secundárias. Cariongo é um dos povoados pertencentes ao Vale do Itapecuru que supostamente tenha contribuído para a nova economia que se desenvolveu no início do Século XX no Maranhão, economia esta voltada para o mercado regional, onde houve a forte presença dos intermediários comerciais que antes ocupavam o status de grandes proprietários rurais escravistas.

Com a crise do sistema agroexportador, em fins do Século XIX, vimos que os proprietários de terras adquiriram novas estratégias de subordinação frente às populações negras, atuando como atravessadores comerciais que se apropriavam de boa parte da produção dos pequenos produtores. Assim, as populações negras do Maranhão, compreendidas como remanescentes de quilombos, buscaram sua autonomia social e

produtiva, no entanto, foram exploradas por esta nova atuação econômica dos proprietários de terras.

O coronelismo muito marcante no nordeste brasileiro, com suas estratégias políticas de troca de favores – o clientelismo – mascarou as verdadeiras intenções destes atravessadores comerciais, por este motivo eram vistos como líderes carismáticos, mas, que na aliança diádica que travavam, na relação patrão-cliente, se estabelecia uma verdadeira relação de subordinação e dependência social. A partir dos relatos coletados nesta pesquisa, tudo indica que tenha sido desta maneira a relação entre o Major Lima e os moradores, não somente do Cariongo, mas, também de outras comunidades localizadas às margens do rio Itapecuru.

Contudo, como supracitado, encontramos muitos depoimentos remetidos a uma época de abundância no povoado, mesmo com toda a relação de exploração, os moradores mais antigos do Cariongo lembram um período de boa produção. O problema que se insere em dias atuais é com relação à propriedade das terras que antes era utilizada por todos os moradores da comunidade e hoje existe apenas um “dono” que monopoliza uma grande área agricultável, o que caracteriza uma relação de conflito, pois estão impedidos a treze anos de plantar naquela área.

Em suma, é com a atividade da produção de farinha de mandioca que se configura a economia de subsistência do Cariongo, economia esta que se realizava com esporádicas transações comerciais daquele produto, citada pelos moradores como época de fartura da produção, sendo suficiente tanto para o consumo familiar como para negociações no mercado. Entretanto, a partir do ano de 2003, o povoado começa a sofrer transformações referentes às atividades agrícolas, principalmente na produção de farinha de mandioca, características que nos conduz a pensar que se trata de um processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos dos moradores do povoado referido⁷³.

Em seguida, a próxima sessão apresenta uma discussão teórica antes de aprofundarmos na questão empírica, principalmente sobre os detalhes referentes à situação das terras agricultáveis da Vila Cariongo. Então, será exposto sobre o sentido de economia que nos empenhamos a seguir nesta pesquisa, apontaremos ainda sobre a

⁷³ Chamamos de processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos os aspectos de mudança ocorridos naquela comunidade, processo pelo qual as pessoas têm procurado outras atividades laborais não agrícolas enquanto resultado da proibição de utilização da melhor área agricultável da localidade.

lógica capitalista global diante o processo da economia de mercado e como a concepção neoclássica da economia compreende as economias de subsistência.

2.2. Economia Familiar Agrícola: O Significado Substantivo de Economia

Neste tópico temos o objetivo de apresentar o tipo de economia que se processa na Vila Cariongo⁷⁴, além de estabelecer um diálogo com algumas teorias que se remetem as economias de subsistência. Antes de chegarmos ao ponto nevrálgico da discussão empírica, veremos inicialmente como os historiadores Fernand Braudel (1987) e Immanuel Wallerstein (2001)⁷⁵ definem o capitalismo histórico e como é compreendida a economia de subsistência diante da concepção de economia-mundo adotada por estes pesquisadores.

Wallerstein (2001) – influenciado por Braudel – define o capitalismo como um sistema social histórico, com origem, formação e perspectivas atuais. No capitalismo histórico, definido por Wallerstein (2001), a ideia de capital vai além de uma simples acumulação de bens consumíveis ou coisas materiais, para este teórico o capital historicamente passou a ser usado com o objetivo de auto-expansão da economia-mundo, onde se exige uma racionalidade de maximização da acumulação, ou seja, aqui a ideia de acumulação só é entendida enquanto capital na medida em que é usada para obtenção de acumulações ainda maiores, para que estas sejam distribuídas e comercializadas no mercado.

Neste sentido, o capitalismo histórico resultou em uma mercantilização generalizada dos processos sociais – em todas as esferas da vida econômica –, não apenas os processos de troca, mas também os de produção, de distribuição e investimento. Assim, Wallerstein (2001) afirma que “o desenvolvimento histórico do capitalismo implicou um impulso para a mercantilização de tudo”. (WALLERSTEIN, 2001, p. 10).

Ao contrário da visão formalista da economia neoclássica⁷⁶, a economia-mundo é para Wallerstein (2001) um sistema social complexo de processos de transações econômicas internas e externas, um sistema social que rompe com a dicotomia

⁷⁴ Cariongo é uma comunidade que já foi essencialmente agrícola, mas, hoje em dia esta não é mais a atividade produtiva principal.

⁷⁵ Braudel e Wallerstein são provenientes da Escola de *Annales* e adeptos ao método da *longue durée*.

⁷⁶ Concepção que compreende as interações sociais e econômicas enquanto resultantes de um processo de mercado, relações voltadas apenas para atender as necessidades de mercado.

centro/periferia e as concebe como parte de um mesmo sistema, organizando-se em intensas relações interdependentes, portanto, uma economia-mundo é constituída por uma divisão de trabalho integrada através do mercado. Neste tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas possuem relações economicamente recíprocas, assim, há uma unidade econômica dada pela divisão do trabalho, por isso uma economia-mundo. No entanto, o desenvolvimento capitalista é desigual, com distribuições desiguais entre as regiões e com suas respectivas produções econômicas.

De acordo com Wallerstein (2001), as economias de subsistência estão sendo paulatinamente destruídas pelo modo de produção capitalista, justamente por não obter grandes acumulações. Diante a visão neoclássica, trata-se de economias que não geram excedentes para o mercado mundial, são arcaicas ou atrasadas, portanto não seguem a racionalidade do capitalismo histórico. Wallerstein (2001) aponta que tal racionalidade exige a reunião conjunta da acumulação de capital com a divisão desigual do excedente entre centro e periferia. Entretanto, na concepção de Wallerstein (2001), as economias de subsistência não devem ser entendidas como isoladas, elas fazem parte desta distribuição capitalista desigual.

Fernand Braudel (1987), explica que diante a lógica de mercado as economias de subsistência são concebidas como formas produtivas elementares do processo histórico capitalista. Ressalta ainda, que este tipo de economia é entendido como “vida material”; refere-se às atividades cotidianas, rotineiras, habituais e inconscientes, e que neste caso a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu valor de uso, não pelo seu valor de troca.

Como diz o teórico, “tudo o que ficar fora do mercado só tem um valor de uso, tudo o que transpuser a porta estreita e ingressar no mercado adquire um valor de troca”. (BRAUDEL, 1987, p. 15).

Então, a vida material, segundo a racionalidade capitalista, opõe-se ao que é entendido como vida econômica, que seria a “economia de mercado”, ou seja, neste tipo de economia as trocas são rotineiras e não esporádicas, a produção é voltada para o mercado e não apenas à de troca de excedente do auto-consumo, e finalmente, a relação entre as pessoas e coisas é baseada no valor de troca. Assim, reforça Braudel (1987), diferente da vida material e acima da economia de mercado, o capitalismo é compreendido enquanto sistema que ocupa o topo da hierarquia das trocas, sendo responsável pela concorrência e pelas trocas desiguais entre as regiões.

Referente às atividades produtivas agrícolas desenvolvidas no Cariongo – de acordo com os moradores mais antigos e com base na memória oral destes –, desde o período de sua formação no início do Século XX, o excedente gerado naquele povoado sempre foi significativo para a comercialização, pois lhes rendiam lucros monetários. Interpretamos que o Cariongo dava sua parcela de contribuição⁷⁷, assim como outros povoados do Vale do Itapecuru que também desenvolviam atividades agrícolas consideráveis naquele período histórico.

O que os moradores do Cariongo chamam de “período de fartura”, compreendemos que se referem à época de abundância⁷⁸ dos gêneros alimentícios produzidos na localidade, contudo, acreditamos que os excedentes produtivos gerados foram proporcionalmente comparados com o número populacional da comunidade, o que não significa que os excedentes tenham sido relevantes para atenderem toda a demanda do mercado regional, mas sim, gerar lucros para aquela pequena parcela de produtores agrícolas em suas transações locais e circunvizinhas, além de garantir a comunidade um farto abastecimento de produtos alimentícios.

Assim, historicamente, enquanto em algumas regiões do mundo imperava a racionalização da maximização de acumulação de capital, com produções voltadas para o mercado; em outras, as ações econômicas eram orientadas apenas para a sobrevivência, ou seja, pelo valor de uso, e com esporádicas relações de trocas. Então, diante desta proposição teórica torna-se possível à afirmação que o Cariongo encontra-se localizado como parte da enorme periferia, ou semiperiferia, enquanto resultado do processo desigual do desenvolvimento capitalista.

Diz Braudel (1987) sobre a hierarquia deste processo:

Um encaixe, uma justaposição de zonas ligadas entre si, mas a níveis diferentes. Desenham-se no local três “áreas”, três categorias pelo menos: um centro restrito, regiões secundárias bastante desenvolvidas e finalmente enormes margens exteriores. O centro, o “coração”, reúne tudo o que há de mais avançado e de mais diversificado. O anel seguinte só tem uma parte dessas vantagens, embora participe delas: é a zona dos “brilhantes” secundários. A imensa periferia, com os seus povoados densos, é, pelo

⁷⁷ A partir desta pesquisa de campo, com base na memória oral dos moradores mais antigos, pude perceber que a maior produtividade sempre foi de farinha de mandioca, e de acordo com o depoimento da Dona Lulu, o povoado também contribuiu com relevantes produções de arroz e algodão para exportações no mercado regional, contribuição que abastecia principalmente a cidade de São Luís.

⁷⁸ A época de abundância ou o período de fartura tão mencionado pelos moradores antigos do Cariongo refere-se principalmente ao período que antecede a década de 1940, antes da construção da BR 135; rodovia localizada às margens do povoado, esta que facilitou o transporte para o escoamento do excedente produtivo local, antes realizado por jegues ou mulas (animais de tiro) e, no caso da exportação, o transporte era pelo rio Itapecuru. No entanto, com a construção da BR 135, aumentou a concorrência entre os mercados, mesmo assim, os moradores alegam que foi uma época economicamente satisfatória.

contrário, o arcaísmo, o atraso, a exploração fácil por parte dos outros. (BRAUDEL, 1987, p. 29).

Sob a ótica da visão formalista da economia neoclássica, torna-se fácil reconhecer a posição que o Cariongo ocupa neste processo desigual de distribuição de capital econômico e, enquanto zona periférica, o tipo de economia que se pratica na localidade, a qual não apresenta relevância para a expansão da economia – mundo.

De acordo com a concepção da economia neoclássica, subsistência significa sobrevivência e que denota escassez, e traz consigo o sentido de “atraso”, e é justamente desta visão formalista, onde se associa ações econômicas única e exclusivamente a economia de mercado, que se pretende escapar.

Economia doméstica foi um termo muito utilizado por Max Weber, economia contrária àquela economia voltada para a geração de lucros.

Diz Swedberg (2005) sobre a concepção de Max Weber:

A economia doméstica, diz ele em *Economia e Sociedade*, lida principalmente com o consumo, ao passo que a geração de lucros significa tipicamente o esforço para expandir o controle sobre novas mercadorias e serviços. A economia doméstica apareceu na história antes da geração de lucros, e tem sido o tipo dominante de ação econômica durante a maior parte do tempo. (SWEDBERG, 2005, p. 55).

Deste modo, economia doméstica, pequena produção agrícola ou economia familiar⁷⁹, todos estes termos representam o mesmo tipo de economia, a saber: economia de subsistência. Como forma de evitar que este tipo de economia seja associado a uma atividade antieconômica, e impedir que esta seja compreendida em nossa discussão como uma atividade em extinção – já que o modelo de racionalidade econômica imposta pelo sistema hegemônico é imperativo –, preferimos utilizar o termo economia familiar agrícola. Seria apenas uma forma de precaução, para deixar clara a posição que se defende neste trabalho, contudo, como dissemos, implica o mesmo sentido de subsistência⁸⁰.

Sendo assim, concordamos com as ideias destes historiadores citados, os quais defendem que não existe nenhuma economia isolada, são desiguais porque o processo é realmente desigual, portanto, também discordamos da predição que as economias

⁷⁹ O termo economia familiar é bastante utilizado pelo antropólogo Afrânio Garcia Jr (1989), este defende a ideia que essas economias não devem ser dispensadas da análise científica, justamente por se tratar de economias que não estão em extinção, ao contrário, representam a maioria no mundo.

⁸⁰ Vale a pena reforçar, que as atividades agrícolas atualmente desenvolvidas no Cariongo são movidas por uma tradição, o que não elimina os interesses de comercialização do excedente produtivo. Prática muito comum na região, desde a época de Sebastião Cariongo. Esta questão das ações sociais econômicas será aprofundada mais adiante.

periféricas ou semiperiféricas estão a caminho da extinção ou que deveriam desaparecer, optamos por não neutralizá-las cientificamente.

Neste sentido, com o intuito de aprofundarmos a discussão, será estabelecido, nos próximos parágrafos, um diálogo sobre economia de subsistência entre aqueles historiadores e a sociologia econômica de Karl Polanyi com sua teoria institucional, a qual também se contrapõe a concepção formalista da economia.

Karl Polanyi (2012) apresenta dois significados de econômico, a definição formal e a substantiva.

Diz Polanyi:

O primeiro significado, o formal, provém do caráter lógico da relação meios-fins, como em economizar ou conseguir algo a baixo preço; desse significado provém a definição de econômico pela escassez. O segundo, o significado substantivo, aponta para a realidade elementar de que os seres humanos, como quaisquer outros seres vivos, não podem existir sem um meio físico que o sustente; eis a origem da definição substantiva de economia. Os dois significados, o formal e o substantivo, nada têm em comum. (POLANYI, 2012, p. 63).

Deste modo, o significado formal, adotado pela economia neoclássica, é movido unicamente pela ideia de escassez de recursos e o significado substantivo refere-se à relação do homem com o meio físico, este último considerado como inerente aos indivíduos, pois são os meios materiais que dão condições de sobrevivência humana. A definição substantiva de economia adotada por Polanyi (2012) é proveniente da subordinação do homem em relação à natureza. “Ele sobrevive graças a uma interação institucionalizada com o meio natural: isso é economia, que lhe fornece os meios de satisfazer suas necessidades materiais”. (POLANYI, 2012, p. 63).

Polanyi (2012) explica que as necessidades materiais não devem ser compreendidas unicamente como corporais, como alimentação e abrigo, essa interpretação limitaria plenamente o campo da economia, as necessidades materiais dos homens são muito mais amplas⁸¹. Para melhor explicar a teoria institucional de Polanyi, vejamos sua concepção sobre a oposição enraizado/desenraizado da economia na sociedade. Diz Polanyi: “em vez de a economia estar enraizada nas relações sociais, as relações sociais estão enraizadas no sistema econômico”. (POLANYI, 2012, p. 14).

⁸¹ Veremos mais adiante, no próximo capítulo, sobre a noção de “utilidade” em Weber, o termo utilidade é usado em substituição a “satisfação de necessidades” como forma mais abrangente de apreender as necessidades materiais.

Sendo assim, de acordo com Polanyi, a sociedade de mercado⁸² impôs uma economia “desenraizada”, que despreza o sentido material substantivo da economia. Na sociedade de mercado, as atividades econômicas passam a ser entendidas apenas como relações acessórias do mercado e não como condições inerentes e resultantes de integrações sociais⁸³.

Sob este aspecto, responsável pela transformação radical da sociedade ocidental moderna, diz Polanyi:

Quando o uso dos recursos humanos e naturais foi organizado em unidades industriais, sob o comando de pessoas privadas, empenhadas sobretudo em comprar e vender para obter lucro, a ficção da mercadoria, aplicada ao trabalho e à terra, transformou a própria substância da sociedade humana. (POLANYI, 2012, p. 15).

Neste sentido, a oposição enraizado/desenraizado pode-se encontrar originalmente em Karl Marx – principalmente nos conceitos de alienação e de estrutura e superestrutura –, quando este ressalta que a grande maioria dos bens transforma-se em mercadoria, inclusive a força de trabalho. Marx (2008) destaca que o modo de produção capitalista foi responsável pela criação de uma nova era dos processos sociais de produção, a qual o proprietário dos meios de produção e subsistência encontra o trabalhador livre vendendo sua força de trabalho no mercado, ou seja, as relações de produções capitalistas implicam na existência do mercado, no qual a força de trabalho é negociada, e enquanto mercadoria esta adquire características peculiares.

Contudo, Marx explica:

A força de trabalho não foi sempre uma mercadoria, o trabalho não foi sempre trabalho assalariado, isto é, trabalho livre. O escravo não vendia sua força de trabalho ao escravista, do mesmo modo que o boi não vende seu trabalho ao lavrador. O escravo é vendido de uma vez para sempre, com sua força de trabalho, a seu amo. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um dono às mãos de outro. Ele é uma mercadoria, mas sua força de trabalho não é uma mercadoria que lhe pertença. O servo da gleba só vende uma parte de sua força de trabalho, não é ele que obtém um salário do proprietário do solo, pelo contrário, é o proprietário do solo que recebe dele um tributo. Mas o trabalhador livre se vende a si mesmo e, ademais, vende-se em partes. Leiloa 8, 10, 12, 15 horas de sua vida, dia após dia (...) ao proprietário de matérias-primas, instrumentos de trabalho e meios de vida, isto é, ao capitalista. (MARX, 1975, p. 75).

Então, Marx já alertava para a transformação da sociedade, em que as atividades produtivas e outros bens são convertidos em mercadorias, como bem apontou

⁸² Sociedade de mercado foi assim definido o mundo ocidental após a Revolução Industrial; de acordo com Polanyi (2012), a partir daquele momento histórico, o mercado enquanto sistema – instituição integradora e inseparável do capitalismo – tornou-se a forma geral da organização econômica.

⁸³ Principal característica da teoria econômica neoclássica.

Wallerstein (2001) sobre o processo de “mercantilização de tudo”, a crítica da mercantilização de todas as coisas já estava presente em Karl Marx, processo pelo qual se compreende a separação entre as formas mais elementares da vida social e o sistema econômico voltado especificamente para o mercado capitalista, o qual os donos do capital sobrepõem-se aos que vendem sua força de trabalho.

O materialismo histórico de Karl Marx (2001), método de abordagem da vida social, defendeu a premissa a qual as relações que os homens estabelecem e o modo como produzem seus meios de vida formam a base de todas as suas relações. O ato de produzir gera também novas necessidades, que não são, por conseguinte, simples exigências naturais ou físicas, mas produtos da existência social.

No entanto, este autor destaca que há uma separação entre as forças produtivas e o processo produtivo, e com diferentes apropriações. O conceito de forças produtivas em Marx (2008) refere-se aos instrumentos e habilidades que possibilitam o controle das condições naturais para a produção e o seu desenvolvimento. As relações sociais de produção são entendidas por este teórico como diferentes formas de organização da produção e distribuição, de posse e tipos de propriedade dos meios de produção, assim como se constituem na essência responsável pela estruturação das desigualdades expressas na forma de classes. Então, para Marx (2008), as forças produtivas tratam das relações homem/natureza e as relações sociais de produção referem-se às relações entre os homens no processo produtivo.

Neste sentido, fica expresso que a oposição enraizado/desenraizado da economia já existia nas análises de Karl Marx, quando este aponta que o modo de produção capitalista concebe estes aspectos como distintos, esta relação de oposição é de fácil percepção em suas teorias, como supracitado, especialmente com o conceito de alienação do trabalho e a definição de estrutura e superestrutura. (MARX & ENGELS, 2001).

Deste modo, retornando a Karl Polanyi (2012), a sociedade de mercado criou uma racionalidade a qual impôs uma separação institucional entre o sistema econômico com o resto da sociedade. Foram geradas instituições econômicas capazes de controlar a produção e a distribuição de bens materiais, uma economia de mercado com motivações individuais díspares, a saber: o medo da fome e a esperança do lucro.

Diz Polanyi (2012):

Como conclusão geral, pode-se afirmar que a produção e a distribuição de bens materiais estavam enraizadas em relações sociais de natureza não econômica. Não existia um sistema econômico institucionalmente separado,

tampouco uma rede de instituições econômicas. Nem o trabalho, nem a maneira de dispor dos objetos, tampouco a distribuição deles realizavam-se por motivos econômicos, por desejo de ganho ou de receber pagamento, ou ainda por medo de passar fome como indivíduo. Se considerarmos que sistema econômico significa o conjunto de traços comportamentais inspirados em motivações individuais da fome e do lucro, diremos que não existia um sistema econômico. Entretanto, se entendermos, como convém, que essa expressão abarca os traços comportamentais relacionados com a produção e a distribuição de bens materiais – o único significado relevante para a história econômica –, então somos obrigados a dizer que existia um sistema econômico, mas ele não era institucionalmente separado. (POLANYI, 2012, p. 100).

Polanyi defende a tese que, não existe organização econômica separada e, ao contrário, o sistema econômico é inerente às relações sociais, pois as ações econômicas não possuem objetivos estritamente econômicos, mas também motivações morais e sociais. “Os indivíduos não são átomos utilitarista nem meros atores que desempenham um papel culturalmente predeterminado”, (POLANYI, 2012, p. 38).

Sendo assim, para Polanyi, torna-se necessário possuir uma organização social elaborada para cuidar dos aspectos da vida econômica, como a divisão do trabalho, a maneira de dispor da terra, a organização do trabalho etc. Entretanto, reconhece que temos em nossa sociedade um sistema econômico institucionalmente separado.

Em suma, a teoria institucional de Karl Polanyi, com a sua concepção de economia enraizada nas relações sociais – ótica presente originalmente nas teorias marxianas –, nos fornece o suporte teórico para uma compreensão diferenciada da teoria econômica neoclássica sobre comportamentos econômicos, a qual considera as transações econômicas como oriundas das relações sociais, orientadas por motivos de naturezas distintas, não somente econômicas como também por hábitos tradicionais, costumes etc.

Deste modo, as economias familiares de pequenas produções agrícolas se reproduzem constantemente e acreditamos que estão bem longe de desaparecer⁸⁴. O que geralmente nos conduz para a suposição que certas unidades familiares tenham diminuído suas atividades no campo⁸⁵ são as explicações dos fatores externos e não propriamente a falta de interesses das pessoas em trabalhar com a agricultura. Como por exemplo: problemas relacionados à apropriação indevida de terras agricultáveis por

⁸⁴Trabalhamos com a suposição que aqui no Brasil este tipo de economia esteja bem longe de desaparecer, pois a nossa herança rural apresenta ainda, em dias atuais, fortes indícios dessa origem nacional. Sobre herança rural consultar, Sérgio Buarque de Holanda (1995).

⁸⁵ Pelo menos em nosso campo de investigação foi detectada essa diminuição do trabalho agrícola, e não por falta de interesse pelas atividades produtivas rurais, mas, por falta de um retorno financeiro imediato.

parte das elites agrárias – fato comum no Brasil –; o êxodo rural, fenômeno migratório ocasionado pelo “atraente” setor industrial urbano, dentre outros.

Enfim, com o intuito de analisar as causas dos aspectos de mudança das atividades laborais em Cariongo, em seguida será exposta a situação de conflito das terras agricultáveis que se estabeleceu no local, além de fornecer maiores detalhes sobre as características econômicas deste povoado, como foi configurada e como se apresenta em dias atuais a partir do problema da interdição das terras por parte do INCRA⁸⁶. Problema este que tem impedido as pessoas de continuar trabalhando com as atividades agrícolas, principalmente com a produção de farinha de mandioca. Porém, antes de tratar sobre a questão do conflito de terras, torna-se importante resgatar a história do Major Lima, aprofundar um pouco mais sobre a participação deste atravessador local no processo econômico e social da Vila Cariongo.

2.3. Posse das terras, Conflito Agrário e a Problemática da Escassez na Vila Cariongo

A Vila Cariongo apresenta, historicamente, características econômicas que inicialmente se desenvolveram com relações recíprocas entre os moradores, parentes e amigos, porém, esta Vila não demorou a estabelecer relações de mercado com povoados e municípios vizinhos, tudo indica que foram incentivados por aquele atravessador local⁸⁷ responsável pelo início das transações econômicas neste povoado, assim como em outras comunidades quilombolas do Vale do Itapecuru. Neste sentido, torna-se imprescindível reforçar sobre a importante participação do Major Lima nas relações comerciais estabelecidas na Vila Cariongo, além de fornecer informações referentes à influência deste na realização da compra daquelas terras realizada por Sebastião Cariongo.

Como dissemos no início deste capítulo, Major Lima foi uma liderança local dado a sua importante posição social e econômica, entendido como detentor da estrutura de poder e dominação local. Assim, o “velho Lima” foi responsável pelo controle da produção dos pequenos produtores agrícolas do Cariongo e outros agrupamentos rurais existentes na região.

⁸⁶ A interdição das terras pelo INCRA foi realizada para conter um conflito entre moradores e um suposto grileiro local; será explicado com maiores detalhes sobre esta questão nas páginas seguintes.

⁸⁷ O Sr. Major Lima, citado no início deste capítulo.

O depoimento do Sr. Zezinho, morador do Cariongo, nos indica sobre a importante liderança do Major Lima na localidade⁸⁸:

Seu Zezinho: O Major Lima que decidia tudo aqui. Podia levar lá que ele resolvia. Ele era major, acho que era major. Era rico, era tipo assim um governador aqui da região, todo problema era lá. Só vivia deitado na rede balançando de frente por rio. O Kelrú lá foi fundado por ele.

Pesquisador do INCRA: O senhor ainda pegou essa época do Major Lima?

Seu Zezinho: Peguei, eu ainda fui lá nele com uma questão. Arrumaram uma questão comigo aqui no Cariongo e aí eu, por cause de uma menina, uma moça, que eu casei com ela e se deixemo. Aí eles queria tomar tudo que era meu, eu tinha três linha de roça madura, com mandioca e tudo. Aí eles foram lá, aqui perto de Santa Rita, e ajeitaram pra tomar tudo. Papai disse: Faz um bilhete e vai lá no Seu Lima. E aí eu fui lá onde ele. Chegou lá ele disse assim. Eu entreguei pra ele o bilhete e ele o olhou, fez outro e disse assim: Olha, leva lá pra eles e diz pra eles vim conversar comigo. Tudo vai ser rachado no meio. Aí eu cheguei e entreguei pra eles. Eles olharam e ficaram zangado comigo. Arroz maduro siô, três linha de arroz maduro com mandioca e tudo. Tudo em riba, pra eu perder tudinho? Rachei a roça no meio. E dei para eles. Isso era o povo dela, da mulher. Aí os que era ofendido comigo era pra eles ir lá onde Seu Lima, foram foi nada. Aí Seu Lima disse: diz pra eles que vim aqui, que eles pegam uma cadeia ainda. Como eles querem tomar tudo o que é teu? Se se largaram é rachado. Aí eu disse: A casa eu não quero, ela pode ficar com a casa. Eu posso sair e fazer outra em outro lugar.

Diante este depoimento nos é transmitida a ideia que se tratava de uma relação de poder muito forte, o Major Lima era capaz de resolver até mesmo problemas de cunho pessoal, “todo tipo de problema era resolvido por ele”, como dizem os moradores mais antigos do povoado.

Como dito anteriormente, o povoado identificado como Kelrú foi o maior centro comercial da região – local onde morava o Major Lima –, todos os excedentes produtivos dos pequenos agricultores do Vale do Itapecuru passava pelo “velho Lima” e tinha como destino os comércios de São Luís⁸⁹. A casa do Major Lima era um grande estabelecimento comercial, com troca, circulação e comercialização de muitos gêneros alimentícios, e o que mais atraía os pequenos produtores locais é que a remuneração era imediata⁹⁰.

Seu Joca⁹¹ compara o Kelrú com as cidades de hoje:

Seu Joca: Hoje tudo é pra cidade não é? Antigamente tudo era lá pra casa dele (Major Lima). Porque lá tinha o rio, tinha não, tem o rio. E aí eles vinham, o pessoal de fora vinha fazer compra nos bote. Então se levava pra

⁸⁸ Depoimento extraído do Relatório Antropológico do INCRA, 2015.

⁸⁹ O Major Lima, enquanto intermediário, despachava nos barcos toda a produção negociada que se destinava para os comércios de São Luís; tudo acontecia pelo rio Itapecuru.

⁹⁰ Esta é uma informação extraída do Relatório Antropológico do INCRA, 2015.

⁹¹ Morador e presidente da associação da parte do sítio;

lá, pra casa dele (Major Lima), ele comprava e vendia para esse pessoal de fora. A casa dele era perto do rio, rio Itapecuru. Aí os barco vinha comprar e levar pra fora. Era o transporte do mundo, era os barco. Não tinha estrada, não tinha nada. Antigamente só tinha caminho, só andava os comboio de cavalo. Então o rio Itapecuru era como se fosse a BR hoje. A provisão era toda feita pelo rio. Tudo saía por água. A exportação e importação era toda por mar, por água. Então esse pessoal desses povoado tudo tinham relações comerciais com o pessoal das margens do rio, rio Itapecuru. (Depoimento extraído do Relatório Antropológico do INCRA, 2015).

Seu Joca diz ainda:

Seu Joca: Então o pessoal dos povoado tudo levava os gênero pro Seu Lima. Porque lá era tipo um armazém. Aí nessa época era o seguinte. Era tipo a Santa Rita hoje. A Santa Rita a gente compra lá. Então a gente, no tempo do Major Lima, que lá que tinha todas as peças de gênero que a pessoa precisava, tinha a rede, tinha o machado, tinha tudo enquanto. E era lá que se matava boi dia de domingo. E aí tinha aquela concorrência pra lá, e ele tinha dinheiro, você levava as coisa pra lá ele pesava, pagava e pronto. Era tipo um povoado, uma feira. E aí depois quando passou a estrada que o pessoal começaram a ir já pra Itapecuru, pra Santa Rita, pra Rosário, porque já tinha essa concorrência né. Mas nesse tempo era lá (Kelrú). (Depoimento extraído do Relatório Antropológico do INCRA, 2015).

Ou seja, o cenário econômico daquela localidade foi marcado pelas transações comerciais estabelecidas no povoado Kelrú, localizado as margens do rio Itapecuru, transações controladas pelo Major Lima.

Referente à compra das terras por parte do Sebastião Cariongo, também nos deparamos com a participação do Major Lima neste processo. Foi o Major Lima quem intermediou a compra das terras onde hoje é localizada a Vila Cariongo. De acordo com o Relatório Antropológico do INCRA – documento do ano de 2015 –, o Major Lima gostava da capacidade produtiva do Sebastião Cariongo e resolveu lhe possibilitar uma aquisição legal de uma área maior, já que o Sebastião e seus descendentes estabeleciam grandes unidades produtivas, denominadas pelos moradores de *roças grandes*⁹².

Dona Lulu, neta de Sebastião Cariongo, relata para o antropólogo do INCRA como se desenvolveu esse processo de intermediação para a realização da compra daquelas terras.

Pesquisador do INCRA: Me diga uma coisa aqui, a senhora sabe porque ele veio pra essa região aqui? Porque ele saiu lá do Carionguinho e veio pra cá?

Dona Lulu: Ele veio pra cá por causa da lavoura né, a lavoura que ele fazia, e aí ele depois comprou esse terreno aqui.

Pesquisador do INCRA: Comprou de quem? A senhora sabe?

⁹² Categoria nativa que significava 10 linhas em diante, esse detalhe é um indicador que caracteriza as *roças grandes*.

Dona Lulu: Não, eu não sei, mas eu... tinha um morador no Kelrú que ele era Major né, chamava ele de Major Lima. Mas aí porque ele botava roça grande, meu avô né. E aí acho que o Major achou que era pequena a área, não sei como foi, aí ofereceu esse terreno pra ele e mandou chamar ele e vendeu pra ele.

Pesquisador do INCRA: O Major Lima que vendeu?

Dona Lulu: Foi outra pessoa que vendeu pra ele, mas aí ele chamou ele, o meu avô, e vendeu.

Pesquisador do INCRA: Deixa eu ver se entendi. Uma outra pessoa que vendeu o terreno pro seu avô, mas foi o Major Lima que chamou ele pro terreno ser vendido?

Dona Lulu: Henheim. (Sim)

Pesquisador do INCRA: E como foi essa história do Major Lima mediar essa venda?

Dona Lulu: É porque gostava do meu avô, porque ele era muito trabalhador, sabe esse pessoal gosta de gente que trabalha né, aí foi como ele indicou esse terreno pra ele comprar. E ele fazia roça grande.

Pesquisador do INCRA: O que a senhora chama de roça grande? O que é roça grande?

Dona Lulu: É a roça de 15 de linha, 10 linha, era a roça que eles faziam. Aí dava muito legume né.

Neste sentido, segundo Dona Lulu, o Major Lima intermediou o processo da compra das terras, a partir deste momento que o Sebastião Cariongo fixou sua moradia no Cariongo, saindo do Carionguinho. De acordo com o Relatório do INCRA, o proprietário legal daquelas terras, naquele período, era uma pessoa chamada Américo Nunes Belfort, então herdeiro de Joaquim Raimundo Nunes Belfort (1820 – 1898), este último conhecido como o Barão de Santa Rosa, possuidor de muitas terras na região e era descendente da família Belfort, oriunda da Irlanda e estabelecida no Maranhão no Século XVIII⁹³.

Segue abaixo transcrição de um trecho da certidão comprobatória de que o Sebastião Cariongo adquiriu a propriedade legal de um quinhão de terras, denominada Promissão. Certidão emitida pelo Cartório do 1º Ofício da Comarca de Rosário, em 16 de agosto de 1985⁹⁴.

Um quinhão de terras denominadas Promissão, neste município, místico pelo lado de baixo com o quinhão do Sr. João Capistrano da Silva Marques e seus herdeiros e pelos fundos com as do Cap. Américo Nunes Belfort (antiga) de Inácio José Gomes de Souza e pelo lado de cima com os outros herdeiros, os

⁹³ Fonte: Relatório Antropológico do INCRA/MA, 2015. De acordo com este relatório, foi no ano de 1900 que o Américo adquiriu a posse das terras, herdadas do Barão.

⁹⁴ Fonte: Relatório Antropológico do INCRA/MA, 2015.

fundos das terras são quatro léguas do Cap. Américo ao Pecoassú na beira do Mangue dos campos de Anajatuba. NOME, DOMÍLIO E PROFISSÃO DO ADQUIRENTE: Sebastião de Souza Lima (já falecido), residente neste município. NOME, DOMÍLIO E PROFISSÃO DO TRAMITENTE: Américo Nunes Belfort, residente neste município. Título: Escritura particular lavrada no cartório do 1º ofício, em 18/06/1915. (Extraído do Relatório do INCRA/MA, 2015, p. 104).

Sendo assim, o próprio INCRA/MA é ciente que as terras do Cariongo foram adquiridas pelo Sebastião de Souza Lima. Negociação facilitada pelo Major Lima e foi ele quem determinou todo o processo de aquisição, como também estipulou o valor e a forma de pagamento.

Explica o Seu Joca:

Então o Sebastião veio pra cá e negociou, pagou uma parte em dinheiro e a outra pagava em gênero. Botava tudo nos comboio, porque nesse tempo eles davam prazo de ano para pagar a conta. Porque olhava pra roça tinha o arroz, olhava pro terreiro tinha o porco, olhava pro outro lado tinha um garotinho, olhava pra água tinha o peixe. Então ninguém andava com a corda no pescoço, o senhor tá entendendo. Porque se eu ir trabalhar pra uma pessoa hoje de tarde eu quero o dinheiro, porque eu não tenho a farinha pra comer, eu não tenho o dinheiro pra comprar um quilo de arroz. E naquele tempo não, todo mundo tinha. Então o Sebastião veio, teve informação dessa terra. Aí ele chegou, conversou com o Seu Lima. Negociou essas terra, comprou, e aí pagou uma parte em dinheiro e a outra em gênero. (Depoimento extraído do Relatório Antropológico INCRA/MA, 2015, p. 106).

Então, de acordo com o Sr. Joca, Sebastião Cariongo comprou aquelas terras com parte em dinheiro e a outra em gêneros alimentícios produzidos na localidade por este pequeno agricultor; tudo indica que o próprio Major Lima comprou estas terras para o Sebastião, como uma prestação de favor, na relação patrão-cliente, e pode ter sido uma estratégia para deixar o Sebastião com uma longa dívida a ser paga em forma de trabalho e favores, prática que garantia mais ainda ao Major Lima a dominação e poder local.

Sobre o tamanho das terras, consta no Relatório do INCRA:

O perímetro da terra adquirida esta descrito na certidão e toma como referência suas propriedades limítrofes a época, as quais, ao longo do tempo, mudaram de donos e foram sendo modificadas – anexadas ou retalhadas – de modo que não mais representam subsídios sólidos para a averiguação do tamanho preciso da área adquirida por Sebastião Cariongo. No entanto, no levantamento cartorial efetuado pelo INCRA, em 2005, consta a medida de 3.267 hectares, de acordo com a cadeia dominial. (Relatório do INCRA/MA, 2015, p. 104-105).

A Associação dos Agroprodutores Rurais Remanescentes de Quilombos da Vila Cariongo, solicitou, em 2005, a cópia da certidão comprobatória da compra das terras, presente nos autos do processo de regularização deste território de comunidade remanescente de quilombos, aberto no INCRA/MA. Desta forma, os moradores do

Cariongo estão certos que são os verdadeiros herdeiros daquelas terras, tendo em posse do Sr. Joca o documento comprobatório oficial registrado em cartório.

Explicamos no início deste capítulo sobre a unanimidade dos depoimentos com relação ao “período de fartura” de alguns gêneros alimentícios, principalmente a farinha de mandioca que era produzida localmente, no entanto, a abundância começou a ser interrompida a partir do ano de 2003⁹⁵.

Forneceremos agora maiores informações sobre o conflito que se caracterizou em relação às terras agricultáveis utilizadas, a priori, pelos herdeiros do patriarca Sebastião Cariongo.

A área de maior relevância para produções agrícolas do Cariongo encontra-se localizada em um terreno mais elevado, portanto não sofre alagações nos períodos de fortes chuvas, esta área foi cercada e, assim, os moradores do Cariongo foram impedidos de continuar plantando neste terreno, sobrando apenas a “área baixa” – parte do vilarejo que alaga no período do inverno –, área não apropriada para a produção de mandioca.

José Pereira Neto⁹⁶, conhecido na região como “Zé Preto”, é indicado pelos moradores do Cariongo como o principal responsável pelo problema estabelecido no povoado. De acordo com o Relatório do INCRA⁹⁷, “Zé Preto” ocupa aquelas terras desde meados da década de 1980, contudo, antes da chegada do “Zé Preto”, a “área do alto”⁹⁸ já havia sido ocupada por outra pessoa, o Sr. Máximo Martins de Freitas.

A área de terra identificada pela população como “área do alto” refere-se oficialmente a área denominada por “Fazenda Progresso”⁹⁹, mas que teve o nome alterado para “Fazenda Vista Alegre”¹⁰⁰, correspondendo em 352 hectares¹⁰¹ em sua totalidade. De acordo com o Relatório do INCRA, estas terras foram vendidas para o

⁹⁵ Período que nos interessa para análise da problemática local nesta pesquisa, contudo, não nos limitamos a este período, por isso retomamos algumas questões que são imprescindíveis para a compreensão da situação atual.

⁹⁶ Durante esta pesquisa não foi possível realizar um entrevista com o Sr. “Zé Preto”, dizem que ele mora em São Luís, no entanto, não conseguimos nenhuma informação sobre o seu endereço ou telefone.

⁹⁷ Relatório Antropológico, INCRA/MA 2015.

⁹⁸ Categoria nativa referente à área mais elevada, terreno apropriado para o plantio de mandioca.

⁹⁹ Fazenda localizada dentro da área pertencente a Vila Cariongo, área agricultável identificada, na certidão inicial e oficial da época da compra destas terras por Sebastião Cariongo, como “Promissão”.

¹⁰⁰ Não descobrimos ainda sobre essa alteração do nome, tudo indica que foi o Senhor “Zé Preto” o responsável por esta mudança do nome da fazenda.

¹⁰¹ Dado extraído do Relatório Antropológico, INCRA 2015.

“Zé Preto” pela viúva do Sr. Máximo¹⁰², Dona Maria do Amparo Machado Martins de Freitas.

Deste modo, o Sr. Máximo foi o primeiro a cercar o terreno com arame farpado, mas não cercou totalmente, e o povo não reclamou justamente porque ele não se sentia incomodado com os moradores e nunca proibiu o plantio. Porém, quando o “Zé Preto” comprou as terras, ampliou, aos poucos, a extensão da cerca de arame, quando definitivamente iniciou uma queimada em boa parte da área agricultável e em seguida plantou capim, passando a criar gado na área, e por este motivo a cercou usando a justificativa que iria continuar isolando-a para que seus animais não destruíssem as lavouras dos agricultores locais. O problema que os moradores alegam, hoje em dia, é que a comunidade já estava sendo enganada e não percebia as reais intenções do “Zé Preto”¹⁰³.

De acordo com o depoimento do Sr. Cecílio, 73 anos, o problema foi agravado quando o “Zé Preto” se irritou com a atitude do Sr. Patrício¹⁰⁴, que adentrou em parte da área isolada para o pasto da criação de gado.

Diz o Seu Cecílio:

“Zé Preto” passou a cerca alegando que era para impedir que o gado fugisse, mas, o pessoal tinha permissão de roçar na área. O problema é que o Patrício fez “vareda”¹⁰⁵ para dentro da área não autorizada a roçar, foi quando o “Zé Preto” se chateou e enfurecido proibiu de vez o roçado em toda a área, isso aconteceu no ano de 2003 e de lá pra cá a gente nunca mais pode plantar nada. (entrevista concedida em agosto de 2015).

A partir do momento que o “Zé Preto” proíbe o plantio e isola toda a área agricultável¹⁰⁶, a comunidade rural Vila Cariongo começa a enfrentar sérios problemas. Um povoado que tinha como atividade principal a produção agrícola, principalmente a lavoura da mandioca, fica submetido, a partir de então, a condições de vida um tanto quanto complicadas, deixando de produzir sua maior riqueza.

Sendo assim, a área que restou para o desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas foi a “área baixa”, justamente aquela que alaga no período chuvoso, e, além

¹⁰² Segundo alguns depoimentos dos moradores do Cariongo, o Sr. Máximo Martins de Freitas foi o primeiro invasor daquelas terras, pois nunca foram vendidas por nenhum descendente do Sebastião Cariongo, inclusive alegam que existe inúmeras falsificações de documentos.

¹⁰³ Esta é uma declaração dos moradores, não sabemos ao certo se realmente o “Zé Preto” tinha intenções de enganá-los e, assim, monopolizar toda a área.

¹⁰⁴ Neto de Sebastião Cariongo e o então Presidente da Associação dos Moradores daquele período ápice do conflito com o “Zé Preto”.

¹⁰⁵ Categoria nativa que significa marcação de roça, código utilizado entre os trabalhadores rurais para identificar a área onde se vai roçar.

¹⁰⁶ Alguns moradores confirmam que este fato realmente aconteceu no ano de 2003, outros nem lembram em que ano ocorreu tal proibição.

disso, segundo os moradores, as condições da terra não são apropriadas para o plantio de mandioca, por este motivo os moradores do Cariongo foram obrigados a trabalhar apenas com algumas lavouras, tendo como produtos principais o feijão, arroz e milho, mas ainda há aqueles que insistem em plantar mandioca naquela área.

Diante do impasse entre moradores e o suposto invasor, o INCRA determinou o isolamento de toda a área, proibindo o plantio por parte dos moradores¹⁰⁷, como também impediu que o “Zé Preto” criasse gado naquele terreno. Com as terras interditadas por todos esses anos¹⁰⁸, os lavradores foram forçados a parar de produzir farinha e assim estão sem trabalhar na área até que a justiça apresente um parecer definitivo sobre a quem deva obter a posse daquela propriedade. Porém, mesmo com a decisão do INCRA, em manter a interdição daquelas terras, os moradores do Cariongo não suportaram esperar por mais tempo e resolveram adentrar o terreno para voltar a plantar naquela área. A situação começa a mudar a partir deste fato; um grupo de seis a oito homens cortou o arame farpado e marcou roça onde pretende realizar o plantio, isso aconteceu em junho de 2015, acompanhamos o grupo e registramos com fotos a marcação da “vareda”.

Após sete meses, em janeiro de 2016, em uma de nossas visitas a comunidade, soubemos que aquela área agricultável adquiriu um novo dono¹⁰⁹, pois o “Zé Preto” a vendeu. Este novo “dono das terras” enviou um encarregado para limpar o terreno com um trator, fato que destruiria as lavouras ali roçadas. Os moradores, entretanto, barraram o homem do trator e não permitiram que ele chegasse perto das roças, confusão que se estendeu até a delegacia do município vizinho.

Desta forma, o “Zé Preto” vendeu o terreno antes da decisão da Justiça, o que pode denotar em punição. De acordo com o Sr. João Batista (Seu Joca), o “novo dono” alegou que mostraria os documentos para o delegado, e assim comprovaria que aquelas terras é de sua posse, no entanto, há dúvidas sobre a procedência legal daqueles documentos, haja vista que a associação de moradores declara que possui o documento original da compra das terras a época do Sebastião Cariongo.

Diante dos fatos, percebe-se que desta vez os moradores do Cariongo estão decididos em voltar a usufruir aquela área e tudo indica que não irão ceder a pressões

¹⁰⁷ Os moradores mais antigos afirmam categoricamente que são os herdeiros legais daquela área agricultável; inclusive, tivemos acesso ao documento que comprova a posse daquela propriedade, o que não podemos afirmar é se realmente tal documento é válido.

¹⁰⁸ Desde o ano de 2003 até os dias atuais.

¹⁰⁹ Não descobri ainda o nome deste novo dono, a informação que obtive é que ele mora em São Luís/MA.

exteriores. De acordo com o Sr. João Batista, desta vez ninguém os impedirá de trabalhar naquele terreno, nem mesmo o INCRA, até que a Justiça resolva a situação, e deixa claro que as terras pertencem à comunidade, pois são realmente os herdeiros legais.

As figuras 9 e 10 mostram as diferenças entre a mata fechada¹¹⁰ e a área limpa com as lavouras já em fase de desenvolvimento.

Figura 9: “vareda”; a palha seca simboliza a marcação da roça; Local marcado para a realização do roçado.



Foto por Fabiano Rocha: junho de 2015.

Figura 10: Mesma área da foto da figura 9, ao lado, após sete meses, a qual foi marcada a “vareda”; Lavoura de milho.



Foto por Fabiano Rocha: janeiro de 2016.

Neste sentido, percebe-se então que alguns moradores retornaram com as atividades agrícolas naquela área, continuando a trabalhar com as mesmas lavouras: milho; arroz; feijão e mandioca; nesta última visita verificamos que a mandioca ainda não estava no ponto para ser retirada do solo, mas, aqueles produtores rurais afirmam categoricamente que após a primeira colheita, prevista para janeiro de 2017, voltarão a produzir farinha de mandioca. Esta foi a primeira iniciativa orientada para a transformação da situação dos moradores daquele povoado, assim, trabalhamos com a suposição que quando alguns começarem a produzir farinha, outros terão a mesma iniciativa e voltarão a produzir naquela área.

Desta forma, talvez a comunidade volte a obter produções significativas que sejam capazes de movimentar novamente a economia local, porém, tudo depende da liberação das terras, enquanto isso não acontecer temos a impressão que não haverá

¹¹⁰ Por mata fechado temos a intenção de nos referir à situação que ficou aquela área, que por determinação do INCRA os trabalhadores locais deixaram de plantar. O período de abandono do trabalho agrícola naquela área foi de doze anos naquele momento da marcação da “vareda”, por isso a mata ficou toda coberta, o mato cresceu e encobriu toda a região onde plantavam antes do problema.

adesões significativas de trabalhadores agrícolas voltando a desempenhar suas atividades na referida área agricultável.

Em suma, torna-se importante ressaltar que se trata de um conflito entre moradores e a “grilagem local”. Os lados opostos defendem que são os donos, que possuem a posse legal da propriedade, por este motivo o INCRA intermediou o conflito interditando toda a área. Entretanto, acreditamos que o problema foi agravado com esta interdição do INCRA, pois treze anos se passaram e nada foi resolvido, ou seja, os trabalhadores rurais do Cariongo estão ociosos durante todo esse tempo em consequência da morosidade do processo que tramita na Justiça Federal. Neste sentido, responsabilizamos, com maior rigor, este órgão Federal pelo desequilíbrio econômico causado no povoado.

Referente à problemática da escassez, veremos agora o que a Sociologia de Karl Polanyi ressalta sobre esta questão, pois ao falarmos em “fartura” imediatamente se pensa no seu oposto. No entanto, precisamos deixar claro que não necessariamente a ausência de uma denota na condição da outra, tampouco a insuficiência dos meios cria obrigatoriamente uma situação de escassez. (POLANYI, 2012).

Polanyi distingue meios dos fins, “meios são tudo que é aproveitável, quer em virtude de qualidades naturais, como carvão para o aquecimento, quer em virtude das regras convencionais, como notas de dólares para pagar dívidas”. (POLANYI, 2012, p. 71). Fins seriam os objetivos a alcançar por uma escolha individual ou coletiva.

Diz Polanyi (2012):

Os meios são insuficientes quando o seguinte teste dá resultado negativo: disponham-se os fins numa sequência e cubra-se cada fim com uma unidade de recursos; se estes acabarem antes de se chegar ao último fim, os meios são insuficientes. (POLANYI, 2012, p. 73).

Sendo assim, consideramos a propriedade de terras como recurso, ou seja, o meio para o desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas. A “área baixa” é parte do terreno pertencente à Vila, utilizada para o plantio de algumas lavouras, principalmente milho, feijão e arroz – como supracitado –. Compreendemos que o objetivo (fim) dos moradores do Cariongo é o estoque destes produtos e que este seja consumido durante o período das chuvas, ou seja, este estoque precisa ser suficiente para suprir as necessidades das famílias durante os seis meses do período chuvoso na região.

Na figura 11, destaca-se a foto do estoque de arroz do Sr. José Luzia, conhecido na região como “Careca”. Segundo ele, este estoque é suficiente para suprir as necessidades da sua família durante todo o inverno.

Figura 11: estoque de arroz, antes do processo de pilação.



Foto por Fabiano Rocha. Pesquisa de campo, junho de 2015.

Neste sentido, a “área baixa” continua produtiva para alguns moradores do Cariongo, os estoques estão sendo satisfatórios para o consumo, as quantidades são suficientes para atender as demandas familiares. Neste caso, não há insuficiência dos meios, assim como não há escassez daqueles gêneros alimentícios, porém alguns moradores preferem buscar outro tipo de trabalho nos povoados ou municípios vizinhos, e até mesmo fora do Estado do Maranhão.

No que se refere à lavoura de mandioca, sobre o plantio que é realizado na “área baixa”, identifica-se o problema; a produção é insuficiente e, neste caso sim, escasso. Com as fortes chuvas a plantação de mandioca é destruída, sobrando poucas unidades que podem aproveitar, assim acreditam os moradores da Vila que não é vantagem fazer a farinha com a sobra que resiste ao período chuvoso. De acordo com os depoimentos, alguns afirmam que é melhor comprar no mercado que ter tanto trabalho para produzir poucos quilos de farinha, o que seria suficiente apenas para dez a quinze dias de consumo.

Para o morador Elenilson, de 39 anos de idade, conhecido como “Nilsinho”, trabalhar na roça, no terreno da “área baixa”, é uma perda de tempo, este prefere trabalhar com outras atividades profissionais.

Diz ele:

Aqui no Cariongo era o lugar da farinha, conhecido como terra da farinha, aqui era fartura siô, todo mundo fazia farinha. Agora taí a casa de forno desativada, porque na “área baixa” não presta, a gente não tem onde plantar, eu não vou perder meu tempo nesse terreno aí, a área boa pra plantar é essa parte aqui que está interditada pelo INCRA, “Zé Preto” invadiu aí e deu esse problema pra nós. Agora a gente tem que ir lá fora, procurar trabalho lá fora, se o terreno tivesse liberado eu não precisava andar de bicicleta quase 10 km todo dia pra trabalhar como pedreiro, não tinha precisão de ir buscar trabalho lá fora, poderia vender minha própria farinha, tinha tanto pra comer e ainda tinha bastante farinha pra vender, como sempre fiz antes desse problema aí, agora nem um nem outro, nem temos pra comer e muito menos pra vender. (“Nilsinho”, entrevista concedida em junho de 2015).

O ponto que se pretende chegar nesta discussão é que realmente o Cariongo passou a enfrentar um problema de escassez – desde 2003 – na produção de farinha de mandioca, mas esta escassez não se estende a totalidade da realidade econômica local, ou seja, a produção de farinha é escassa, pra não dizer inexistente, mas não implica dizer que a Vila Cariongo possui uma economia decadente. Deixaram de produzir sua maior riqueza, mas não vivem numa situação de extrema pobreza, apenas não possuem mais aquele excedente que estavam acostumados e que inclusive ajudava nas despesas da casa, mas os estoques de arroz, feijão e milho garantem a refeição do dia a dia, além do desempenho de outras atividades produtivas não agrícolas que asseguram a satisfação de algumas necessidades materiais.

Entretanto, podemos afirmar que o problema das terras agricultáveis, interditadas pelo INCRA, tem sido o principal responsável pelo desequilíbrio das atividades produtivas agrícolas do Cariongo com repercussões diretas na economia de algumas unidades familiares¹¹¹, efeito que tem causado mudanças significativas no aspecto laboral do povoado, o que nos leva a considerar que talvez esta Vila esteja passando por uma situação de crise das atividades agrícolas¹¹². Em contrapartida, identificamos certa ascensão das atividades não agrícolas¹¹³. Processo incipiente no Cariongo, o qual as atividades menos qualificadas são as mais numerosas, e não

¹¹¹ Esse efeito tem sido prejudicial principalmente para aquelas famílias que não conseguiram se adaptar a outros tipos de trabalhos não agrícolas.

¹¹² Mesmo com a iniciativa de um pequeno número de agricultores em voltar a trabalhar na “área do alto”, ainda é um processo incipiente e não atinge a maioria dos moradores, pois não houve forte adesão destes. Acredita-se que seja em decorrência do medo de envolvimento em maiores problemas, principalmente com a Justiça.

¹¹³ Considerando o que diz Swedberg sobre o que ressalta Weber, “é claro que a ação econômica é movida pela escassez de meios (ou, mais precisamente, pela percepção das pessoas de que algo é valioso e geralmente também é escasso)”. (SWEDBERG, 2005, p. 53).

podemos deixar de considerar a alta incidência de semianalfabetos, por este motivo ocupam os espaços deixados pelo trabalho informal.

Em suma, a produção de farinha de mandioca era o produto que lhes forneciam excedentes e, assim, foi responsável por transações econômicas significativas para os moradores, além de tê-la como fonte de base alimentar. Neste sentido, foi possível perceber que o impasse das terras agricultáveis impulsionou o que chamamos de processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos locais, o qual nos traz a compreensão da caracterização de uma espécie de crise das atividades agrícolas enquanto resultante da escassez da produção daquele produto.

Finalmente, no próximo capítulo conduziremos a discussão sobre comportamentos econômicos no sentido substantivo, relacionando este sentido de economia, defendido por Karl Polanyi, com a Sociologia econômica de Max Weber e a sua noção de ação social econômica. Apresentaremos ainda os dados estatísticos que reforçam nossa proposição de diminuição do trabalho agrícola no Cariongo – principalmente na produção de farinha de mandioca –, sendo esta responsável pela reconfiguração dos comportamentos econômicos dos moradores daquele povoado.

A partir das informações coletadas através de questionários, seguiremos empenhados na tentativa de compreender alguns questionamentos, alguns deles já acionados, como por exemplo:

Qual o perfil socioeconômico daquela localidade onde a maioria dos agricultores atualmente está sem terra adequada para produções agrícolas significativas capazes de favorecer o desempenho de transações econômicas?

Se este processo resultou em evasão, entre jovens e adultos, que efeitos estes deslocamentos provocaram no espaço social em questão?

Que atividades produtivas não agrícolas os moradores do Cariongo tem desenvolvido?

Estas e outras questões serão discutidas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – RECONFIGURAÇÃO DOS COMPORTAMENTOS
ECONÔMICOS E A CRISE DA PRODUÇÃO DA FARINHA DE MANDIOCA NO
CARIONGO

- 3.1. Considerações Teóricas sobre Ações Sociais Econômicas
- 3.2. Processo de Reconfiguração dos Comportamentos Econômicos
- 3.3. Dominação e Violência Simbólica

3.1. Considerações Teóricas sobre Ações Sociais Econômicas

Antes de iniciarmos a discussão sobre o processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos da Vila Cariongo, veremos o que Max Weber destaca sobre o conceito de ação social econômica, considerando ainda a sua noção de utilidade, pois esta última torna-se central para a compreensão da definição de ação social econômica, e, conseqüentemente, comportamentos econômicos.

Richard Swedberg (2005), em sua obra, *Max Weber e a ideia de Sociologia Econômica*, esclarece os conceitos trabalhados por Weber no clássico da literatura Sociológica, *Economia e Sociedade*. Swedberg (2005) destaca que desde o primeiro capítulo, daquela obra clássica, Weber inicia a discussão sobre as diferenças entre a sociologia e a teoria econômica ao indicar a distinção de enfoques epistemológicos destas com referência à ação econômica e a ação social.

Ressalta Swedberg sobre as distintas abordagens entre a teoria econômica e a sociologia:

A unidade básica da sociologia é o indivíduo ou, mais precisamente, as ações sociais do indivíduo. Em outras palavras: exatamente como a teoria econômica, a sociologia começa sua análise com o indivíduo e o significado que o indivíduo atribui a seu comportamento (individualismo metodológico). O indivíduo é movido basicamente por seus interesses, que tanto podem ser ideais quanto materiais. Os hábitos e as emoções também costumam desempenhar um papel. No entanto, o que mais distingue a sociologia da teoria econômica é que a ação do indivíduo também tem de ser social. Este último ponto é essencial para Weber, que define “ação social” da seguinte forma: “A ação é “social” {somente} na medida em que seu significado subjetivo *leva em conta o comportamento dos outros*, que, assim, orienta seu curso”. Ou seja, enquanto a teoria econômica analisa a ação econômica em geral, a sociologia analisa apenas a ação econômica que também é orientada – em termos de significado – pelo comportamento dos outros. (SWEDBERG, 2005, p. 46 – 47).

Neste sentido, a teoria econômica – que tem como objeto a ação econômica – preocupa-se com situações em que o agente é movido pelos interesses materiais e tem a utilidade como objetivo, entretanto, não considera o comportamento de outros atores. Já a sociologia – que se ocupa com a análise da ação social – dá primazia tanto para a ação movida pelos interesses ideais quanto pelos interesses materiais, sempre orientadas pelo comportamento dos outros.

A partir desta diferença, Weber destaca a sociologia econômica enquanto uma ramificação analítica da sociologia que focaliza a ação social econômica, sendo esta última movida principalmente pelos interesses materiais, que tem como objetivo a utilidade e leva em conta os outros agentes.

A ação social econômica, em Weber, é caracterizada como uma ação racional com objetivos exclusivamente econômicos, assim como a teoria econômica focaliza as ações econômicas. No entanto, a diferença é que a sociologia econômica também se interessa pelas ações racionais não exclusivamente econômicas, além de se interessar ainda pelas ações irracionais. (SWEDBERG, 2005).

Esta diferença é demonstrada por Swedberg (2005) na figura abaixo:

Figura 12: Áreas de estudo da teoria Econômica e da Sociologia (parte 1).

	AÇÃO RACIONAL	AÇÃO IRRACIONAL
OBJETIVOS EXCLUSIVAMENTE ECONÔMICOS	teoria econômica/ sociologia	Sociologia
OBJETIVOS NÃO EXCLUSIVAMENTE ECONÔMICOS	sociologia	sociologia

Fonte: SWEDBERG, 2005, p. 50.¹¹⁴

Assim, tanto a sociologia quanto a teoria econômica se ocupam com as ações sociais racionais e com objetivos exclusivamente econômicos, a diferença é que a teoria econômica trata principalmente da ação racional de natureza não social, “isto é, da ação racional que não é orientada pelo comportamento dos outros, como o cultivo da terra ou a produção em sentido estrito”. (SWEDBERG, 2005, p. 51). Entretanto, somente a sociologia se interessa pelas ações irracionais e de caráter não exclusivamente econômicos.

O caráter da irracionalidade não implica que a ação social não seja dotada de sentido – neste caso, não seria de interesse da sociologia, pois esta ciência não se ocupa com os comportamentos ou ações reativas –, o que às vezes pode denotar certa irracionalidade da ação seria referente à relação entre meios e fins, pois o agente não se interessa pelo aspecto da racionalidade com a mesma paixão com que exige o respeito aos seus valores. Neste sentido, segundo Weber (1997), o significado da ação não se

¹¹⁴ Fonte original: Max Weber. “Basic Sociological Terms”, p. 9, 21, em *Economy and Society* (Berkeley University of California Press, 1978).

encontra em seu resultado ou em suas consequências, mas no desempenho da própria conduta.

Confira a figura abaixo:

Figura 13: Áreas de estudo da teoria Econômica e da Sociologia (parte 2).

	AÇÃO SOCIAL	AÇÃO NÃO SOCIAL
AÇÃO RACIONAL	teoria econômica/ sociologia	teoria econômica
AÇÃO IRRACIONAL	Sociologia	“comportamento” (comportamento reativo, certos processos psicofísicos)

Fonte: SWEDBERG, 2005, p. 51.¹¹⁵

O conceito de utilidade em Weber torna-se imprescindível para a caracterização do que este entende por ações sociais econômicas ou mesmo ações econômicas.

Vejam os que diz Swedberg sobre a ideia de “utilidade” em Weber:

Em primeiro lugar, Weber usa um termo alemão muito especial para designar utilidade, querendo deixar claro que não é tanto a qualidade inerente de um objeto que importa, e sim o uso que se pode fazer dele. Em segundo lugar, afirma que é preferível empregar o conceito de utilidade em lugar de “satisfação de necessidades” como base da ação econômica, porque tem um alcance maior e também inclui a geração de lucros. As primeiras ações econômicas das pessoas, diz Weber, podem muito bem ter consistido em busca instintiva de comida, mas esse estágio foi rapidamente superado. Uma terceira e importante dimensão do conceito de utilidade de Weber é a que enfatiza o elemento de “oportunidade econômica” e incerteza nas ações econômicas. Esse conceito é central para toda sua sociologia, mas também desempenha um papel em sua discussão sobre utilidade. A ação econômica, diz Weber, sempre é mais orientada pelas oportunidades do que por certezas, e isso influencia profundamente seu caráter. (SWEDBERG, 2005, p. 53).

Sendo assim, a noção weberiana de utilidade substitui a ideia de “satisfação de necessidades”¹¹⁶, além de enfatizar o aspecto da oportunidade e das incertezas nas ações econômicas. Primeiro porque a ideia de “satisfação de necessidades” traz consigo

¹¹⁵ Fonte original: Max Weber. “Basic Sociological Terms”, p. 4, 7, 22, em *Economy and Society* (Berkeley University of California Press, 1978).

¹¹⁶ “Satisfação de necessidades” é a maneira como concebe a economia neoclássica em relação às economias de subsistência, a qual as ações econômicas são movidas exclusivamente pela escassez de recursos.

a ideia de necessidades materiais associada única e exclusivamente a satisfações básicas do ser humano, como abrigo e comida, além de considerar que não é apenas a qualidade própria do objeto que interessa, e sim a utilidade que se pode desfrutar dele; segundo porque as ações econômicas são movidas pelas oportunidades, mas que por certezas, com incessantes tentativas de alcance dos interesses econômicos.

Então, é por este viés que empregamos nesta discussão o termo “comportamentos econômicos”; seguindo a concepção de Max Weber sobre a ação econômica, da maneira como enfatiza a sua sociologia econômica e como esta concebe analiticamente as ações sociais econômicas. Desta forma – como supracitado – ação social econômica é toda ação movida pelos interesses materiais, que é voltada para a utilidade e que considera os comportamentos de outros agentes, mas, também, as ações econômicas podem ser movidas pelo hábito (ou tradição) e pelas emoções, combinadas com os interesses econômicos (SWEDBERG, 2005).

Este tipo de ação é social, é racional ou não, com objetivos exclusivamente econômicos ou não ¹¹⁷, além de ser orientada por oportunidades.

Diz Swedberg (2005):

É claro que a ação econômica é movida pela escassez de meios, mas há também um elemento de incerteza em toda a ação econômica, no sentido de ser mais dirigida por uma oportunidade de utilidade do que pela utilidade em si. (SWEDBERG, 2005, p. 53).

Desta forma é que o termo “comportamentos econômicos” está sendo empreendido no debate desta pesquisa, com análise das ações sociais sendo movidas tanto pela tradição, como também da associação desta aos interesses puramente econômicos, como no caso dos moradores do Cariongo. Porém, sem deixar de considerar que a escassez de meios é também um condicionante que impulsiona a dinâmica das ações econômicas, tal ciclo em movimento ocupa-se das oportunidades de utilidade, das incertezas das ações sociais investidas pelos agentes.

Destarte, tratamos nos capítulos anteriores sobre a formação econômica do Cariongo e como foi se configurando os comportamentos econômicos locais desde a sua fundação. Ressaltamos ainda, que existe um conflito de terras agricultáveis entre os moradores e o que podemos chamar, supostamente, de “grileiros locais” ¹¹⁸. Relatamos

¹¹⁷ A sociologia estuda tanto as ações econômicas como também as ações economicamente orientadas, diferente da teoria econômica que estuda apenas o primeiro caso. Ação economicamente orientada é o termo utilizado por Weber para tratar as ações econômicas que não possuem interesses exclusivamente econômicos. Sobre “ações economicamente orientadas” em Weber, ver SWEDBERG (2005).

¹¹⁸ Identificamos como “grileiros locais” aqueles pertencentes a uma elite agrária, possuidores de capital econômico suficientes para realizar investimentos financeiros em extensas áreas de terras.

também sobre a intermediação do INCRA neste conflito, demonstrando a obediência¹¹⁹ dos moradores em não desempenhar atividades agrícolas na área interdita por este órgão Federal, além apontar a proibição também do usufruto daquela área por parte do suposto dono¹²⁰.

Forneceremos no próximo tópico alguns detalhes sobre a busca por oportunidades de trabalho fora do Cariongo antes de chegarmos ao período em que estamos realmente interessados em analisar nesta pesquisa, justamente o período que identificamos como o divisor de águas das atividades laborais, aqui diagnosticado como o processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos. Em seguida serão apresentados os dados da pesquisa quantitativa que reforçam o que acreditamos ser o início do desligamento daquela população em atividades produtivas agrícolas.

3.2. Processo de Reconfiguração dos Comportamentos Econômicos

Durante a pesquisa foi possível constatar, através dos depoimentos, que houve algumas tentativas de oportunidades econômicas buscadas fora do Cariongo. Algumas pessoas que migraram para o Estado do Pará com o intuito de enriquecer na “Serra Pelada” com o garimpo do ouro¹²¹, outros foram cortar cana em São Paulo, e ainda aqueles que tentaram a vida no Estado do Mato Grosso do Sul desenvolvendo atividades diversas, como pedreiros diaristas em obras urbanas, além das atividades relacionadas à agricultura – com trabalhos agrícolas voltados para a soja e o algodão – e a pecuária¹²².

Apesar destas tentativas, fomos informados que as pessoas sempre retornavam para o Cariongo no período da colheita dos principais produtos agrícolas já citados. Então, as pessoas realizavam o plantio¹²³ e em seguida partiam em busca de trabalho em

¹¹⁹ Tal obediência perdurou por longos doze anos, contudo, vimos que em junho do ano passado um grupo de homens entrou na área e já estão desempenhando suas atividades agrícolas, sem a autorização do INCRA.

¹²⁰ No início desta pesquisa, em 2015, o suposto dono era o “Zé Preto”, que ao vender as terras também desobedeceu às determinações do INCRA/MA.

¹²¹ A década de 1980 foi um período de intensa migração nordestina para o Estado do Pará; o garimpo do ouro na Serra Pelada atraiu muitos homens que acreditaram na possibilidade do enriquecimento rápido.

¹²² O Mato Grosso do Sul teve na pecuária, na extração vegetal e na agricultura, as bases do seu desenvolvimento. Por este motivo houve grande incidência migratória de trabalhadores rurais de várias regiões do Brasil entre as décadas de 1980 a 1990; boa parte dos moradores do Cariongo foi à procura de trabalho neste Estado.

¹²³ Geralmente homens, chefes das famílias que saíam em busca de trabalho, mas que deixavam sempre alguém responsável – esposa ou filho – em vigiar e tomar conta das lavouras, para evitar prejuízos causados por pragas, larvas daninhas, dentre outros.

outros lugares¹²⁴, retornando sempre no período da colheita, prática comum na Vila Cariongo desde a década de 1980.

Neste sentido, a atividade agrícola no Cariongo sempre foi uma atividade principal, porém, os moradores não se limitavam em esperar a colheita – sem exercer outros trabalhos fora do povoado, principalmente fora do Estado –, o importante era continuar trabalhando e como não existia outra atividade produtiva lucrativa na localidade, eram obrigados a procurar trabalho em outros lugares.

De acordo com as informações prestadas por alguns moradores, o objetivo principal deste retorno ao Cariongo era para a produção da farinha de mandioca, alguns moradores que presenciaram aquela época de fartura falam que a “casa do forno” tinha uma movimentação constante nos períodos da colheita da mandioca.

Diz o Sr. Valdir Leite Oliveira de 42 anos:

As pessoas vinham comprar farinha aqui, pessoal de São Luís que passava de carro aí na beira da estrada, sempre encostavam aqui pra comprar, justamente porque aqui era conhecido mesmo como o lugar bom de comprar farinha, tanto quem saía de São Luís como quem estava indo, encostavam aqui pra comprar, aqui era bom demais siô, a gente vendia bastante, e sempre tinha farinha pra comer. Hoje em dia, ou compra no mercado ou não come farinha, essa é a realidade depois que tomaram nossas terras aqui. (Valdir, 42 anos, em entrevista concedida em agosto de 2015).

Este depoimento deixa claro o quanto a farinha de mandioca era importante para a realização de transações econômicas locais. De acordo com vários depoimentos pude perceber que realmente existiu uma movimentação intensa no povoado. Porém, o fluxo migratório não cessava por isso, pois ao vender boa parte da farinha produzida e logo após o roçado renovado, a maioria dos homens partia novamente em busca de outros trabalhos, isso foi uma constante na vida de algumas famílias durante um bom período.

Finalmente, chegamos ao período em que realmente nos interessa para a investigação dos aspectos de mudança das atividades laborais. Explicamos anteriormente que após o ano de 2003 os moradores do Cariongo foram obrigados a interromper suas atividades agrícolas na “área do alto”, sendo assim, as dificuldades passam a fazer parte da realidade local. Assim, a migração para os municípios vizinhos, além de outros Estados, aumentou significativamente; os homens continuam a procurar trabalho fora do Cariongo, principalmente como pedreiros ou atuando como operários

¹²⁴ Quase nunca em São Luís, capital deste Estado. Percebemos que o fluxo migratório para São Luís ocorreu com maior frequência por crianças, adolescentes e adultos – função representada pelas mulheres –, para trabalhar como empregadas domésticas em casas das famílias da classe média urbana. (o destaque aqui é que neste período, década de 1980, difícil era encontrar alguém aqui no Maranhão, deste ramo de atividade, que trabalhasse com carteira assinada; não recebiam salário mínimo e a forma de remuneração dependia muito da vontade do patrão).

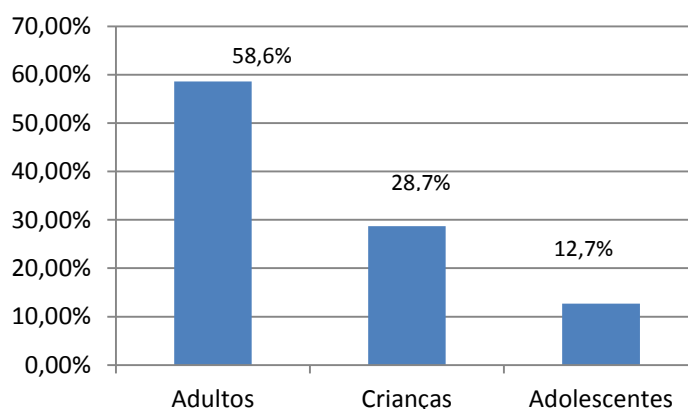
agrícolas, já que ainda encontram trabalho nas fazendas dos municípios vizinhos, especialmente em Itapecuru-Mirim¹²⁵.

Para maiores detalhes sobre o processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos do Cariongo, iniciaremos então a análise dos dados quantitativos apurados através dos questionários.

Foi destacado, anteriormente, sobre o Relatório Antropológico do INCRA¹²⁶, o qual ressalta que o Cariongo possui 52 famílias com aproximadamente 234 pessoas em sua totalidade. Nesta pesquisa foram visitadas 40 (quarenta) famílias perfazendo um total de 77% dos moradores. A partir dos questionários foram aferidas algumas questões como faixa etária, sexo, escolaridade, atividades profissionais desenvolvidas na localidade, número de aposentados, donas de casa, estudantes, funcionários celetistas, funcionários não celetistas, fontes de renda familiar, dentre outras questões.

A figura abaixo expõe sobre os dados da faixa etária encontrada na Vila Cariongo.

Figura 14: Faixa etária



Fonte: Pesquisa de campo.

Através dos questionários, aplicados in loco, foi possível conhecer a realidade de 157 (cento e cinquenta e sete) pessoas, quantidade total de moradores das 40 casas visitadas em quatro meses de trabalho, pesquisa realizada durante os meses de novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Destas 157 pessoas foram constatados 58,6% de adultos (92 adultos), entre os adultos consideram-se todos aqueles com idade superior a 20 anos em diante, até os idosos. As crianças de 0 a 10 anos totalizaram 28,7% (45

¹²⁵ Algumas pessoas encontram trabalho nas fazendas das elites agrárias circunvizinhas, trabalham na roça como diaristas, sendo remunerados pelo trabalho em dinheiro e, às vezes, recebem uma parcela em gênero alimentícios.

¹²⁶ Dados de 2015.

crianças) e os adolescentes a partir de 11 aos 20 anos foram de 12,7% (20 adolescentes)¹²⁷.

Sendo assim, percebe-se que, da realidade encontrada, há um menor índice de adolescentes e foi constatado que em várias casas as famílias são compostas por avós e netos, ou seja, idosos e crianças. O déficit etário encontrado, entre adolescentes e adultos, é de pessoas entre 14 a 30 anos.

Em nossas conversas – em que tratávamos de assuntos aleatórios, nada mais sobre as perguntas dos questionários –, sempre que tivemos a oportunidade de perguntar aos avós sobre onde estava a mãe ou o pai – ou ambos – daquelas crianças que lá encontravam-se aos seus cuidados, eles respondiam: “foram atrás de trabalho”, ou “estão por aí no mundo”.

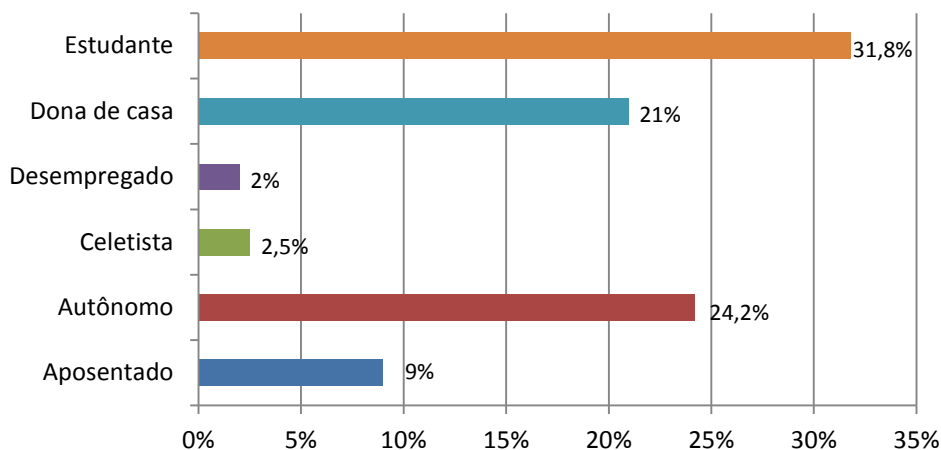
Dos avós que responderam: “foram procurar trabalho”; no caso das mães, encontramos maior incidência na resposta que apontou para o trabalho de domésticas diaristas em “casa de família”, como dizem por lá. No caso dos homens (os pais), geralmente o trabalho era como pedreiro, e os lugares de maior incidência desta busca por trabalho foram os municípios de Itapecuru-Mirim ou em São Luís, capital deste Estado. Este é um fato que pode demonstrar um desequilíbrio do perfil socioeconômico local, em que se percebe uma busca incessante por oportunidade de trabalho fora do povoado. Mostramos que este fenômeno não é recente, porém, de acordo com alguns moradores, nunca foi tão frequente e que os jovens e adultos nunca passavam tanto tempo fora de casa.

Deste modo, podemos apontar o problema da evasão como causa e, também, como consequência da crise do trabalho agrícola que tem se estabelecido no povoado. Como causa, justamente porque diminuiu consideravelmente o número de “braços” para o desenvolvimento do trabalho agrícola, e, também como consequência, porque diante de uma situação onde o meio produtivo encontra-se interdito, muitos não encontram outras oportunidades de trabalho no local, deslocam-se então em busca de trabalho fora do povoado, voltando esporadicamente apenas pra visitar os familiares e deixar alguma ajuda financeira.

¹²⁷ A classificação etária citada foi extraída da página oficial do IBGE. Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

Verificaremos então, quais as principais atividades desenvolvidas no Cariongo atualmente.

Figura 15: Atividades.



Fonte: Pesquisa de campo.

Diante a realidade apresentada no gráfico acima, pode-se notar que existe uma maioria de estudantes, entre crianças e adolescentes. Deparamos-nos com 31,8% de estudantes, lembrando que a maioria é composta por crianças, lembrando que foi identificado que há poucos adolescentes na Vila. Sobre esta evasão de jovens acredita-se também que pode está relacionada com a falta de oportunidades referente à qualificação profissional, já que o povoado é um local desprovido de estrutura para os estudos da educação básica, assim como também de cursos técnicos profissionalizantes.

A única escola localizada no povoado é para crianças até o ensino fundamental I, ou seja, até o 5º ano. Os estudantes a partir do 6º ano até o ensino médio precisam se deslocar para o município sede. Durante certo período de tempo foi garantido pela prefeitura municipal de Santa Rita, da gestão anterior, um transporte gratuito responsável pelo traslado dos estudantes, era um ônibus escolar que servia exclusivamente para os alunos do município, entretanto, na administração atual¹²⁸ o prefeito fez o corte deste benefício e, assim, cada estudante, individualmente, passou a usar o transporte alternativo muito comum na região, que são as vans particulares. Estes são alguns fatores que também podem justificar a evasão dos jovens daquele povoado.

¹²⁸ Gestão administrativa que assumiu a prefeitura em 2013, o prefeito é o Sr. Tim Ribeiro (PRB), eleito nas eleições de 2012 com 9.934 votos. Fonte: <http://www.eleicoes2012.info/tim-ribeiro/>.

Com relação às pessoas que se consideram “dona de casa” foram totalizadas em 21%, os aposentados estão em 9% e os desempregados representados em 2%. Constatamos que a maioria das donas de casa também desenvolve ou já desenvolveu atividades agrícolas. Sobre os aposentados foi quase unanimidade, boa parte deles trabalhou com roça e se aposentaram como lavradores¹²⁹. E os 2% que se consideram desempregados, trabalhavam na roça e vendiam farinha antes do problema da “invasão” das terras agricultáveis, são pessoas que estão com dificuldades para trabalhar com outro ramo de atividade.

Das pessoas que trabalham com carteira assinada (CLT)¹³⁰, aqui denominadas como celetistas, atingiram os 2,5%. Foram apenas quatro pessoas que encontramos, um foi o Antonio Fagner, trabalha desde junho de 2015 como sinaleiro de trânsito em uma construtora, empresa que desenvolve reparos no asfalto da BR 135; outro foi o Francisco, trabalha como rasteleiro há dois anos em uma empresa com atividades no município de Itapecuru-Mirim; a terceira pessoa encontrada foi o Valdir, que além de ser lavrador é também operador de máquinas na mesma empresa que o Francisco trabalha, e nesta é registrado há dois anos e meio, e o quarto e último celetista encontrado no Cariongo foi a professora Erineuda, prestes a se aposentar, concursada há anos pelo município de Santa Rita.

Sobre aqueles que se consideram autônomos, representam a segunda maior marca com 24,2%, perdendo apenas para os estudantes. Pude perceber que a maioria destes que se autodeclaram autônomos na verdade estão desempregados e, assim, ocupam os espaços da informalidade, poucos são os que realmente são autônomos por opção, como por exemplo, dois comerciantes e um mototaxista.

Este alto índice de trabalhadores autônomos deixa a impressão que os moradores do Cariongo estão sem opção de emprego no local e, por isso, buscam trabalho nos povoados e municípios vizinhos. A maioria dos que se consideram autônomos são os pedreiros e as domésticas, ambas as atividades profissionais poderiam trazer certa rentabilidade e estabilidade econômica se estes profissionais fossem trabalhadores registrados em CLT¹³¹, contudo, não é o caso, não é uma opção, trabalham como

¹²⁹ Encontramos duas exceções, uma pessoa que tem o braço amputado, ele tem aposentadoria pelo Ministério da Previdência Social por invalidez e a outra é aposentada como funcionário público. Consultar página: <http://www.previdencia.gov.br/>.

¹³⁰ Consolidação das Leis do Trabalho, registro oficial que regulamenta relações individuais e coletivas do trabalho.

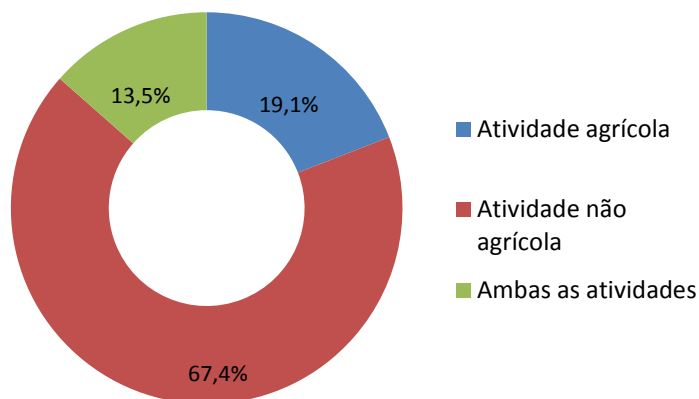
¹³¹ Fato que garantiria direitos trabalhistas.

diaristas porque só encontram trabalho temporário e com baixa remuneração, bem abaixo do que é oferecido no mercado formal.

A análise agora será com relação à redução das atividades produtivas agrícolas por qual tem passado os moradores da Vila Cariongo.

Confira a figura 16:

Figura 16: Atividades produtivas.



Fonte: Pesquisa de campo.

A figura 16, acima, demonstra o percentual de 19,1% para as atividades produtivas agrícolas, este é um baixo índice para uma comunidade que já foi essencialmente agrícola. Porém, este índice não nos surpreende, pois além do problema das terras, também há aquelas pessoas que não se identificam mais com este tipo de trabalho e outros que nunca se identificaram. Pude constatar também que ainda existem pessoas que desempenham as duas atividades produtivas – agrícolas e não agrícolas –, e esta categoria está sendo representada por 13,5%, lembrando que o trabalho agrícola desempenhado atualmente na localidade tem como objetivo principal o estoque para consumo familiar, todavia, em alguns momentos ocorrem também trocas de produtos entre as famílias.

Sobre a categoria das atividades econômicas não agrícolas temos um índice de 67,4% do total de moradores. A partir destes números torna-se possível considerar que está acontecendo uma abnegação do trabalho agrícola. Já mencionamos que a partir da interdição das terras agricultáveis (“área do alto”), pelo INCRA, ficou difícil alcançar grandes quantidades de produções agrícolas (na “área baixa”) que sejam suficientes para as vendas, principalmente no que se refere à produção da farinha de mandioca. Esta

conclusão baseia-se no alto percentual, demonstrado nesta pesquisa, de moradores que pararam definitivamente de trabalhar com a roça de mandioca ou qualquer outra lavoura. Foi percebido, inclusive, que há um sentimento de revolta quando o assunto das “terras” é posto em pauta.

Importante ressaltar que, embora tenha-se identificado a abnegação do trabalho agrícola, não podemos deixar de considerar que existem aqueles que deixaram de trabalhar na roça e outros que nunca trabalharam ou trabalhariam com esta atividade. Da mesma forma, tivemos o cuidado de considerar a existência de pessoas que realizam as duas atividades econômicas, trabalham tanto na roça como também desempenham outra função não agrícola. São os casos “intermediários” ou situações “médias”, como apontaria o Sociólogo Bernard Lahire.

Segundo Lahire (2006), considerar apenas os pólos em oposição pode levar a conclusões enganosas.

Diz Lahire (2006):

É quando se comentam quadros estatísticos interpretando os dados na lógica das aproximações relativas de categorias ou grupos de indivíduos em direção aos pólos da oposição pertinente retida que se requer captar casos “intermediários”, geralmente os mais numerosos e os mais comuns. O exemplo “perfeito” demais, que acumula o conjunto das propriedades estatisticamente mais ligadas a um grupo ou a uma categoria, é sem dúvida pedagogicamente útil quando se trata de desenhar o retrato (da cultura, da mentalidade, etc.) de uma época, de um grupo, de uma classe ou de uma categoria. Porém, ele se torna caricatural e enganoso quando perde seu estatuto de ilustração (representante ou caso modal de uma instituição, de uma época) para ser tomado como uma imagem correta da maioria dos membros do grupo enquanto casos particulares do real. Porque a realidade social encarnada em cada indivíduo singular (atribuível a diversos grupos ou categorias) é sempre menos uniforme que isso. Se os cruzamentos das grandes pesquisas nos indicam quais são as propriedades (recursos, atitudes, práticas, etc.) estatisticamente mais ligadas a tal grupo ou a tal categoria, é uma dedução apressada pensar que cada indivíduo que compõe o grupo ou a categoria (nem mesmo a maioria deles) reúne a totalidade (nem mesmo a maioria) dessas propriedades. (LAHIRE, 2006, p. 110 – 111).

Assim, considerando apenas os pólos em oposição – atividades agrícolas e atividades não agrícolas –, chegaríamos facilmente a ideia da existência de uma crise daquelas atividades agrícolas, já que os números apontam para o baixo índice deste tipo de trabalho. De acordo com Lahire (2006), esta seria uma afirmação precipitada que poderia ocasionar equívocos que comprometeriam a análise do trabalho científico.

Neste sentido, considerando as situações “médias”, aquelas situações individuais que fogem do quadro generalizado da realidade social em questão, optamos por indicar a existência de uma crise da produção de farinha de mandioca e a conseqüente diminuição drástica do trabalho agrícola no Cariongo. Ou seja, não podemos afirmar

que existe uma crise das atividades agrícolas porque ainda há algumas famílias da comunidade que desenvolvem este tipo de trabalho e parecem estar satisfeitas com suas produções, porém, a crise da produção de farinha de mandioca tem provocado o declínio do trabalho agrícola nesta localidade.

Então, finalmente podemos concluir que a crise da produção de farinha pode ser responsabilizada pela abnegação do trabalho agrícola e a origem deste problema está relacionada com o conflito de posse daquela área agricultável. Problemática pontencializada pela participação do INCRA em interditar aquela mesma área produtiva na Vila Cariongo.

Defendemos esta posição justamente por perceber que boa parte dos moradores acredita no retorno da produção de farinha naquele povoado, há expectativas de investimentos na comercialização deste produto¹³². Sendo assim, acreditamos na situação de diminuição significativa deste tipo de atividade enquanto resultado da interdição daquelas terras, a qual provocou a extinção da produção de farinha no Cariongo.

Foi observado que mesmo com a melhor área agricultável interdita as pessoas continuam insistindo em trabalhar na roça – em outra área, na “área baixa”, mesmo sendo uma área considerada imprópria para esta atividade – como forma de manter certos produtos em estoque para o consumo familiar, outros preferem procurar trabalhos não agrícolas e acusam que é uma perda de tempo trabalhar naquela área imprópria para o plantio de mandioca, e é justamente este último perfil que nos faz pensar na situação de crise. No entanto, tal generalização seria um exagero, mas esta situação não nos impede de considerar que existe uma possibilidade de crise.

Deste modo, temos conhecimento de programas que poderiam incentivar o trabalho agrícola naquela região. O Estado do Maranhão é adepto ao programa do Governo brasileiro de incentivo a agricultura familiar voltado para as populações rurais de baixa renda, o qual inclui o município de Santa Rita, no entanto, os moradores da Vila Cariongo não conhecem tal programa, nem mesmo aquelas pessoas mais envolvidas com a política local, engajadas aos movimentos sociais – como a Maria Antonia¹³³, por exemplo –, nunca ouviram falar nesta iniciativa do Governo. Este programa de incentivo a agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos

¹³² Tanto que já houve a iniciativa de um pequeno grupo de homens em roçar naquela área interdita, mesmo sendo proibida pelo INCRA.

¹³³ Presidente da Associação dos Moradores, da associação do campo.

(PAA); o PAA é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹³⁴, programa que possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

No Maranhão são noventa e nove municípios adeptos¹³⁵, e neste Estado o programa funciona pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDES) em parceria com as prefeituras municipais com adesão ao programa. Este é um programa que beneficia principalmente comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. Por este motivo foi uma surpresa não encontrar tal programa em prática no Cariongo, maior surpresa foi ouvir dos moradores que não conhecem o programa, nem nos povoados circunvizinhos tem-se conhecimento deste benefício do Governo. Esta ação do Estado talvez fosse uma alternativa interessante para incentivar a volta das atividades agrícolas na comunidade, entretanto nenhum trabalho é desenvolvido pelo município responsável por aquela região¹³⁶, o que nos faz pensar na possibilidade de negligência da administração pública municipal de Santa Rita.

Já no Setor privado nos deparamos com a iniciativa da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), com o desenvolvimento de um projeto social na comunidade, é o projeto PAIS¹³⁷; o projeto PAIS é executado no Cariongo pela Planeja¹³⁸, empresa de consultoria e assessoria com atividades voltadas para o desenvolvimento sustentável. Tal projeto possui duas etapas com atividades distintas, a primeira etapa, já em andamento, ocupa-se do cultivo de hortaliças; a segunda etapa será com um programa de criação de frango. Desde maio de 2015¹³⁹ tivemos conhecimento sobre este projeto na comunidade e tornou-se possível perceber o entusiasmo das quinze famílias envolvidas nas atividades do projeto. Com as ações da primeira etapa, as famílias adeptas ao programa das hortaliças já não precisavam mais comprar certos legumes e verduras no mercado, pois retiravam das suas próprias hortas o maxixe, quiabo, cheiro-verde etc.

¹³⁴ Consultar cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf

¹³⁵ Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Termo de Adesão dos Municípios firmados até setembro de 2012.

¹³⁶ Mesmo Santa Rita sendo adepta ao programa, o município ainda não incluiu o Cariongo ao programa, nem mesmo os povoados vizinhos têm alguma participação no PAA.

¹³⁷ PAIS (Projeto de Implantação de Sistemas de Produção Agroecológica Integrada Sustentável).

¹³⁸ PLANEJA (Consultoria e Assessoria em Desenvolvimento Sustentável).

¹³⁹ Período em que foi dado o início desta pesquisa no Cariongo.

Veja a foto abaixo:

Figura 17: Projeto PAIS; horta de cheiro-verde.



Foto por Fabiano Rocha, maio de 2015.

Porém, houve uma pausa no programa das hortaliças, a comunidade ficou impossibilitada de aumentar suas produções por problemas relacionados à irrigação daquelas verduras e legumes¹⁴⁰. Sendo assim, como parte do projeto foi providenciada a construção de um poço com caixa d'água próximo às hortas, exatamente para a realização da irrigação das produções. Em fevereiro deste ano é que foi finalizado o obra do poço e todo o sistema de irrigação, permitindo, desta maneira, a volta das ações daquelas famílias ao programa das hortaliças.

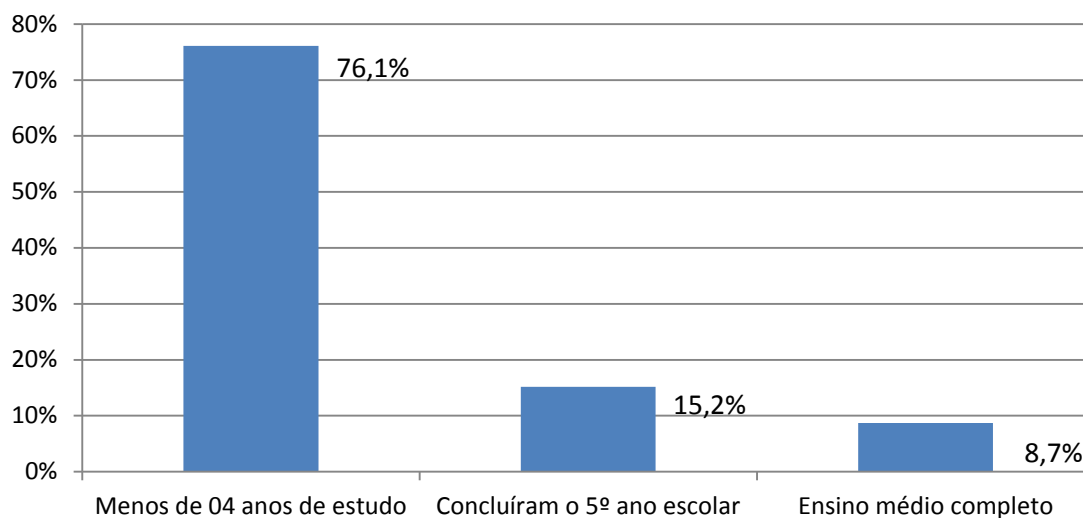
Sobre a segunda etapa do Projeto PAIS, a comunidade ainda espera pela compra dos pintos e de toda a estrutura apropriada para a realização da criação de frango. Enquanto isso não acontece, aquelas famílias envolvidas no projeto continuam na tentativa de se ocupar de qualquer outra atividade que possa ajudar na renda familiar, entretanto, é exatamente onde detectamos o problema.

Assim, as pessoas têm procurado outros tipos de atividades, no entanto, o problema se agrava com o capital escolar encontrado, que não ajuda esta população a se inserir no mercado de trabalho.

¹⁴⁰ Com o aumento das produções, as famílias envolvidas no projeto acreditam que poderiam obter lucros com a venda das hortaliças na feira livre de Santa Rita; feira que acontece todas as quartas-feiras na praça central da cidade.

Confira a figura 18 que indica o nível escolar dos 58,6% dos adultos encontrados nesta pesquisa:

Figura 18: Percentual de adultos por escolaridade.



Fonte: Pesquisa de campo.

Os números que encontramos indicam para o percentual de 76,1% dos adultos que estão na margem do analfabetismo funcional¹⁴¹, outros 15,2% concluíram o que hoje é chamado de ensino fundamental I, ou seja, até o quinto ano; e somente 8,7% concluíram o ensino médio. Neste sentido, percebe-se o baixo rendimento escolar que caracteriza a situação de exclusão social ao qual está submetida esta parcela dos adultos moradores do Cariongo. O mérito e a competência adquiridos pelo capital escolar é condição imprescindível para a inserção das pessoas no mercado de trabalho – exigência administrativa do Estado Capitalista –, os diplomas escolares são fontes que podem garantir benefícios materiais e simbólicos (BOURDIEU, 1998), no entanto, o baixo índice escolar encontrado neste povoado reflete a situação de exclusão.

Ou seja, a exclusão social daquelas pessoas pode ser explicada a partir destes dados, se no trabalho agrícola os moradores do Cariongo não estão alcançando sucesso econômico, a conquista de benefícios materiais e simbólicos no mercado de trabalho se torna uma possibilidade distante daquela realidade. No entanto, têm acontecido alguns

¹⁴¹ Analfabetismo funcional é uma terminologia utilizada pelo IBGE; refere-se aquelas pessoas que cursaram menos de quatro anos de estudos escolares. Consultar página do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

casos de contratação – já citados –, algumas pessoas conseguiram se inserir no mercado de trabalho, como trabalhadores celetistas, mas, são poucos casos e os trabalhadores sabem que se trata de uma contratação temporária, geralmente são três a seis meses de serviço, após esse período as empresas determinam a rescisão do contrato, inclusive eles já estão acostumados com esta ocorrência e aceitam as condições impostas.

Neste sentido, mais uma vez percebemos a participação da CVRD desenvolvendo ações sociais naquele povoado, desta vez com o projeto de inclusão no mercado de trabalho, é o PBA/EFC (Plano Básico Ambiental da Duplicação da Estrada de Ferro Carajás). O projeto é de 2012, e possui o objetivo de desenvolver ações nas comunidades localizadas às margens das obras de duplicação da estrada de ferro, principalmente comunidades quilombolas, além de ter como premissa a contratação da força de trabalho local para os serviços daquela obra.

Importante ressaltar que a primeira construtora a assumir as obras de duplicação da estrada de ferro da CVRD, foi a ODEBRECH; anos depois foi a Camargo Correia, e ambas, de acordo com alguns moradores, foram adeptas da mesma prática clientelista, ou seja, só contratavam pessoas vinculadas a parentes ou amigos daqueles que exercem cargos administrativos nestas empresas. Sendo assim, as associações de moradores, daqueles povoados localizados às margens da estrada de ferro, em suas reuniões decidiram pressionar a antropóloga da CVRD exigindo a contratação da força de trabalho local, e que a própria CVRD ofereça cursos de capacitação técnica para que sejam efetivadas de fato tais contratações dos trabalhadores locais. A exigência foi atendida e uma nova construtora assumiu a obra, a empresa atual é a ATERPA Construtora. Até o momento da conclusão desta pesquisa de campo, conseguimos a informação que uma pessoa da Vila Cariongo já foi contratada para os serviços da obra de duplicação da estrada de ferro¹⁴².

Então, políticas públicas são inexistentes para atender as deficiências referentes à qualificação profissional daquela Vila, em contrapartida, percebemos as ações da CVRD substituindo a ausência do Estado. Porém, uma pequena parcela da população do Cariongo é ciente que as ações da CVRD na verdade estão sendo executadas como “políticas de compensação”, seria uma espécie de “devolução” pelos transtornos causados a partir da sua expansão e interesses mercadológicos. Contudo, sabem que os

¹⁴² De acordo com a presidente da Associação dos Moradores do “campo”, a antropóloga da CVRD esclareceu que serão ministrados vários cursos de capacitação técnica e que acontecerão em etapas, na primeira etapa foi prometido o curso de pedreiro, este curso estava previsto para ser iniciado em setembro de 2015, porém, em fevereiro de 2016 o curso ainda não havia iniciado.

impactos ambientais e sociais causados pelas obras não serão amenizados com a promessa de desenvolvimento dos projetos sociais nas comunidades afetadas; as pessoas mais engajadas aos movimentos sociais apontam para essa estratégia ardilosa por parte da CVRD, no entanto, dizem que esta é a única alternativa que possuem e precisam aproveitar, pois, do Estado não esperam nada, entretanto, a CVRD tem oferecido esperanças para melhorar o aspecto econômico da localidade.

Confira agora a figura 19, a qual expõe as principais atividades laborais desempenhadas pelos moradores do Cariongo.

Figura 19: Principais Ocupações.

ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS	
Atividades	Quantitativo de pessoas
Aposentado	14
Celetista	4
Comerciante	2
Doméstica diarista	5
Dona de casa	33
Feirante	1
Mototaxista	1
Pedreiro	11

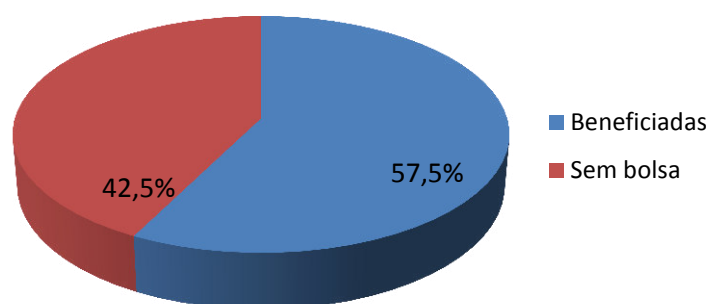
Fonte: Pesquisa de campo.

São estas as atividades laborais não agrícolas, entretanto, deve-se considerar que uma minoria dos que se autodeclararam donas de casa e pedreiros, também executam tarefas agrícolas. Dos dois comerciantes encontrados, um é o Sr. Cecílio de 73 anos, aposentado como lavrador, possui comércio em seu domicílio, negocia desde produtos básicos – mantimentos, bebidas etc. – até a carne bovina. A outra pessoa que trabalha como comerciante é a Dona Ângela, de 51 anos, que também trabalha na roça. Ela é criadora de frango, vende tanto o frango vivo como também abatido. Todos os dias ela tem frango pra vender em sua própria casa. O seu terreno – como uma espécie de sítio – é utilizado como criatório deste tipo de animal.

Nesta pesquisa pudemos encontrar apenas um feirante – que vende hortaliças, como cheiro verde, maxixe, quiabo etc., na feira livre de Santa Rita – e um mototaxista, este último faz rotas pelos povoados circunvizinhos.

Confira no gráfico 20 a outra fonte de renda que ajuda nas despesas das famílias moradoras do Cariongo. Percebe-se que a maioria recebe o benefício do Governo Federal. Das quarenta famílias visitadas 57,5% são beneficiadas pelo programa bolsa família.

Figura 20: Famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa família.



Fonte: Pesquisa de campo.

Além do bolsa família, existe outro benefício que os moradores do Cariongo recebem, é uma cesta básica anual fornecida pelo ACONERUQ. São estas as políticas assistencialistas que tem contribuído e, assim, evitado maiores problemas de cunho econômico no povoado do Cariongo.

Em suma, estes foram os dados coletados que serviram para a análise da situação local, os quais reforçam aquilo que temos chamado de crise das atividades agrícolas. Ressaltamos que, a partir da interdição daquelas terras, os moradores do Cariongo sentiram-se obrigados a mudar seus comportamentos direcionando seus interesses para outras atividades laborais, no entanto, as oportunidades de utilidade das ações econômicas não têm sido satisfatórias¹⁴³. O baixo rendimento de escolaridade encontrado naquela localidade pode ser considerado também um dos fatores responsáveis por incitar o problema da exclusão, por este motivo, acredita-se na impossibilidade de inserção daquelas pessoas ao mercado de trabalho¹⁴⁴. Assim,

¹⁴³ Como dissemos anteriormente, influenciados por Weber, sobre as ações econômicas que são movidas pelas oportunidades de utilidades, pelas incertezas das ações; o problema é que as oportunidades de utilidades, que os moradores do Cariongo encontram, se limitam ao trabalho informal e com baixa remuneração, além do curto período de aproveitamento, são atividades muito efêmeras, isso justamente porque o nível de escolaridade é bem inferior ao que o mercado de trabalho exige.

¹⁴⁴ Da maneira que está não vemos outra solução que não seja pela alternativa de intervenção do Estado; com o desenvolvimento de programas sociais, políticas compensatórias ou qualquer outra medida de políticas públicas. Vale ressaltar que mencionamos sobre a existência do PAA em Santa Rita, só não sabemos porque o município não executa este programa naquele quilombo.

identifica-se a ausência de políticas públicas que possam desenvolver trabalhos voltados tanto para a capacitação técnica profissional, de atividades não agrícolas, como também trabalhos de incentivo a produção agrícola, como no caso do PAA sendo desenvolvido pela gestão administrativa municipal de Santa Rita. Desta forma, identificamos a ausência do Estado, em contrapartida, percebemos a intervenção do setor privado com algumas ações dos projetos sociais da CVRD em fase de desenvolvimento.

Então, estes são alguns problemas destacados pelos entrevistados. Segundo eles, só foram acionados a partir da “perda” das terras agricultáveis e, em nossas inúmeras conversas com os moradores do Cariongo, a impressão que passaram logo de início foi que enquanto aquela propriedade era de posse dos moradores não existiam problemas no Cariongo, no entanto, detectamos que o fluxo migratório sempre foi comum na região, pois a procura por trabalho fora do povoado foi, e ainda é frequente. Mesmo aqueles que se identificavam com o trabalho agrícola também precisavam buscar trabalho distante desta comunidade. A evasão de jovens e adultos sempre esteve relacionada com a procura por trabalho ou com a busca por qualificação educacional, problemas revelados como antigos no povoado.

Diante dos fatos relatados sobre a interdição das terras, entendido como “gênese” de muito dos problemas do povoado em questão, compreendemos que este não é um problema exclusivo dos moradores do Cariongo. Ao contrário, o problema de grilagem de terras no Brasil é antigo, no Maranhão isso não foi diferente, pois sempre tivemos este tipo de problema aqui, lugar onde continua servindo de palco para os conflitos agrários. Entendemos este fenômeno social enquanto resultado de um processo desigual de distribuição do capital, como bem disse Wallerstein (2001) sobre a autoexpansão capitalista da economia – mundo¹⁴⁵. Neste sentido, boa parte das economias familiares apresenta características de negligência por parte do Estado. A ausência de políticas públicas voltadas para as populações rurais de baixa renda nos faz acreditar que a visão neoclássica do sistema econômico continua a determinar que as desigualdades sociais sejam cada vez mais acentuadas, funcionando de acordo com a lógica do desenvolvimento capitalista desigual.

Em seguida, na próxima sessão, trataremos sobre esta questão das desigualdades sociais e os mecanismos de dominação capitalista, o qual será dado ênfase aos aspectos do campo político e do campo cultural.

¹⁴⁵ Considerando a propriedade enquanto mercadoria, geralmente em posse dos donos do capital.

3.3. Dominação e Violência Simbólica

A partir do que já foi explorado nas páginas anteriores, torna-se relevante chamar atenção para outros fatores que também estão em foco nesta discussão. Como vimos, o campo econômico é o alvo, ponto nevrálgico da pesquisa e de todo o debate deste trabalho, no entanto, não há o intuito de reduzir o debate a este único campo – mesmo que já tenha sido exposto sobre a noção de economia que adotamos aqui, aquela indicada por Karl Polanyi¹⁴⁶ –, torna-se importante então destacar que o espaço social é um espaço multidimensional, sendo assim, o enfoque sobre aquela realidade social também considerará a sua relação com o campo político e o campo cultural, justamente por entendermos as múltiplas dimensões da vida social como aspectos indubitavelmente inseparáveis¹⁴⁷, contudo não se trata de relações harmônicas, o espaço social é o espaço de lutas entre os agentes, é o campo de relações de forças, o espaço de disputas entre dominantes e dominados.

Referente ao campo político, destacaremos o Estado, enquanto maior representante hierárquico das relações de poder. Com relação ao campo cultural, evidenciaremos o diploma escolar enquanto capital cultural em sua forma institucionalizada¹⁴⁸. Inclusive, já fizemos uma prévia apontando o índice de escolaridade de parte daquela população, a qual aponta para uma situação de exclusão social. Neste sentido, a discussão será conduzida a partir da concepção do Sociólogo Pierre Bourdieu sobre as apropriações do campo de produção econômica e do campo de produção cultural por parte do Estado enquanto mecanismos de dominação simbólica.

Deste modo, compreendemos que a Vila Cariongo pode ser identificada como uma semiperiferia que apresenta uma economia¹⁴⁹ irrelevante para a expansão da economia – mundo e, neste caso, sofre com a desigualdade social imposta pela expansão capitalista do Estado. Sendo assim, a lógica burocrática do Estado determina o monopólio dos recursos e competências e os distribui de forma desigual como forma de

¹⁴⁶ Estamos nos referindo ao sentido substantivo da economia adotado por Karl Polanyi; orientação científica influenciada diretamente pelas ideias de Karl Marx e Max Weber, o qual denota que a economia é oriunda de relações sociais, que está enraizada na sociedade.

¹⁴⁷ As dimensões econômicas, políticas, sociais e culturais de uma determinada realidade social são inseparáveis, as relações sociais são movidas por interesses em comum que são compartilhados, porém as pessoas não dispõem dos mesmos recursos e competências, as diferentes dimensões da vida social possuem lógicas diferenciadas e com disputas de forças entre diferentes posições dos agentes.

¹⁴⁸ Segundo Bourdieu, o capital escolar, ou melhor, o produto dele, o diploma escolar, é o capital cultural em seu estado institucionalizado. (BOURDIEU, 1998).

¹⁴⁹ Sob a ótica da concepção neoclássica.

efetivar e garantir a sua reprodução de dominação política. No caso dos moradores do Cariongo se trata de pessoas com recursos insuficientes de capital econômico como também de capital cultural – em seu estado institucionalizado –, fato que garante a dominação política ou simbólica das instituições de poder representativas do Estado.

Explica Bourdieu sobre os modos de dominação:

... A dominação já não tem necessidade de ser exercida de maneira direta e pessoal quando está implicada na posse dos meios (capital econômico e cultural) de se apropriar dos mecanismos do campo de produção econômica e do campo de produção cultural que tendem a assegurar sua própria reprodução, através de seu próprio funcionamento e independentemente de toda intervenção intencional dos agentes. É, então, no grau de objetivação do capital social acumulado que reside o fundamento de todas as diferenças pertinentes entre os modos de dominação: isto é, bem esquematicamente, entre os universos sociais – em que as relações de dominação se fazem, se desfazem e se refazem na e pela interação entre as pessoas – e as formações sociais em que, mediatizadas por mecanismos objetivos e institucionalizados, tais como aqueles que produzem e garantem a distribuição de diplomas – nobiliárquicos, monetários ou escolares – têm a opacidade e a permanência das coisas e escapam à influência da consciência e do poder individuais. (BOURDIEU, p. 193, 2002a).

Assim, Bourdieu esclarece que a dominação política é intencionalmente vinculada a apropriação dos recursos dos campos de produção econômica e cultural, e desta maneira está inclinada a garantir sua própria reprodução, tal reprodução dependerá do grau de objetivação do capital social acumulado.

Ressalta Bourdieu:

A objetivação garante a permanência e a cumulatividade das aquisições, tanto materiais como simbólicas, que podem assim subsistir nas instituições sem que os agentes precisem recriá-las, de forma contínua e integral, por uma ação expressa; mas, como os lucros das instituições são objeto de uma apropriação diferencial, ela assegura também, inseparavelmente, a reprodução da estrutura da distribuição do capital que, sob suas diferentes espécies, é a condição desta apropriação e, ao mesmo tempo, a reprodução da estrutura das relações de dominação e dependência. (BOURDIEU, p. 193, 2002a).

Neste sentido, o acúmulo dos lucros materiais e simbólicos encontra-se concentrado pelo poder institucional. Sendo assim, o Estado assegura a reprodução de sua dominação política a partir desta apropriação desigual do capital (econômico ou cultural). Sobre esta concentração do capital, Bourdieu destaca que “o Estado – enquanto instituição das instituições – exerce um poder sobre os diversos campos e sobre os diferentes tipos específicos de capital” (BOURDIEU, p. 99, 1996), englobando todos eles para a construção e/ou fortalecimento do campo do poder.

Diz Bourdieu sobre a concentração de capitais:

O Estado é resultado de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, capital de força física ou de instrumentos de coerção (exército,

polícia), capital econômico, capital cultural, ou melhor, de informação, capital simbólico, concentração que, enquanto tal, constitui o Estado como detentor de uma espécie de metacapital, com poder sobre os outros tipos de capital e sobre seus detentores. (BOURDIEU, p. 99, 1996).

Destarte, Bourdieu refere-se a um capital específico, inerentemente estatal, que constitui o monopólio de todos os outros tipos e, desta maneira, manifesta o exercício legítimo da violência física e simbólica. A análise bourdiesiana sobre a violência simbólica demonstra que esta se apoia tanto numa objetividade¹⁵⁰ quanto numa subjetividade, esta última, apresenta-se “sob a forma de estruturas mentais, de esquemas de percepção e pensamento” (BOURDIEU, p. 98, 1996).

Neste sentido, entende-se que a violência simbólica só pode ser combatida através das revoluções simbólicas, com o confronto do conformismo moral e, mais ainda, com a ruptura do conformismo lógico¹⁵¹ impostos pelas estruturas de poder e dominação, pois “é no domínio da produção simbólica que particularmente se faz sentir a influência do Estado” (BOURDIEU, p. 95, 1996).

Deste modo, fica reservado ao Estado como “o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico” (BOURDIEU, p. 108, 1996), assim a violência simbólica exercida mantém sua vitalidade pelas estratégias de reprodução baseadas no capital escolar, nas quais as relações de poder e dependência ficam a cargo da objetividade das instituições, que reconhecidas juridicamente garantem o valor social dos diplomas e cargos administrativos. Como diz Bourdieu, “tudo remete à concentração de um capital simbólico de autoridade reconhecida” (BOURDIEU, p. 107, 1996).

Considerando a violência simbólica em sua subjetividade, ou seja, o controle e poder das estruturas mentais, Bourdieu ressalta sobre a imposição de uma visão de mundo que é capaz de submeter às pessoas a uma ilusão dóxica¹⁵², um princípio maior que a ideologia, preceito que constitui a doxa oficial¹⁵³, denominado por este autor como sociodicea. A sociodicea enquanto violência simbólica manifesta um arbitrário

¹⁵⁰ Sobre esta objetividade da violência simbólica, incorporada pelo Estado, Bourdieu explica que esta se dar sob a forma de estruturas e de mecanismos específicos. (BOURDIEU, 1996).

¹⁵¹ De acordo com Bourdieu, as verdadeiras revoluções simbólicas são aquelas que ferem o conformismo lógico, transformando o radicalismo político em radicalismo epistêmico. (BOURDIEU, 1996).

¹⁵² A ilusão dóxica refere-se à “construção pré-construída do mundo social”, além dos esquemas cognitivos que estão na base da imagem da razão prática. Segundo Bourdieu, as ilusões dóxicas são as adequações das estruturas sociais e das estruturas mentais, das estruturas objetivas do mundo e das estruturas cognitivas apreendidas pelo senso comum; a experiência dóxica é a aceitação cega, situada fora do alcance da indagação e da crítica. (BOURDIEU, 2007).

¹⁵³ Ou seja, o senso comum douto ou “doxa douta”. (BOURDIEU, 2007).

cultural travestido de um natural aparente. Como bem apontado por Bourdieu sobre a sociodicea, “*la estrategias de sociodicea buscan legitimar la dominación y su fundamento naturalizándolas*¹⁵⁴”. (BOURDIEU, p. 06, 2002b). Compreende-se, desta maneira, que certas alterações ou reformas sociais que surgem como naturais, e são geralmente entendidas como processos naturais de dinâmicas sociais, no entanto, podem ser intervenções arbitrárias do Estado.

Destaca Bourdieu:

O Estado molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns, formas de pensar que estão para o pensamento culto assim como as formas primitivas de classificação descritas por Durkheim e Mauss estão para o “pensamento selvagem”, contribuindo para a construção do que designamos comumente como identidade nacional – ou, em linguagem mais tradicional, o caráter nacional. (BOURDIEU, p. 105, 1996).

Assim atua, por exemplo, uma espécie de “sociodicea escolar”, determinante da ordem escolar, estabelece normas e regras a serem seguidas a favor do mercado cultural, obedecendo à lógica de dominação do Estado burocrático.

Bourdieu diz ainda:

Assim, por exemplo, se a menor tentativa de modificar os programas escolares e, sobretudo, os horários atribuídos às diversas disciplinas encontra resistências enormes quase sempre e em toda parte, não é apenas porque interesses corporativos muito poderosos (especialmente os dos professores envolvidos) estão ligados à ordem escolar estabelecida, é também porque as coisas da cultura, particularmente as divisões e hierarquias sociais a elas associadas, são constituídas como natureza pela ação do Estado que, instituindo-as ao mesmo tempo nas coisas e nos espíritos, confere todas as aparências do natural a um arbitrário cultural. (BOURDIEU, p. 94 – 95, 1996).

Neste sentido, a violência simbólica instaurada pelo Estado possui objetivos de unificação do mercado cultural, e este Estado monopolizador “é o responsável por todas as operações de totalização” (BOURDIEU, p. 105, 1996), numa tentativa de homogeneizar as formas de comunicação, “especialmente a burocrática” (BOURDIEU, p. 105, 1996).

Sendo assim, o campo jurídico¹⁵⁵ se apresenta como um campo fundamental de concentração de poder com a unificação de códigos específicos. O processo de concentração do capital jurídico segue uma lógica própria que acarretou justamente na

¹⁵⁴ O trabalho de BOURDIEU, P. “*Stratégies de reproduction et modes de domination*” foi originalmente publicado na revista *Actes de la recherche en sciences sociales*, V. 105, nº 1, 1994. Aqui está sendo usado: BOURDIEU, P. *Estrategias de reproducción y modos de dominación*. Colección Pedagógica Universitaria, nº 37-38, enero-junio/Julio-diciembre 2002.

¹⁵⁵ O campo jurídico se constitui com a aquisição do capital escolar, enquanto capital cultural em sua forma institucionalizada. (BOURDIEU, 1998).

constituição deste campo jurídico autônomo, campo ao qual é reservada a maior instância de autoridade do Estado, possui poder inclusive para nomear ou conceder honorarias de cargos públicos a pessoas de status – caso dos magistrados –, sendo o status adquirido pelo capital escolar, além do capital social investido¹⁵⁶.

Então, o campo burocrático exerce um trabalho de manter o “monopólio do universal” (BOURDIEU, p. 122, 1996), esta manutenção depende da submissão ao universal, aos valores impostos como universais, ao conformismo às regras universais, as normas oficiais. Tal submissão só pode ser garantida pelas estruturas que, a serviço do poder estatal, se utilizam dos mecanismos de reprodução de dominação simbólica, como por exemplo, o papel das instituições escolares que impõe seus conteúdos e regras com objetivos de estabelecer a ordem social determinada pelo Estado. É exatamente esse controle das estruturas cognitivas em conformidade com as estruturas objetivas é que pode garantir a “submissão dóxica à ordem estabelecida” (BOURDIEU, p. 119, 1996). Sendo assim, o Estado não necessariamente exerce a coerção física se a dominação simbólica estiver funcionando a seu favor, ou seja, com o controle efetivo das estruturas mentais.

Bourdieu ressalta sobre esta dominação simbólica do Estado:

A gênese do Estado como fundamento dos princípios de visão e de divisão vigentes na extensão de sua instância permite compreender tanto a adesão dóxica à ordem estabelecida pelo Estado como os fundamentos propriamente políticos dessa adesão aparentemente natural. A *doxa* é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e que constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado. (BOURDIEU, p. 120, 1996).

Assim se consagra a sociodicea, que se mantém fortalecida como fonte de imposição da ordem social instituída pelo Estado, exercício da violência simbólica que atua estabelecendo princípios de visão e de divisão que ao tomar corpo aparentemente natural assegura a submissão dóxica, desta maneira, consegue universalizar o ponto de vista dos detentores do poder de dominação política. Destarte, os discursos oficiais são legitimados em situação de autoridade, por pessoas autorizadas – como, por exemplo, a opinião de um professor ou um veredicto de um juiz – aqueles dotados de uma função

¹⁵⁶ No caso de cargos de nomeação os critérios são baseados no mérito e competência (capital escolar), conquistados através de concursos públicos etc., mas, não se pode desconsiderar – como, por exemplo, pelo menos aqui no Brasil, os cargos de confiança – que há também critérios de influência, amizade ou herança familiar, como o caso do nepotismo, além de práticas clientelistas em órgãos públicos, “jeitinho brasileiro” etc.

ou de um cargo atribuído pelo Estado, por isso “os discursos oficiais são compreendidos e reconhecidos como simbolicamente eficientes”. (BOURDIEU, p. 113, 1996).

Em suma, as estratégias de reprodução do Estado burocrático estão implicadas na apropriação do campo de produção econômica e do campo de produção cultural. Com relação ao campo econômico, o capital econômico precisa ser acumulado, reproduzido e ampliado por meio de estratégias específicas de investimento econômico, isto que caracteriza o campo de relações econômicas.

Como destaca Bourdieu:

O poder econômico não reside na riqueza, mas na relação entre a riqueza e um campo de relações econômicas, cuja constituição é inseparável do desenvolvimento de um corpo de agentes especializados, dotados de interesses específicos; é nesta relação que a riqueza se encontra constituída, como capital. (BOURDIEU, p. 194, 2002a).

Neste sentido, o campo econômico necessita de outras estratégias relacionadas a investimentos culturais e à obtenção ou manutenção de relações sociais que possibilitem o estabelecimento de vínculos economicamente úteis. É nesta relação que o capital econômico se constitui enquanto mecanismo que assegura seu ciclo reprodutivo.

No campo de produção cultural, os agentes especializados¹⁵⁷ são aqueles habilitados a ocupar cargos e posições que representam a autoridade estatal, a partir do próprio mérito e competência adquiridos em anos de investimento em capital escolar.

Como diz Bourdieu, “os diplomas escolares são para o capital cultural o que a moeda é para o capital econômico” (BOURDIEU, p. 198, 2002a). Desta forma, este teórico deixa claro que no campo de relações econômicas torna-se imprescindível a presença dos agentes especializados, pois é a especialização que movimenta a lógica do Estado burocrático.

Sendo assim, de acordo com este esquema analítico bourdiesiano, compreende-se que é no domínio da produção simbólica que o Estado alcança a monopolização do universal, com o exercício da violência simbólica, tanto em sua objetividade – mecanismos objetivos e institucionalizados (instituições escolares, religiosas, familiares etc.) –, como também em sua subjetividade, com o controle das estruturas mentais ou cognitivas; ambas em harmonia asseguram a reprodução do modo de dominação do Estado burocrático. Entretanto, a monopolização do universal só se faz por completa se obtida ao preço da submissão dóxica determinada pela sociodicea enquanto representação universalista da dominação simbólica.

¹⁵⁷ Aqueles dotados de diploma escolar juridicamente garantido. (BOURDIEU, p. 198, 2002a).

Em suma, a partir dos pressupostos teóricos de Bourdieu, compreende-se que os moradores do Cariongo sofrem com a dominação simbólica do Estado justamente por não possuírem acumulações de recursos materiais e simbólicos suficientes que possam ajudá-los a escapar da condição de opressão. Sobre a aquisição de recursos materiais destacamos nesse capítulo que aquelas pessoas estão com as possibilidades de aquisições reduzidas, exatamente porque “perderam” o principal meio produtivo, ou seja, as terras agricultáveis. Neste caso, o INCRA, a serviço do Estado e com a autoridade que lhe compete, é a instituição responsável em exercer a violência simbólica com a tomada de decisão de interdição daquelas terras. O discurso oficial de um servidor público é simbolicamente eficiente¹⁵⁸, sendo assim, aquilo que foi determinado por um Juiz é uma ordem que deve ser cumprida, portanto uma arbitrariedade do Estado e seus princípios de visão e divisão.

No caso dos trabalhadores que também desenvolvem atividades econômicas não agrícolas, e que pretendem ingressar no mercado de trabalho, a relação de dominação simbólica também se apresenta com bastante intensidade. Destacamos neste quesito a expressão da sociodicea, ou seja, a imposição de uma violência simbólica que manifesta um arbitrário cultural travestido de um natural aparente, aquela que determina as normas e regras a favor da lógica de dominação do Estado.

Assim, é imposto que o mercado de trabalho só aceite trabalhadores com diplomas escolares específicos, aqueles que não possuem diplomas ficam de fora do processo ou dependendo dos diplomas que possuem podem se conformar com trabalhos menos qualificados, conseqüentemente, com menor remuneração. Há ainda os casos em que as instituições escolares determinam os conteúdos especialmente para um determinado perfil de pessoas ou classe social, desta maneira são responsáveis pela segregação social de uma parcela da população, impossibilitando-os de adquirir certos conhecimentos e assim adquirir competências exigidas pelo mercado.

Esta é uma forma de dominação simbólica que não oferece condições de mudança para aqueles que estão muito longe de adquirir diplomas escolares que sejam capazes de possibilitar expectativas de conquistas econômicas relevantes. Este tipo de sociodicea reforça e mantém a dominação simbólica do Estado, um processo desigual que impede a ascensão econômica daqueles oriundos das classes populares, proletariado

¹⁵⁸ No caso estamos nos referindo a decisão do Juiz em interditar aquelas terras. Vimos que o campo jurídico e seus códigos específicos impõe poder, principalmente sobre aquelas pessoas desprovidas de diplomar escolar.

agrário, dentre outros grupos de desfavorecidos das enormes semiperiferias espalhadas pelo mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa tornou-se possível detectar que a Vila Cariongo se destacou, economicamente, durante todo o Século XX com as atividades produtivas agrícolas. Os aspectos culturais e econômicos do povoado tradicionalmente se configuraram a partir da produção e comercialização da farinha de mandioca, que também foi utilizado como principal gênero de base alimentar. Entretanto, no início do Século XXI, precisamente no ano de 2003, o Cariongo começou a enfrentar dificuldades com o seu meio produtivo, ou seja, a área agricultável – que sempre serviu como principal fonte de renda –. O transtorno se estende até os dias atuais e a maioria da população do Cariongo continua impedida de trabalhar naquelas terras, resultando em um problema socioeconômico local.

Deste modo, a drástica diminuição das atividades econômicas agrícolas desperta-nos a reflexão que aquela Vila segue em direção a uma situação de crise deste setor do trabalho. A escassez da produção de farinha de mandioca pode ter sido responsável por impulsionar ações econômicas diferenciadas na localidade, o que classificamos como um processo de reconfiguração dos comportamentos econômicos.

Assim, nesta pesquisa constatamos que há a predominância de atividades não agrícolas sendo desenvolvidas no povoado. No entanto, os moradores do Cariongo estão passando por uma precária inserção no mercado de trabalho, justamente por não possuírem a escolaridade exigida, inclusive, como supracitado nesta pesquisa, detectamos que a maioria dos adultos entrevistados pertence à categoria do analfabetismo funcional (76,1% dos adultos). Desta maneira, o que tem garantido o sustento daquelas famílias são os pequenos serviços encontrados na informalidade e a produção agrícola de subsistência, esta última alternativa, representada por aqueles que desenvolvem atividades laborais exclusivamente agrícolas (19,1% dos moradores) e pelas situações médias (13,5% dos moradores).

O trabalho informal tornou-se o destaque das atividades laborais daquela população, os 67,4% dos moradores que deixaram de trabalhar com a agricultura estão na informalidade. A principal causa deste processo – amplamente discutida nesta

dissertação – tem sido a morosidade da Justiça, especificamente o INCRA, enquanto órgão responsável pela questão da titulação de terras. Neste sentido, o problema se agrava na comunidade e parte da população do Cariongo não está disposta a continuar obedecendo à ordem determinada pelo INCRA, por isso ultrapassaram a delimitação física e voltaram a produzir naquela área interdita, com o intuito de alcançar produtividades relevantes para o consumo e comercialização de alguns produtos agrícolas.

Em suma, a Vila Cariongo apresenta uma realidade na qual os moradores que ainda se interessam em trabalhar com as atividades agrícolas se deparam com um conflito que os atinge por duas vias, mas que na prática resulta em um só problema. De um lado, encontram a forte ação da “grilagem” de terras e, do outro, têm suas terras agricultáveis interditas pelo órgão que deveria resolver o conflito.

A partir da investigação in loco, chegamos à conclusão que alguns moradores estão empenhados a continuar trabalhando com as atividades rurais naquelas terras agricultáveis e com intenções de comercialização de vários produtos – principalmente a farinha de mandioca –, como forma de buscar os benefícios econômicos anteriormente desfrutados naquela comunidade.

Entendemos que esta retomada das produções agrícolas traria pequenos lucros para estes trabalhadores rurais. Fato irrelevante para a comunidade, pois não estamos tratando aqui que há intenções, dos moradores do Cariongo, de maximizar a produção suficiente para atingir um nível produtivo capaz de abastecer a demanda do mercado nacional – a população não dispõe de “braços” para este fim –, e sim, foi constatado que as reais pretensões daqueles trabalhadores, são: obter estoque suficiente de alguns gêneros para o consumo familiar e garantir excedentes produtivos de farinha de mandioca que possam manter transações comerciais e, desta forma, proporcionar lucros monetários.

Neste sentido, acreditamos que o desequilíbrio econômico detectado pode ser amenizado com a volta das produções agrícolas no Cariongo, principalmente com o plantio da mandioca para a produção da farinha, naquela área agricultável interdita, solução que somente o INCRA possui autoridade para resolver. Caso este órgão do Governo Federal não conceda parecer favorável à comunidade – com relação às aquelas terras –, provavelmente a Vila Cariongo se depara, em um futuro breve, com a extinção do trabalho agrícola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz/MA: Ética, 2009.

_____. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 Ed. Manaus: Pgsca – UFAM, 2008b.

ASSUNÇÃO, Mathias Rohrig. *Quilombos Maranhenses*. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **A Guerra dos Bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. 2 Ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará**. Belém: Paka- Tatu, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do Capitalismo**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Espírito de Estado: Gênese e Estrutura do Campo Burocrático*. In: BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. *Estrategias de reproducción y modos de dominación*. Colección Pedagógica Universitaria, nº 37-38, enero-junio/Julio-diciembre 2002b.

_____. *Introdução a uma Sociologia Reflexiva*. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 10ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Lições de Aula**. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *O Capital Social*. In: NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. *Os três Estados do Capital Cultural*. In: NOGUEIRA, Maria Alice: CATANI, Afrânio. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 71 – 79.

_____. *Modos de Dominação*. In: BOURDIEU, P. **A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. São Paulo: Zouk, 2002a.

BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil**. In: PAIM, Antonio (Org.). Salvador: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011.

CAMPOS, Marize. *Farrapos de algodão: observações acerca da economia maranhense na primeira metade do Século XX*. Revista de Economia Política e História Econômica (REPHE), n.12, p. 05-26, junho, 2008.

DIAS, Camila Loureiro. **O livro das Canoas: uma descrição**. Belém: IV Encontro Internacional de História Colonial, 3 a 6 de setembro, 2012.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **O trabalho do escravo de origem africana na Amazônia**. Cidade?: Revista Veredas Amazônicas, n 01, vol I, p. 01-14, novembro, 2011.

FUNES, Eurípedes A. *“Nasci nas matas, nunca tive senhor” – História e memória dos mocambos do baixo Amazonas*. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 32 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Brasília: Marco Zero - SP & Unb – DF, 1989.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em Sociologia**. São Paulo: Educação e Pesquisa, n. 1, vol. 29, p. 03-107, jan./jun., 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LAHIRE, Bernard. *Categorias, tipos e perfis*. In: LAHIRE, Bernard. **A Cultura dos Indivíduos**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

LANDÉ, Carl. H. **Friends, Followers and Factions**. A Reader in Political Clientelism. SCHMIDT, S. W. et alli. (Eds.). Berkeley, University of California Press, 1977.

MAESTRI, Mário. *Quilombos no Rio Grande do Sul*. In: REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio**. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MARTINS, José de Sousa. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital**. Madrid: Fundamentos, 1975.

_____. **Contribuição Crítica da Economia Política**. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes. 2ª Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MEIRA, Márcio (Org.). **O livro das Canoas: documentos para a história indígena da Amazônia**. São Paulo: NHII/USP/Fapesp, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. *Quantitativo – Qualitativo: oposição ou complementaridade?* In: Caderno de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, jul/set, 1993.

NEVES, Eduardo Góes. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

POLANYI, Karl. **A Subsistência do Homem e Ensaio Correlatos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

_____. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. Tradução Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

PORRO, Antônio. **As crônicas do Rio Amazonas: notas etno-históricas das antigas populações indígenas da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1991.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Pecuária e vida pastoril: sua evolução em duas regiões brasileiras*. São Paulo: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, N. 19, p. 55-78, 1977.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. 2 Ed. São Luís: (s.n.), 2013.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. 2 ed. Belém: IAP/Programa Raízes, 1998.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a idéia de Sociologia Econômica**. Tradução Dinah Abreu Azevedo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: Beca Produções Culturais, 2005.

TARGA, Luiz R. P. **Gaúchos e Paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre: FEE, 1996.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão**. São Luís: Edição da Associação Comercial, 1964.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2001.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho**: uma etnografia das percepções. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEBER, Max. **Conceitos Sociológicos Fundamentais**. São Paulo: Edições 70, 1997.

_____. *Economy and Society*. Berkeley: University of California Press, 1978.

OUTRAS FONTES

BREJO/MA: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Brejo_\(Maranh%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Brejo_(Maranh%C3%A3o))

DICIONÁRIO:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=aluvi%E3o>

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. *O Processo Sócio-Econômico do Maranhão: História e Desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado. Belém, 1994.

IBGE: <http://www.ibge.gov.br/home/>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO. *O lugar dos Cariongo, o sítio dos Cariongo ou o Centro dos Cariongo*: Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da Comunidade autorreconhecida Remanescente de Quilombo Cariongo, Santa Rita/MA, 2015.

MANUAL PARA ELABORAÇÃO E NORMALIZAÇÃO DE DISSERTAÇÕES E TESES. In: PAULA, Elaine Baptista de Matos (Org.), 3 Ed. rev. atual e ampl. , Rio de Janeiro: SIBI, 2011.

REVISTA ELETRÔNICA: *Um olhar sobre Santa RITA*: diagnóstico sócio-econômico. Fundação Vale, 2008. http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/como-atuamos/Documents/estrada-de-ferro-carajas/livreto_Santa%20Rita.pdf.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO¹⁵⁹**Número:** _____**Nome:** _____**Sexo:** _____**Idade:** _____**1. QUANTAS PESSOAS MORAM NESTA RESIDÊNCIA?** _____**2. O QUE FAZ CADA PESSOA DA CASA? (ocupação, idade e nível escolar)****3. TRABALHA COM CONTRATO/NÃO CELETISTA**SIM NÃO **3.1 Qual empresa?** _____

3.1 Onde fica esta empresa? _____

3.2 Cargo/Função _____

3.3 Desde quando trabalha nesta empresa? _____

3.4 Remuneração mensal de: R\$ _____

4. TRABALHO ASSALARIADO/CELETISTA

4.1 Qual empresa?

4.2 Onde fica esta empresa? _____

Cargo/função: _____

4.3 Desde quando trabalha nesta empresa? _____

4.4 Remuneração de: R\$ _____

¹⁵⁹ Questionário utilizado para a realização da pesquisa quantitativa.

5. TRABALHA NA ROÇA?SIM NÃO **6. QUAIS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS?**ARROZ MILHO MANDIOCA OUTROS

7. OUTRAS FONTES DE RENDA DA FAMÍLIAa) Bolsa Família b) Aposentadoria c) Trabalho informal
d) desempregado e) Quantos desempregados? **8. FAZ PARTE DO PROJETO PAIS/VALE DO RIO DOCE?**SIM NÃO **9. QUAIS SUAS EXPECTATIVAS A RESPEITO DO PROJETO PAIS?**a) BOAS b) ÓTIMAS c) REGULAR d) PÉSSIMAS **10. O QUE VOCÊ ESPERA DO INCRA/JUSTIÇA FEDERAL?**

- a) Vai resolver o problema e liberar a antiga área de plantio para os moradores do Cariongo?
- b) Vai resolver o problema concedendo as terras ao “Zé Preto”?
- c) Não vai resolver o problema e a situação permanecerá do mesmo jeito?
- d) Outro _____

11. SE O TERRENO DO “ALTO” FOSSE LIBERADO PARA O PLANTIO, VOCÊ VOLTARIA A TRABALHAR NA ROÇA?SIM NÃO **12. VOLTARIA A TRABALHAR COM O PLANTIO DA MANDIOCA E PRODUZIRIA FARINHA?**SIM NÃO

- a) apenas para vender
- b) para venda e consumo
- c) somente para consumo

MAPA: PRODUÇÃO DE ALGODÃO E ARROZ EM PROPRIEDADES RURAIS DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII.



Fonte: Feitosa, Raimundo Moacir Mendes, 1994. (Dissertação de Mestrado).

RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO DO INCRA, 2015.

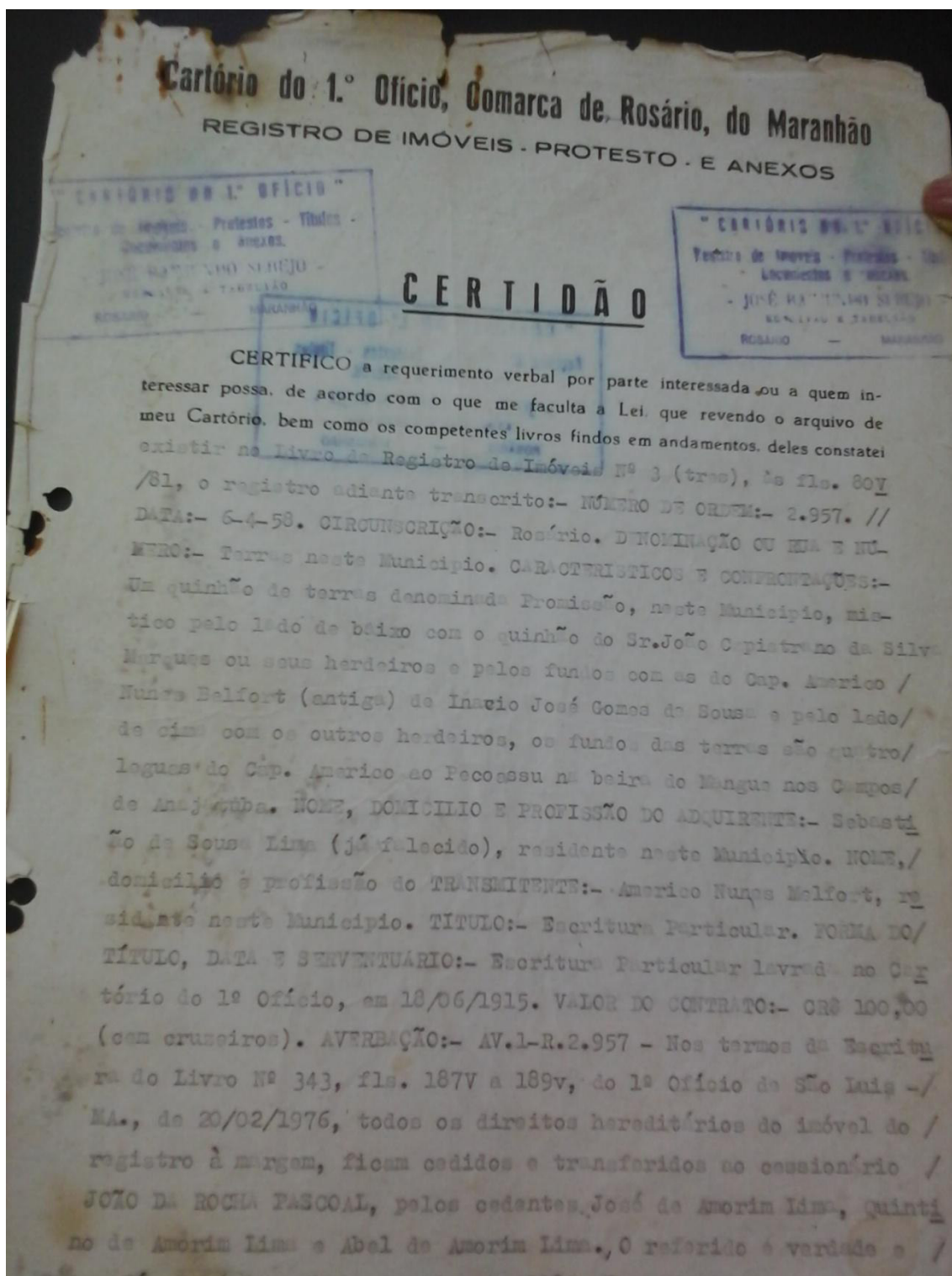


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO MARANHÃO – SR(12)
Av. Santos Dumont, nº 18, Anil – São Luís-MA. CEP. 65046-660 – fone: 98 3245 1188;
Fax: 98 3245 1117

*O LUGAR DOS CARIONGO, O SÍTIO DOS CARIONGO OU O
CENTRO DOS CARIONGO: Relatório Antropológico de
Caracterização, Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da
Comunidade Autorreconhecida Remanescente de Quilombo Cariongo,
Santa Rita-MA*

São Luís – Ma
2015

CERTIDÃO DE TÍTULO DAS TERRAS PERTENCENTE AO Sr. SEBASTIÃO
CARIONGO



Fonte: foto retirada do documento em posse do Sr. João Batista; junho de 2015.

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO: REMANESCENTES DE
QUILOMBOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

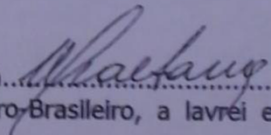
Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Carlongo**, localizada no povoado Vila Cariongo, município de Santa Rita, Estado do Maranhão, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 07, Registro n. 780, fl. 91, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DE QUILOMBOS.**

Declarante(s):

Agenor Moraes – CPF nº 001.779.153-74
Presidente da Associação dos Agricultores Rurais Remanescentes de Quilombo da Vila Cariongo – Município de Santa Rita/MA

Eu, **Miriam Caetana de Souza Ferreira** (Ass.).....
Diretora-Substituta da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **13 de novembro de 2006.**

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424-0106(0 XX 61) 3424-0137 – Fax: (0 XX 61) 3326-0242
E-mail: chefiadegabinete@palmares.gov.br <http://www.palmares.gov.br>

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

PLACA DO PROJETO PAIS: VALE/PLANEJA



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

“SÍTIO”



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

“ÁREA DO CAMPO”



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

VALA CONSTRUÍDA PARA A PESCA



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

HORTA DE CHEIRO VERDE: PROJETO PAIS.



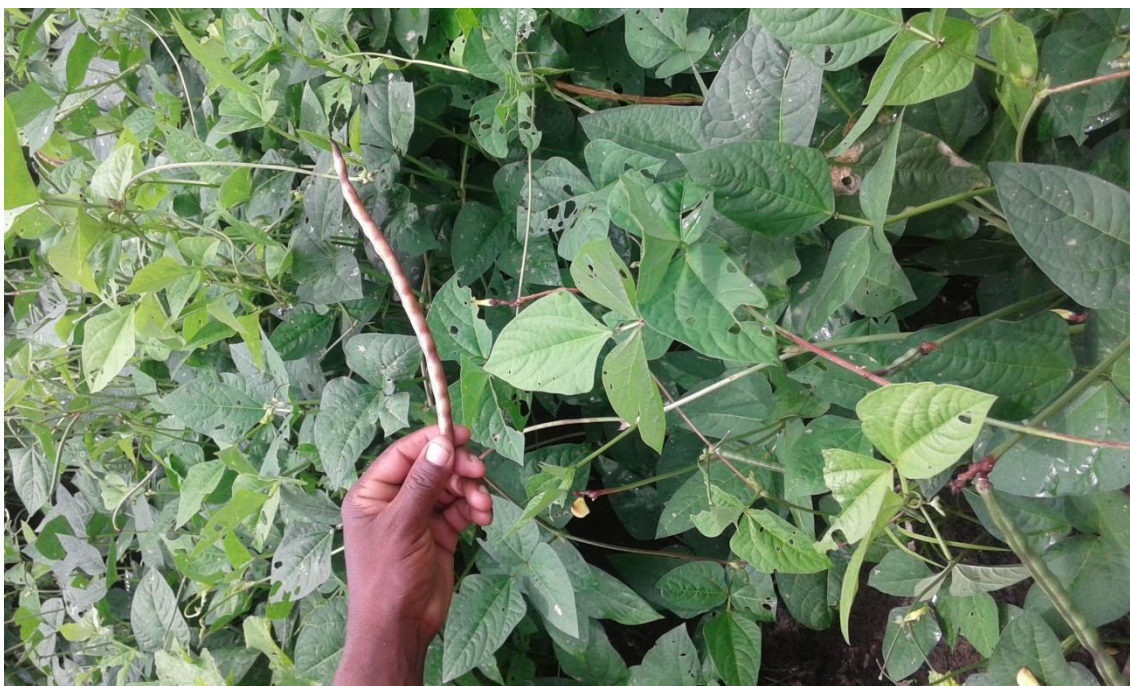
Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

“TIPUPÁ”: Categoria nativa também como “casinha da roça”; acampamento construído dentro da área das unidades produtivas para a realização das refeições e descanso dos trabalhadores rurais.



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

PLANTAÇÃO DE FEIJÃO



Fonte: Pesquisa de campo, 2016.